

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS



**“REFORMA URBANA JÁ!”; “ARROZ, FEIJÃO, SAÚDE E HABITAÇÃO”:  
A LUTA POR MORADIA NA GRANDE JOÃO PESSOA.**

Gabriela Buonfiglio Dowling

**NATAL - RN**

-2006-



# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**GABRIELA BUONFIGLIO DOWLING**

**“REFORMA URBANA JÁ!”; “ARROZ, FEIJÃO, SAÚDE E HABITAÇÃO”:  
A LUTA POR MORADIA NA GRANDE JOÃO PESSOA**

Dissertação de Mestrado apresentada como exigência parcial para a obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Área de Concentração: Cultura e Representações.

Orientadora: Prof. Dra. Lisabete Coradini [UFRN]

**Natal**

2006

Catálogo da Publicação na Fonte. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.  
Biblioteca Setorial Especializada do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA).

Dowling, Gabriela Buonfiglio.

“Reforma urbana já”; “arroz, feijão, saúde e habitação”: a luta por moradia na grande João Pessoa / Gabriela Buonfiglio Dowling. – Natal, RN, 2006. 174 f.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Lisabete Coradini.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Área de Concentração: Cultura e Representações.

1. Antropologia urbana – Dissertação. 2. Ocupação urbana – Dissertação. 3. Sociabilidade – Dissertação. 4. Movimento – Direito à moradia – João Pessoa (PB) – Dissertação. I. Coradini, Lisabete. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/BSE-CCHLA

CDU 39:316.334.56

GABRIELA BUONFIGLIO DOWLING

**“REFORMA URBANA JÁ!”; “ARROZ, FEIJÃO, SAÚDE E HABITAÇÃO”:  
A LUTA POR MORADIA NA GRANDE JOÃO PESSOA**

Dissertação de Mestrado apresentada como exigência parcial para a obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Área de Concentração: Cultura e Representações.

Orientadora: Prof. Dra. Lisabete Coradini [UFRN]

Aprovado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dra. Lisabete Coradini

Orientadora - UFRN

---

Prof. Dr. Heitor Frúgoli Jr.

Examinador Externo - USP

---

Prof. Dr. Márcio Moraes Valença

Examinador interno - UFRN

---

Profa. Dra. Ângela Torresan

Suplente

“Não me contento por ter um lugar  
para dormir.

Quero é ter mil lugares para sonhar”.

(Miró)

“É, em suma, a casa que fez os habitantes.

Pois, se um objeto inanimado é vivo pode  
também perfeitamente dar origem à vida”.

(Goethe)

“O lugar permite realizar-se a oportunidade de  
uma história que ao se realizar muda,  
transforma, determina a ação, é onde os  
homens estão juntos vivendo ,sentindo,  
pulsando, e que tem a força da presença do  
homem”.

(Milton Santos).

## **DEDICATÓRIA**

Dedico a todos aqueles que sonham e continuam intensamente lutando pelo tão desejado e necessário lar.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos aqueles que de alguma maneira contribuíram para a concretização deste trabalho, seja através de incentivo, apoio e companhia para as minhas idas a campo, sou muito agradecida, em especial, Sidney Azevedo, Marcelo Jatobá e Inocêncio Soares. Sem esquecer da equipe de filmagem da Comunidade do Cajueiro: Eduardo Chaves, Francisco Salles e Adriano Franco.

Principalmente, sou muito grata a todas as pessoas, famílias, e lideranças dos Movimentos que me receberam com muita atenção e respeito, que cederam suas palavras e histórias que me proporcionaram novos saberes. Em especial ao Professor Edson, Glória, Giovanni, Seu Farias, Dona Lúcia, entre outros. Agradeço também a Ednaldo Fontes cuja ajuda foi importante para iniciar os contatos com o grupo.

Em especial á minha querida mãe Carmela por todo o apoio, correções, opiniões, respeito e interesse, agradeço a Carlinhos por todo o apoio e trabalho na realização do vídeo, e sua dedicação às fotografias do trabalho. Domenico Buonfiglio (mio Nonno) e toda minha família pela compreensão nas horas mais difíceis e tenebrosas pelo incentivo de sempre, sem esquecer da paciência e dedicação de Juanito, “mi papito”, *un angel*. Aos amigos e todos os integrantes do NAVIS, em especial a minha amiga e orientadora de todas as horas, Lisabete Coradini. Agradeço de coração a minha companheira querida de muitas horas de sufocos, tristezas e alegrias, Gekbede (querida Bel). Aos amigos Acilino, Raí, Ana Patrícia, Paulo, Wellington, Luana, Helo e Eduarda, pelas sugestões e por todo o apoio moral e amizades firmes.

Aos professores Carlos Guilherme do Valle, Mauro Koury, Márcio Valença, pelas contribuições teórico-metodológicas. Aos casais: João de Lima e Neta, pelos conselhos e estímulos em seguir na pesquisa; e Fátima e Barreto pelo apoio indispensável na finalização deste trabalho; a todos a minha enorme gratidão.

## RESUMO

Nosso objeto de estudo neste trabalho concerne ao movimento de luta pela moradia na Grande João Pessoa e procura investigar as condições, o contexto das ocupações de prédios, públicos ou privados, por populações carentes que não têm onde morar. Frente à ausência de políticas efetivas voltadas à habitação ou às cidades, num quadro de desemprego e empobrecimento da população, o resultado, do ponto de vista habitacional, é a carência absoluta de moradias populares, a degradação das cidades e o crescimento do número de sem-tetos e também de suas ocupações. As ocupações urbanas representam hoje uma resposta dessas populações carentes que a partir de um envolvimento com partidos ou Organizações Não Governamentais, e movimentos sociais partem para a ação coletiva conhecida pela ocupação de moradias, estabelecimentos públicos ou privados abandonados. Essas ocupações, embora inicialmente se assumam como instrumento de pressão ou de visibilidade para obtenção de moradias, pela demora em conseguir a atenção dos órgãos públicos e uma solução para o problema, tornam-se definitivas ou prolongam-se por muitos anos. E isso se dá apesar das deficiências, do acúmulo de famílias num espaço nem sempre adequado, precário em instalações sanitárias, que não permite a privacidade necessária. O estudo consistiu em uma pesquisa empírica, através da observação participante e entrevistas abertas e semi-abertas, e contou com o registro audiovisual de duas ocupações, uma no centro de João Pessoa (antigo prédio do INSS, no Ponto dos Cem Réis) e outra (Comunidade do Cajueiro), próxima à Praia do Jacaré, no município de Cabedelo. A escolha da Antropologia Visual como instrumento de pesquisa está ligada a uma preocupação em melhor traduzir a alteridade de outros modos de vida, pois a realização do vídeo nos permite conhecer com mais precisão a realidade em que vivem os sujeitos da pesquisa. Na pesquisa, utilizamos como recurso metodológico também a entrevista aprofundada, no intuito de compreender melhor o histórico do modo de vida das famílias estudadas e dos movimentos de luta pela moradia, particularmente o Movimento de Direito a Moradia - MDM - e o MNLM - Movimento Nacional de Luta pela Moradia.

Palavras-chave: ocupação urbana, movimento de direito à moradia, sociabilidade.

## **ABSTRACT**

Our object of study in this work concerns to the movement of fight for the housing in the Great João Pessoa, Paraíba, Brazil, and looks for to investigate the conditions and context of the occupations of building, public or private, for devoid populations that do not have where to live. Front to the absence of politics effective directed to the habitation or the cities, in a picture of unemployment and impoverishment of the population, the result of the habitation point of view, is the absolute lack of popular housings, the degradation of the cities and the growth of the number of homeless and also of its occupations. The urban occupations today represent a reply of these devoid populations that from an involvement with parties or Not Governmental Organizations, and social movements leave for the class action known by the occupation of abandoning public or private buildings. These occupations, even so initially if assume as pressure instrument or of visibility for attainment of housings, for the delay in obtaining the attention of the public agencies and a solution for the problem, becomes definitive or is drawn out per many years. E this if gives although the deficiencies, of the accumulation of families neither in an adequate, always precarious space nor in sanitary installations, that the necessary privacy does not allow. The study it consisted of an empirical research, through the participant comment and open and half-open interviews, and counted on the audiovisual register of two occupations, one in the downtown of João Pessoa City (old building of the INSS, in the Ponto dos Cem Réis) and other (Community of the Cajueiro), next to the Beach “Praia do Jacaré”, in the city of Cabedelo. The choice of the Visual Anthropology as research instrument is on to a concern in better translating other ways of life, therefore the accomplishment of the video in allows them to know with more precision the reality where the citizens of the research live. We also use as methodological resource in the research the deepened interview, in intention to better understand the description of the way of life of the studied families and the movements of fight for the housing, particularly the MDM - Movement of Right for the Housing, and the MNLM- Nacional Moviment of Fight for the Housing.

Keywords: urban occupation, movement of right to the housing, sociability.

## RESUMEN

Nuestro objeto de estudio es el movimiento de lucha por la vivienda en la Gran João Pessoa y procura investigar las condiciones y el contexto de las ocupaciones de edificios, públicos y privados, por poblaciones pobres que no tienen donde vivir. Frente a la ausencia de políticas efectivas orientadas a la construcción de viviendas dignas en las ciudades, dentro de un cuadro de desempleo y empobrecimiento de las poblaciones, el resultado, desde el punto de vista de la habitación, es la carencia absoluta de viviendas populares, la degradación de las ciudades y el crecimiento de los sin-techo y sus ocupaciones. Las ocupaciones urbanas son una respuesta de esas poblaciones carentes que, a partir de involucramiento con partidos políticos, organizaciones no gubernamentales y movimientos sociales, realizan acciones colectivas conocidas como ocupaciones de viviendas, en establecimientos públicos o privados abandonados. Esas ocupaciones, si, en un primer momento procuran ser un instrumento de presión o pretende dar visibilidad a la lucha por vivienda, por la demora en conseguir una atención de los órganos públicos dando solución a sus problemas, terminan siendo ocupaciones definitivas o prolongadas. Así siendo, estas familias viven hacinadas en espacios no adecuados, precarios, sin instalaciones sanitarias, casi sin privacidad. Como método, optamos por registrar momentos de esas luchas de forma audiovisual y fotográfica. El estudio consiste en una investigación empírica, mediante observación participante y realizando entrevistas abiertas y semi-abiertas, contamos con el registro audiovisual de dos ocupaciones, una en el centro de João Pessoa (antiguo edificio del Instituto de Seguridad Social – INSS, y otro en la comunidad del Cajueiro) próximo de la playa de Jacaré en el municipio de Cabedelo. Optamos por utilizar la Antropología Visual como instrumento de pesquisa, esto se debe a la preocupación en mejor traducir la alteridad de otros modos de vida, pues la realización del audiovisual nos permite conocer con más precisión la realidad en la que viven los sujetos de la investigación. Fue usado también, como recurso metodológico, la entrevista a profundada en el intuito de mejor entender la historia de modo de vida de las familias estudiadas y de los movimientos de lucha por vivienda, en particular el Movimiento de Derecho a la Vivienda – MDM – y el -MNLM – Movimiento Nacional de Lucha por la Vivienda.

Palabras-claves: ocupación urbana, movimiento de derecho a la vivienda, sociabilidad

## LISTA DE SIGLAS

**AMCA** - Associação dos Moradores de Cruz das Armas  
**BNH** - Banco Nacional de Habitação  
**CAGEPA** - Companhia de Água e Esgotos da Paraíba  
**CCHLA** - Centro de Ciências Humanas, Letras e Arte  
**CD** - Compact Disc  
**CEHAP** - Companhia Estadual de Habitação Popular  
**CMP** - Centro dos Movimentos Populares  
**CONAM** - Confederação Nacional das Associações de Moradores  
**CPC** - Centro Popular de Cultura  
**CUT** - **Central** Única dos Trabalhadores  
**DIEESE** - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos  
**DVD** - Digital Video Disc  
**EZLN** - Exército Zapatista de Libertação Nacional  
**FAC** - Fundação de Ação Comunitária  
**FGTS** - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço  
**FSM** - Fórum Social Mundial  
**IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
**INSS** - Instituto Nacional de Seguridade Social  
**LABI** - Laboratório de Estudos da Imagem  
**LEO** - Laboratório de Estudos da Oralidade  
**MDM** - Movimento pelo Direito à Moradia  
**MEC** - Ministério da Educação e Cultura  
**NAVIS** - Núcleo de estudo da Antropologia Visual  
**MNLM** - Movimento Nacional de Luta pela Moradia  
**MST** - Movimento dos Trabalhadores Agrícolas Sem Terra  
**MSTC** - Movimento dos Sem-Teto do Centro  
**MTST** - Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto  
**ONG' S** - Organizações Não Governamentais  
**PB** - Paraíba  
**PDT** - Partido Democrático Trabalhista  
**PCDOB** - Partido Comunista do Brasil  
**PT** - Partido dos Trabalhadores  
**PSF** - Programa Saúde da Família  
**PIBIC** - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica  
**RN** - Rio Grande do Norte  
**SENAC** - Serviço Nacional de Comércio  
**SEADE** - Sistema Estadual de Análise de Dados  
**UEPB** - Universidade Estadual da Paraíba  
**UJS** - União da Juventude Socialista  
**UEPB** - Universidade Federal da Paraíba  
**UFRN** - Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
**UNE** - União Nacional dos Estudantes  
**ZEIS** - Zonas Especiais de Interesse Social

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

Foto 1 - Vista do rio Sanhauá, onde nasceu a cidade de João Pessoa.....	18
Foto 2 - Vista do prédio ocupado, abaixo o Shopping Popular.....	27
Foto 3 - Casa em Caiana dos Crioulos, Paraíba.....	40
Foto 4 - Marlon, morador da comunidade do cajueiro, nosso ajudante de produção durante as filmagens.....	56
Foto 5 - Seu Farias e nossa equipe de filmagem.....	57
Foto 6 - Solane e o burro na comunidade do Cajueiro.....	62
Foto 7 - Comunidade do Cajueiro.....	75
Foto 8 - Famílias do prédio ocupado.....	75
Foto 9 - Centro da cidade de João Pessoa nos anos 20.....	78
Foto 10 - Vista da Parahyba do Norte/ Cidade Alta.....	80
Foto 11 - Antigo Ponto de Cem Réis com a coluna central, a praça de estacionamento e as linhas de passagem dos bondes, 1938. Cartão Postal–.....	80
Foto 12 - Ponto Cem Réis - centro comercial de João Pessoa. .....	84
Foto 13 - Criança vendendo produto ambulante no Ponto dos Cem Réis.....	85
Foto 14 - Vista externa do prédio ocupado.....	85
Foto 15 - Pallace Hotel pós revitalização recente.....	85
Foto 16- Bandeira do MNLM- PB.....	94
Foto 17 - Bandeira do MDM estendida pelos moradores no prédio ocupado.....	96
Foto 18 - Meninos jogando vídeo game na ocupação do INSS. ....	101
Foto 19 - Frente do barraco de Seu Severino, pessoas da comunidade do Cajueiro.....	101
Foto 20 - Crianças da ocupação reunidas para foto.....	102
Foto 21 - Entrevista com os moradores do prédio. ....	103
Foto 22 - Mãe e filho, e vizinha no corredor do prédio.....	103
Foto 23 - Aproveitamento do espaço ocupado.....	103
Foto 24 - Cartaz indicando serviços e bicos realizados pelos moradores na ocupação.....	106
Foto 25 - Moradora do 3º andar durante uma sesta.....	106
Foto 26 - Dona Ana e seus filhos no seu apartamento na ocupação.....	106
Foto 27 - Dormitório improvisado no prédio ocupado.....	112
Foto 28 - Sala de estar, quarto e berço: formas de organização.....	112
Foto 29 - Cozinha improvisada.....	112
Foto 30– Shopping popular ocupado pelos ambulantes.....	113
Foto 31 – Venda ambulante de um dos moradores do prédio.....	115
Foto 32 – Dona de casa em cozinha adaptada.....	115
Foto 33 - Moradora do térreo num dia de faxina.....	119
Foto 34 - Pátio do prédio com o lixo reciclável recolhido por moradores.....	119
Foto 35 - Severino, Dona Lúcia e seus netos, e Solane, filha de Seu Farias. ....	120
Foto 36 - Seu Farias e outras crianças da comunidade.....	121
Foto 37 - Banheiro adaptado através do lixo catado pela Comunidade.....	121
Foto 38 - Severino, Marlom, e os netos de Dona Lúcia no dia da mudança de barraco.....	122
Foto 39 - O lixo recolhido pela comunidade do Cajueiro.....	122
Foto 40 - Barraco de uma das famílias da comunidade do Cajueiro.....	125
Foto 41 - Solane, filha de Seu Farias.....	126

Foto 42 - Barraco de uma comunidade em Rosário, Argentina. Comunidade de las Flores. .....	132
Foto 43 – Montagem de fotografias dos entrevistados. ....	133
Foto 44 – Castelo de vidro feito por Seu Aluísio: A casa de Ogun.....	151

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

Ilustração 1 – Mapa da Cidade de João Pessoa.....	76
Ilustração 2 – Mapa do Município de Cabedelo .....	86
Ilustração 3 – Aglomerados Subnormais – João Pessoa.....	167

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1: Total de moradores das famílias entrevistadas por grupo etário .....	107
Tabela 2: Moradores das Famílias entrevistadas por faixa etária .....	107
Tabela 3: Moradores das famílias entrevistadas por sexo.....	108
Tabela 4: Sexo e idade dos entrevistados na Ocupação do INSS.....	109
Tabela 5: Escolaridade dos entrevistados.....	110
Tabela 6: Distribuição das casas do Programa “ Parque Sul” pelas Ocupações Urbanas	131

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Ocupações na Grande João Pessoa.....	89
Quadro 2: Assentamentos Urbanos na Grande João Pessoa.....	90
Quadro 3: Índice de Pobreza/Exclusão Social m 4 Municípios da Grande João Pessoa - 2000 .....	92
Quadro 4: Características as experiências estudadas: ocupação antigo prédio INSS e Comunidade do Cajueiro.....	100
Quadro 5: Relação de ocupações/profissões/ “bicos” e renda/salário das famílias entrevistadas:.....	116

## SUMÁRIO

<b>1.INTRODUÇÃO.....</b>	<b>18</b>
<b>2. APRESENTANDO O TEMA DE ESTUDO.....</b>	<b>27</b>
2.1 O CONTEXTO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E AS CIÊNCIAS SOCIAIS .....	28
2.2 O SENTIDO ANTROPOLÓGICO E SOCIAL DA MORADIA.....	40
2.3 - DIREITO À MORADIA, LEGISLAÇÃO E LUTA PELA MORADIA.....	45
<b>3.CONSIDERAÇÕES ACERCA DA METODOLOGIA DE PESQUISA.....</b>	<b>56</b>
3.1 - ESTUDANDO O URBANO: O PESQUISADOR EM SEU PRÓPRIO MEIO .....	57
3.2 O DEBATE EM TORNO DO USO DA IMAGEM NA PESQUISA SOCIAL.....	62
3.3 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: AS ETAPAS DA PESQUISA.....	71
<b>4. CONTEXTUALIZANDO A PESQUISA.....</b>	<b>75</b>
4.1 BREVE CONTEXTO DA FORMAÇÃO DA CIDADE DE JOÃO PESSOA.....	76
4.2 O PONTO DOS CEM RÉIS.....	80
4.3 CABEDELO: SITUANDO A COMUNIDADE DO CAJUEIRO.....	86
4.4 MAPEAMENTO DAS OCUPAÇÕES E ASSENTAMENTOS URBANOS NA GRANDE JOÃO PESSOA .....	89
4.5 AS ORGANIZAÇÕES DE LUTA POR MORADIA NA PARAÍBA: MOVIMENTO NACIONAL DE LUTA PELA MORADIA – MNLM/PB E CONSELHO NACIONAL DE APOIO À MORADIA - CONAM, LIGADO AO MOVIMENTO DE DIREITO À MORADIA - MDM-PB. ....	93
4.6 AS OCUPAÇÕES ESTUDADAS: COMUNIDADE DO INSS E DO CAJUEIRO ...	97
<b>5.REVELANDO A LUTA E O COTIDIANO: OS ESPAÇOS OCUPADOS..</b>	<b>101</b>
5.1 A VIDA, O COTIDIANO DOS MORADORES DA OCUPAÇÃO DO PRÉDIO DO INSS.....	102
5.1.1 Descrevendo a organização espacial do Prédio ocupado.....	104
5.1.2 Os moradores e seus familiares.....	107
5.1.3 Trabalho: o “multibiscate”.....	113
5.1.4 Estratégias de sobrevivência:.....	118
5.2 A EXPERIÊNCIA DE UMA COMUNIDADE DESAMPARADA: O CASO DA COMUNIDADE DO CAJUEIRO.....	120
5.3 O FIM DA COMUNIDADE DO CAJUEIRO: O DESPEJO.....	127
5.4 TEMPO DE ESPERA: O PROJETO PARQUE SUL .....	129
6.RELATOS DE VIDA DE ALGUNS MORADORES E MILITANTES DOS MOVIMENTOS.....	133
6.1 GLÓRIA.....	134
6.2 SEU VICENTE E SUA FAMÍLIA.....	137
6.3 PROFESSOR EDSON.....	137
6.4 GIOVANNI .....	141
6.5 SEU ASSIS MANDELA.....	142
6.6 RICARDO.....	143
6.7 EDNALDO.....	143
6.8 SEU ALUÍSIO – O ZELADOR DE SANTO.....	145
6.9 PAULO E JOCIANA.....	146
6.10 DONA PENHA - A CIRANDEIRA.....	149
<b>5.CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>151</b>
<b>8.- REFERÊNCIAS /FONTES CONSULTADAS.....</b>	<b>155</b>

<u>APÊNDICES.....</u>	<u>171</u>
<u>APÊNDICE I.....</u>	<u>172</u>
<u>APÊNDICES II.....</u>	<u>173</u>

## 1.INTRODUÇÃO



Gabriela Dowling, 2005.

**Foto 1 - Vista do rio Sanhauá, onde nasceu a cidade de João Pessoa.**

"Nós estamos aqui  
meus amigos  
pra contar nossa missão  
É tanta gente sem casa,  
Que é de cortar coração,  
E o povo todo gritando:  
queremos uma solução".  
(Salete).

Quando nos referimos ao estudo do tema da luta por moradia, vemos logo à mente a idéia de “aldeia do mundo”, ou seja, a vida nas cidades, conduzida por uma pluralidade de ações sociais. Todos almejam um lugar para morar, seja ele para se viver ou até mesmo para se morrer com dignidade. Uma das problemáticas deste trabalho está no desafio de questionar o contexto atual da cidade que escolhemos para viver, e o desafio de refletir acerca de seu cenário político e social nos traz certa sensação maior de pertencimento. E, que o papel social que desempenhamos frente às questões relativas às condições sociais de vida na cidade remete também à questão de “responsabilidade cívica” e de cidadania. Pois,

(...) quando intelectuais estudam sua própria cidade, é como cidadãos que tendem a escrever sobre ela, não como observadores distantes. Isso significa que falam não apenas para seus colegas intelectuais, mas para um público mais abrangente que possam alcançar... Assim, muitos antropólogos brasileiros estudam o que é politicamente relevante para eles. (CALDEIRA. 2000, p. 20).

A escolha do tema da moradia e de sua ausência refere-se a esse universo tão ligado ao homem, e dessa forma nos remete a uma proximidade que vai até o ponto universalmente mais íntimo, quando se percebe que é a moradia uma necessidade e um direito humanamente universal, sem restrições ou diferenças culturais. Seja na Mongólia, ou na Terra dos Nuer, ou ainda no bairro “Chueco”, em Madrid, encontra-se um homem necessitando uma moradia, um canto para se acolher do resto do mundo, onde tudo parece ser tão hostil, ameaçador e competitivo.

Uma das questões valorizadas nessa pesquisa está na compreensão da relação do homem com a moradia. Como se dá essa relação? Seria possível afirmarmos, como Gilberto Freire (1997, p. 211), que é a moradia o “segundo útero do homem”? Portanto, seguindo a necessidade já levantada por muitos em tentar decifrar os valores que levam o homem a viver em um habitat, juntamente com seus sonhos e angústias está também a definição de uma identidade. Assim, o homem sente-se um ser social mais íntegro, pois agora possui um local que o identifica, codifica-o

diante dos outros que vivem em uma rede construída socialmente. A própria constituição de uma família mostra um retrato fiel da necessidade de um lugar de pertencimento que, com nitidez, personifica a relação a ser mantida unida.

Nesse estudo, referimo-nos aos movimentos de luta pela moradia na cidade de João Pessoa. Trata-se de um fenômeno que emergiu durante os anos 60, mas que vem ganhando proporções bastante significativas na atual conjuntura urbana da cidade.

De acordo com os dados oficiais do IBGE (2004), estima-se que no Brasil existam 6.539.528 famílias sem-teto (cerca de 26 milhões de habitantes a partir de uma média de quatro pessoas por família). A Paraíba ocupa o sétimo lugar, entre os estados do Nordeste, em déficit habitacional<sup>1</sup>, classificação que depende da grandeza geográfica e da população e que, portanto, não indica ausência ou menor gravidade do problema. Isto significa que, pelo menos, 139,2 mil famílias não têm casa própria, de acordo com o Ministério das Cidades, número que não contempla as moradias com instalações precárias. Ou seja, o déficit habitacional divulgado pelo Ministério das Cidades não inclui a quantidade de famílias que vivem em moradias inadequadas – com problemas de infraestrutura - e nem os casos de coabitações (grupos que dividem um mesmo imóvel).

João Pessoa tem uma das realidades mais duras: são, pelo menos, 200 mil pessoas morando em cerca de 130 aglomerados urbanos precários (mais conhecidos como favelas). Os dados são da Prefeitura Municipal e revelam ainda que 10 acampamentos urbanos foram formados nos últimos três anos, abrigando uma média de 2.200 famílias.

---

<sup>1</sup> O ranking da falta de casas no Nordeste, onde a Bahia ocupa o primeiro lugar, seguida pelo Maranhão (575,1 mil unidades); Ceará (408 mil); Pernambuco (377,9 mil); Rio Grande do Norte (163,9 mil); Piauí (157,6 mil); Paraíba (139,2 mil); Alagoas (131,3 mil) e Sergipe (86,9 mil).Fonte: Terça - 16.11.2004 - Edição on-line - Ano 06.Correio da Paraíba.

Em virtude da falta de uma habitação, a solução encontrada pela maioria das pessoas de baixa renda é ir para áreas invadidas, viver em moradias improvisadas - cobertas com lona ou plástico e feitas de taipa, papelão e até mesmo de palha. As más condições as deixam expostas a vários tipos de doenças de pele, malária, doença de chagas, verminoses e outras, muito freqüentes entre os que residem em casas com construção precária.

De acordo com os dados divulgados pelo Ministério das Cidades, existem na Paraíba, aproximadamente, 227,6 mil unidades com algum problema de infra-estrutura, como carência de energia elétrica (533), abastecimento de água (9.062), coleta de lixo (1.549) ou esgotamento sanitário (166,8 mil), problema que, aliás, é um dos maiores desafios para as autoridades.

De acordo com a diretora do Departamento de Produção Habitacional do Ministério das Cidades, **Emília Correia Lima**, o problema da falta de moradias acontece, principalmente, porque desde a extinção do Banco Nacional de Habitação (BNH)<sup>2</sup> não existiu mais nenhuma política global, apenas programas pontuais de habitação popular. Ainda segundo Lima, no caso das famílias incluídas na faixa do déficit paraibano, a renda de pelo menos 94% delas é inferior a cinco salários mínimos, o que faz com que um dos principais desafios seja criar programas que atendam, satisfatoriamente, a necessidade destas pessoas.

Em 2004, deparamo-nos com a existência de uma ocupação de um prédio, antiga sede do INSS, num dos pontos mais centrais da cidade, conhecido popularmente como o Ponto dos Cem Réis, antiga Praça Vidal de Negreiros.

A nossa motivação antropológica da visita à ocupação estava em decifrar os novos valores e significados do espaço ocupado, e de que forma foi estabelecida a organização entre as famílias. Seguimos então,

---

<sup>2</sup> A respeito de este assunto ver Guimarães. Cap. 2: A problemática da Habitação no Brasil. In: Habitação e resistência. Natal, 2004 (Dissertação de mestrado).

acompanhando essa experiência de ocupação de um espaço público até os dias de hoje, sendo essa ocupação a principal referência de nossa pesquisa. Posteriormente, acompanhamos também o assentamento urbano da Comunidade do Cajueiro, na Praia do Jacaré, município de Cabedelo, incluído pelas características contrastantes que enriqueceriam nosso estudo.

A opção por um estudo de caso comparativo se justifica pela necessidade de compreender a pluralidade das ações no âmbito da luta pela moradia na Paraíba. A escolha desses dois casos relacionados à questão urbana, além dos pontos em comum - ausência de políticas habitacionais para famílias de baixa renda, ou mesmo sem renda alguma, e a luta pelo sonho da casa própria - permite traçar um contraponto entre diferentes experiências de luta por moradia.

A Comunidade do Cajueiro, nosso segundo caso, é caracterizada por um assentamento urbano organizado há cerca de sete anos pelas próprias famílias, sendo a família mais antiga vinda do estado de Pernambuco, que aí se refugiou, em busca de um lugar menos violento para viver.

Uma das principais diferenças entre as duas situações de resistência consiste em que as famílias do prédio ocupado contaram, desde a sua formação, com o apoio do Movimento de Direito à Moradia, enquanto que a comunidade do Cajueiro, durante todos esses anos, conseguiu se manter apenas com sua própria organização. Somente a partir do ano de 2005, as famílias receberam algum apoio do Movimento Nacional de Luta por Moradia - Paraíba. Foi a partir desse momento que fortalecemos o nosso envolvimento com um dos coordenadores do Movimento.

O que leva a essa situação de extrema gravidade é o aumento constante da pobreza urbana. Pessoas em situação de extrema miséria, desde sempre, dirigem-se aos centros urbanos, mesmo que durante muito tempo não consigam qualquer trabalho. Sem políticas voltadas à habitação ou às cidades, num quadro de desemprego e empobrecimento, o resultado, do ponto de vista habitacional, é a carência absoluta de moradias

populares e a degradação das cidades. Essas ocupações, embora inicialmente se assumam como instrumento de pressão ou de visibilidade para obtenção de uma solução (moradias), frequentemente pelo descaso ou ausência de solução, tornam-se definitivas. Ou seja, perpetua-se a ocupação do local, apesar das deficiências, do acúmulo de famílias num espaço nem sempre adequado, precário em instalações sanitárias, que não permite a privacidade necessária. De acordo com uma política econômica atual desfavorável aos trabalhadores, e a insuficiência das políticas públicas adotadas, vemos um aumento do processo de pauperização das classes dos trabalhadores que enfrentam uma realidade que os mantém cada vez mais à margem do sistema econômico global da sociedade de consumo, isto é, numa total exclusão social.

Desta forma, as ocupações urbanas representam uma resposta dessas populações extremamente carentes que, a partir de um envolvimento com partidos ou Organizações Não Governamentais e movimentos sociais, partem para a ação coletiva conhecida pela ocupação de espaços urbanos que sirvam como moradias que, na maioria das vezes, são estabelecimentos públicos abandonados.

Este trabalho procura investigar enfim, as condições, o contexto e as causas da ocupação de prédios e de assentamentos que vem acontecendo na cidade de João Pessoa, sejam estabelecimentos públicos ou privados, por populações carentes que não têm onde morar. Realizamos os registros dos momentos dessas lutas (ocupações) através da utilização da linguagem audiovisual (vídeo) e fotográfico.

Os objetivos de nossa pesquisa foram conhecer os movimentos de ocupação urbana - os sem-teto, analisando a organização interna de convívio social, uma sociabilidade formada por uma pluralidade social durante as ocupações.

Temos o maior interesse em compartilhar as imagens produzidas com as famílias pesquisadas durante o percorrer do trabalho de campo, mas principalmente ao término da produção do vídeo, sendo esse um

material destinado, sobretudo para a causa do Movimento. Esperamos que esse registro possa, de certa forma, contribuir para a maior visibilidade e reconhecimento da luta pela moradia na Paraíba.

O tema, o objeto e os objetivos deste estudo requerem a contribuição das diversas disciplinas das Ciências Sociais (Sociologia, Antropologia, Política). Um amplo conjunto teórico capaz de dar conta dos diferentes temas envolvidos na questão (direitos sociais, cidadania, moradia, família e modos de vida, movimentos sociais).

Um dos enfoques mais importantes de nossa pesquisa está na escolha da Antropologia Visual. A linguagem audiovisual esteve presente em todas as etapas e momentos do trabalho de campo. Partimos de uma pesquisa exploratória, utilizando como suporte e instrumento de pesquisa recursos audiovisuais para avaliar os espaços escolhidos para nosso cenário analítico. Procuramos nessa dissertação de Mestrado realizar um estudo que priorizasse a utilização da técnica e da linguagem audiovisual. Esse recurso foi utilizado, na forma de vídeo ou fotografia, para melhor compreender a luta por moradia na cidade de João Pessoa. Para isso, consideramos fundamental trazer uma discussão acerca da linguagem audiovisual como mais um meio de construção narrativa. Isso porque, dentro da perspectiva da Antropologia e de toda a sua trajetória histórica, os recursos audiovisuais possuem um papel revelador na construção da relação entre a realidade a ser estudada e o olhar analítico e investigativo do pesquisador.

Em toda nossa trajetória acadêmica, desde sempre buscamos o caminho do confronto e o diálogo entre a prática e o saber das Ciências Sociais com o fascínio da linguagem audiovisual. Em 2001, essa busca do conhecimento pela Imagem e as Ciências Sociais levou-nos a uma pesquisa de Iniciação Científica como bolsista PIBIC (2001 a 2002),

desenvolvendo o projeto “O Poder da Imagem e suas Implicações no Processo do Conhecimento”<sup>3</sup>.

Após a experiência inicial de pesquisa, fizemos parte do LEO (Laboratório de Estudos da Oralidade)<sup>4</sup> onde desenvolvemos a pesquisa sobre o Maracatu de Baque solto da Nação Leãozinho das Flores da cidade de Pedras de Fogo<sup>5</sup>, sendo este o nosso tema de conclusão de curso<sup>6</sup>. Durante a pesquisa de campo, optamos pela utilização da imagem (fotografia e vídeo), e pudemos enfim desfrutar da prática audiovisual de pesquisa, apesar das limitações inerentes a toda prática.

Como todo trabalho de cunho acadêmico, por mais solitário o trabalho de campo e as nossas análises e propostas investigativas, em nossas elaborações repensamos a nossa posição ao perceber que esse saber só é legitimado quando reconhecemos essencialmente tratar-se de um saber e conhecimento construído coletivamente. Assim, dificilmente estamos sozinhos e quanto a esse ponto, atualmente podemos dizer que estamos cada vez mais entusiasmados e satisfeitos com as experiências de pesquisas voltadas às produções referentes aos estudos da Antropologia Visual. Para o alcance de nossos objetivos, o trabalho foi organizado da seguinte forma:

O capítulo I, ***Apresentando o Tema de Estudo*** traz uma revisão teórica geral acerca do tema dos Movimentos Sociais nas Ciências Sociais, entre os autores: Castells (2000); Harvey (1993), Lojkin (1999) Oliveira (2003); Souza Santos (2005); Scherer-Warren (1984); Gohn (1997,2003); Santos (2001) ; Chauí (1998) entre outros. Passamos pelo “O sentido

---

<sup>3</sup>Projeto desenvolvido junto ao Laboratório de Imagem - LABI do PPGS-DCS-CCHLA-UFPB, sob a coordenação da professora Dra. Elisa Cabral e que integrava um projeto mais amplo “A utilização da imagem como instrumento de pesquisa e de divulgação da produção de conhecimento”.

<sup>4</sup> Ainda hoje mantemos um vínculo, como pesquisadora, no projeto “Revelando a Cultura de João Pessoa”, sob a coordenação do Professor Marcos Ayala.

<sup>5</sup> Situada na região litoral sul, também considerada como Brejo Paraibano, limítrofe com a Zona da Mata norte de Pernambuco.

<sup>6</sup> Bacharelado em Ciências Sociais pela UFPB com a monografia “Maracatu em Fogo: violência e resistência na cultura popular. O Maracatu de Baque Solto Nação Leãozinho das Flores – Itambé/ Pedras de Fogo”, defendida em 2004.

antropológico e social da moradia” . Para esse tema recorreremos a autores como Bachelard (1998), Certeau (1996), Da Matta (1997); Martins (1996), entre outros, para, finalmente, discutir a temática do Direito à Moradia entre os autores consultados: Bobbio (1998) e Alfonsin (2001), etc.

No capítulo II, **Considerações Acerca da Metodologia da Pesquisa**, discutimos os desafios do estudo das questões urbanas e o debate sobre a Antropologia Visual, além de apresentarmos os procedimentos metodológicos adotados.

No capítulo III, **Contextualizando a pesquisa**, iniciamos com uma breve evolução histórica e urbana da cidade de João Pessoa, a importância histórica e urbana do “Ponto de Cem Réis” e, ainda, de Cabedelo. Apresentamos, posteriormente, o mapeamento das ocupações e assentamentos urbanos; situamos as organizações de luta pelo direito à moradia que se destacam tanto por sua atuação, como por se relacionarem diretamente aos dois estudos de caso pesquisados: o MNLM/PB e o CONAM/MDM/PB. Em seguida, caracterizamos as duas experiências de nosso estudo, a ocupação da antiga sede do INSS e o assentamento da Comunidade do Cajueiro.

O capítulo IV, **Revelando a Luta e o cotidiano: o espaço ocupado** está voltado totalmente aos dados e histórias de nossos estudos de caso. Apresentamos os dados gerais de nossa pesquisa e de nossos entrevistados, revelando o cotidiano desses atores.

No capítulo V, **Relatos de vida de alguns moradores e militantes dos movimentos**, reúne as histórias de vida de alguns desses entrevistados e de lideranças dos movimentos que os apóiam, como também nos revela um pouco da trajetória de vida de lideranças fundamentais, como a de Elizabete Teixeira, na luta pelas causas sociais e populares da Paraíba.

Nas Considerações Finais, retomamos alguns dos principais pontos tratados no decorrer desse estudo, bem como abrimos novos interrogantes sobre o futuro dessas famílias e de suas almeçadas casas.

## 2. APRESENTANDO O TEMA DE ESTUDO

"Era uma casa muito engraçada, não tinha teto, não tinha nada. Ninguém podia entrar nela não porque na casa não tinha chão... mas era feita com muito esmero na rua dos loucos número zero".



Gabriela Dowling, 2004.

Foto 2 - Vista do prédio ocupado, abaixo o Shopping Popular.

## 2.1 O CONTEXTO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E AS CIÊNCIAS SOCIAIS

O contexto atual onde se desenvolvem os movimentos sociais contemporâneos nos leva aos processos envolvidos no atual estágio do capitalismo, como globalização e neoliberalismo, que hoje condicionam as sociedades. Santos (2002), Stiglitz (2002), Chesnais (1996), Harvey(1993), Anderson (1995) são alguns dos autores que se debruçaram sobre as causas e os efeitos provocados pelo atual processo de globalização, pelo neoliberalismo e pelo Consenso de Washington e pelas políticas do FMI. Esse processo de expansão capitalista, observado também noutros momentos históricos, caracterizado pelo predomínio do capital financeiro e pela crise, e que na atualidade significou concentração do capital e fragmentação da produção, é responsável pelo aumento da desigualdade social e entre os países, pelo crescimento do número dos desempregados e subempregados e pela miséria social. Somente um exemplo da extrema disparidade acarretada pela atual globalização: *“Os valores dos três mais ricos bilionários do mundo excedem a soma do produto interno bruto de todos os países menos desenvolvidos do mundo onde vivem 600 milhões de pessoas.”* (SANTOS, 2002: 34).

Num mundo repleto de exclusões de toda ordem, o conjunto dos mais pobres, os “sem”, já somam três bilhões, ou seja, quase 50% da população do planeta, e que, segundo dados do Banco Mundial, vivem com menos de dois dólares por dia. São os sem-emprego, sem-casa, sem-comida, sem-transporte, sem-saúde, sem-escolaridade, sem-dignidade, sem-documentos, sem-voz.

O atual processo de globalização vem agravando os problemas das sociedades, principalmente o aumento da pobreza e das desigualdades sociais e internacionais. Particularmente, dois terços da população mundial residente nos países “periféricos” vive o drama do

empobrecimento ou da miséria absoluta; cidades desses continentes (Ásia, América Latina, África) mostram a decadência e acumulam os novos pobres ou excluídos desse desenvolvimento excludente.

O que fazer, de agora por diante? O novo desafio é, todos concordam, a globalização. Mesmo que haja alguma discordância quanto ao termo, reconhece-se que a nova forma do capital, *urbi et orbi*, coloca novos problemas para os quais mesmo os movimentos sociais mais modernos não estão preparados, e talvez não os tenham reconhecido inteiramente. (Chico de OLIVEIRA, 2003).

Nesse contexto, movimentos sociais – novos e “velhos” – buscam encaminhar lutas e reivindicações de diversas ordens: alguns de caráter amplo e internacional, como ambientalistas, antiglobalização (“*no global*”), movimentos pelos Direitos Humanos, ou movimentos com objetivos específicos, como a luta pela terra, com destaque ao MST, no Brasil e ao EZLN, no México, ou de luta pela moradia.

Chico de Oliveira (2003), em sua indagação sobre “Para onde vão os movimentos sociais?”, comenta que o contexto atual dos movimentos sociais e a sua participação no Fórum Social Mundial refletem como sempre o caráter de pluralidade, diversidade e, ao mesmo tempo, convergências entre as diversidades de movimentos e organizações participantes de um evento que ainda hoje pretende contribuir para um mundo mais humano e com menos desigualdade social. De acordo com Chico de Oliveira (2003):

A gênese dos movimentos sociais contemporâneos encontra-se no fato de que as formas instituídas constituíam um cobertor curto para a nova complexidade do capitalismo contemporâneo. Evidentemente, eles não surgiram do nada: por trás, como lembrou mais de um expoente, há uma longa história acumulada dos primeiros movimentos sociais que são, aliás, as origens da maior parte dos partidos políticos modernos. Mas mesmo estes revelaram limitações para lidar com uma complexidade que escapava aos recortes da representação clássica. (opus p. 1, 2003).

De acordo com Scherer-Warren (1984), na Sociologia Acadêmica o termo “movimentos sociais” surgiu com Lorenz Von Stein, por volta de

1840, que em sua época defendia a necessidade de uma ciência da sociedade que se dedicasse aos estudos dos movimentos sociais. Naquele período, os intelectuais se interessavam pela luta do movimento proletário francês e do comunismo e socialismo emergente. Concordamos com Scherer-Warren (1984) que em toda e qualquer sociedade, “*tanto no plano individual quanto no plano grupal, as relações sociais são mediadas por relações de poder. O fenômeno da opressão e do reagir à opressão é uma constante no comportamento humano*”. (op.cit, p. 8).

Nesse sentido, a busca de libertação dos grupos considerados socialmente subordinados é inerente à grande maioria dos grupos oprimidos, da mesma forma que as diversas formas de opressão-econômica, política, cultural, ideológica, sexual - estão presentes nas relações humanas nas situações mais diversas, independentemente do contexto político ou histórico de cada sociedade. Ao nos referirmos ao tema dos movimentos sociais e às Ciências Sociais nos parece primordial apontar que se trata de uma *particular relação entre as classes sociais*, originada especificamente de uma situação de desigualdade social. Assim, segundo Scherer-Warren:

Nenhum grupo é totalmente oprimido ou completamente liberto. A dialética opressão-libertação (ou autonomia) significa que a própria mediação do poder nas relações sociais faz com que os indivíduos ou grupos em suas inter-relações vivam contraditoriamente os dois aspectos opostos deste fenômeno. O dominante em sua relação de opressão vive a contra-opressão do dominante como uma forma de opressão. A libertação é uma busca, uma utopia que dá sentido ao viver, mas que, de forma absoluta, é sociologicamente um absurdo. (Ibidem, p.9)

Por mais que se considerem aspectos generalizados acerca dos movimentos sociais, ou de diferentes formas de opressão humana, constatamos que se destacam sempre os diferentes graus de desigualdades sociais. Ou seja, “*no jogo das forças sociais há sempre os privilegiados e os desprivilegiados*” (Ibidem, p. 9). Estamos aqui interessados, da mesma forma que Scherer-Warren, nos processos de busca de libertação pelos grupos desprivilegiados, ou ainda chamados de

*“grupos subalternos, subordinados, dominados, minorias e de tantas outras formas”* (op.cit, p. 9).

Desta forma, *“quando os grupos se organizam na busca de libertação, ou seja, para superar alguma forma de opressão e para atuar na produção de uma sociedade modificada, podemos enfim falar na existência de um movimento social”* (Ibidem). Portanto, a partir da definição de movimento social de Scherer-Warren, reconhecemos a experiência dos movimentos de luta por moradia na atual realidade urbana das cidades que formam a Grande João Pessoa<sup>7</sup>.

Os estudos das Ciências Sociais sobre movimentos sociais realizados no Brasil, durante os anos 70 e, posteriormente, nos 80, ou seja, num período marcado pela ditadura militar, tinham como foco de análise central a luta da classe dos trabalhadores organizados em prol de uma sociedade mais justa, uma sociedade com utopias socialistas. Ou, ainda almejavam a conquista da redemocratização do cenário político que se encontrava sob forte repressão e violência. No entanto, a realidade e o contexto histórico da luta por moradia do presente estudo revelam outra situação, onde sobressai a experiência de uma parcela da população carente, sem acesso ao mercado de trabalho formal ou informal, desprovida de bens e de qualquer profissão e que vem sobrevivendo apenas através de “bicos”, subempregos ou “bolsa-família”. Ou seja, uma situação de pobreza extrema, instabilidade como norma e sem vislumbre de um futuro melhor.

Na medida em que as distâncias espaço-temporais do mundo se tornam cada vez menores, continentes se aproximam, países se conectam cada vez mais, culturas se confrontam, as diversidades e diferenciações sociais se evidenciam no cenário público. Este mundo que passou a se integrar através do processo de globalização trouxe também o seu paradoxo, a não incorporação no novo sistema, ou a uma incorporação de forma problemática, de grandes contingentes populacionais. A este fenômeno as ciências sociais passaram a chamar de exclusão. Inicialmente, surge como um conceito mais empírico ou meramente operacional, para denominar contingentes de populações

---

<sup>7</sup> São eles: Conde, Lucena, João Pessoa, Cabedelo, Bayeux, Santa Rita.

estruturalmente reprodutores da pobreza ou sujeitos as discriminações culturais. (SCHERER- WARREN, 2005, p.4).

Trata-se, portanto, de um número crescente de pessoas que por muito tempo vivenciam o drama da falta de um trabalho que ao menos lhes assegurasse a certeza de sustento permanente. Por isso, destacamos as diferenças entre a realidade que analisamos neste estudo, e aquela de outros estudos realizados predominantemente nos anos 70-80, e que se referiam em especial às possibilidades de melhoria de vida da classe dos trabalhadores.

Até o decênio de 1980, os “excluídos” eram vistos como resíduos esquecidos pela prosperidade dos trinta anos que se seguiram ao pós-guerra. Já em meados de 1980 começaram a ser considerados como algo estrutural, ao mesmo tempo em que o desemprego se mostrava essencialmente como subproduto do desenvolvimento tecnológico e científico... Quanto ao uso atual do conceito de “exclusão”, Luciano de Oliveira distingue dois traços característicos: o primeiro se relaciona com o chamado desemprego estrutural e reporta-nos aos “excluídos” que se tornaram “desnecessários” economicamente; o segundo traço diz respeito aos “excluídos” desnecessários não apenas econômica, mas, sobretudo, socialmente: mais do que isso, tornaram-se “socialmente ameaçantes e, por isso, passíveis de serem eliminados”. (OLIVEIRA, 1997, p. 52; apud Neuhold, 2005)

A importância da contribuição da teoria de Marx e de outros marxistas clássicos como Lênin, Lukács e Gramsci, Thompson, entre outros, particularmente nos estudos sobre os movimentos sociais da classe operária é notória, no Brasil e no mundo. Portanto, é ponto pacífico essa influência nos estudos dos anos 70 e 80, a que nos referimos, e que se empenharam na busca das formas de agir político e de organização das classes sociais para a superação da opressão de classes, a despeito de que nos anos 80, já se vivia a “crise do marxismo”. Entretanto, apesar das diferenças assinaladas entre a realidade aqui estudada e aquela dos anos 70, cabe assinalar que na atualidade há autores, como Petras, que reivindicam a importância do legado marxista na conformação de outra sociedade e, portanto, sua presença nos atuais movimentos sociais.

Hoje, o socialismo utópico está de volta: os objetivos e valores socialistas são associados a qualquer movimento social setorial (feminista, ecológico, étnico etc.) que incorpore poucos, se algum, dos atributos sociais que poderiam levá-los a uma sociedade coletivista e democrática. (PETRAS, 1999: p. 240) (...) Hoje, quando a esquerda quebra a cabeça tentando inventar utopias ou imputar intenção revolucionária aos setores reformistas (ecologistas, etc.), um retorno às contradições básicas do capitalismo, que o manifesto delinea, é essencial para fornecer uma base material para uma sociedade alternativa, coletivista e democrática. (PETRAS, 1999, p. 253).

De acordo com Maria da Glória Gohn (2003), podemos considerar os anos 70 um marco referente para a formação política dos movimentos sociais populares no Brasil, e inclusive grande parte da América Latina. Nesse período, deu-se o ressurgimento de um contingente de movimentos sociais, ainda que marcados pela heterogeneidade de seus interesses. Surgiam enfim, movimentos de classes: sindicais, urbanos, rurais; de classes populares: moradia, transporte, infra-estrutura urbana; e outros, com interesses diversos não-classistas como os movimentos feministas, homossexuais, ambientalistas, também considerados como movimento das minorias, que já naquela época conseguiam grande expressividade nos meios de comunicação de massa.

Partimos da idéia de que uma teoria sobre os movimentos sociais populares na contemporaneidade, deve dar as versões dos fatos segundo a opinião dos sujeitos que, em princípio, deveriam ser beneficiados pelas ações desses movimentos. Ou seja, preocupamo-nos também com a conjuntura interna dos movimentos e com a ação e subjetividade dos sujeitos que neles atuam. A posição dos indivíduos no sistema produtivo revela-se um dado primordial no esclarecimento da função da subjetividade como um dos elementos fundamentais na relação entre sujeito e movimento social.

A principal causa da existência dos movimentos sociais de luta pela reforma urbana e pela implementação de um projeto nacional popular ainda reside na questão da pobreza e da exclusão social. O período em que vivemos hoje revela um novo tipo de pobreza que se reafirma a partir do

desemprego estrutural. Santos (2001) caracteriza-o como uma “pobreza estrutural globalizada”. Segundo Santos, ao contrário da “pobreza incluída” e do conceito de “marginalidade”, a pobreza estrutural globalizada trata-se de uma pobreza “pervasiva (sic), generalizada, permanente e global” (SANTOS, 2001:72).

No caso brasileiro, é lamentável que políticos e partidos ditos de esquerda se entreguem a uma política de direita, jogando para um lado a busca de soluções estruturais e limitando-se a propor paliativos que não são verdadeiramente transformadores da sociedade, porque serão inócuos, no médio e no longo prazo. As chamadas políticas públicas, quando existem, não podem substituir a política social considerada um elenco coerente com as demais políticas. (SANTOS, 2001, 75).

Quando nos referimos ao caso específico da questão urbana brasileira, percebemos um diferencial tendo em vista uma dinâmica de um processo acelerado e rígido da industrialização e urbanização em enormes desequilíbrios e desigualdades sociais e espaciais (CASTELLS, 2000). Portanto, torna-se fundamental explorar a questão urbana a partir de uma crítica sistemática, livre de ideologias e que resulte numa análise capaz de identificar os problemas concretos e a busca de categorias adequadas à melhor compreensão acerca dos modos de vida urbanos e das diferentes práticas de grupos sociais urbanos.

Com as mudanças estruturais e conjunturais da sociedade civil eles (os movimentos sociais) se transformam. Como numa galáxia espacial, são estrelas que se acendem enquanto outras estão se apagando, depois de brilhar por muito tempo. São objetos de estudo permanente. Enquanto a humanidade não resolver seus problemas básicos de desigualdades sociais, opressão e exclusão, haverá lutas, haverá movimentos. E deverá haver teorias para explicá-los: esta é a nossa principal tarefa e responsabilidade, como intelectuais e cidadãos engajados na luta por transformações sociais em direção a uma sociedade mais justa e livre (GOHN, 1997: p.20).

A principal dificuldade no âmbito estrutural de enfrentamento de crises sociais drásticas está na questão do desemprego. Segundo Clementino, para um enfrentamento sobre a crise social e de governabilidade é fundamental: “Colocar a economia urbana e a questão do

*emprego nos centros das preocupações para a governança urbana das cidades brasileiras*”. (CLEMENTINO, 2002, 132).

Para pensarmos de que forma se dá atualmente o uso do território em escala universal em virtude de um processo de fragmentação aguçado em se tratando das novas relações sociais no mundo hoje globalizado que criam novas solidariedades, lembramos Santos (1998) quando ele se refere ao “Retorno do Território”. Desta forma, consideramos que:

O território, hoje, pode ser formado de lugares contíguos e de lugares em rede. São, todavia, os mesmos lugares que formam redes e que forma o espaço banal. São os mesmos lugares, os mesmos pontos, mas contendo simultaneamente funcionalizações diferentes, quiçá divergentes ou opostas. (SANTOS, 1998, p. 16)

Ainda se considerarmos alguns dados relevantes de Milton Santos (1996) acerca das *Tendências da Urbanização Brasileira no fim do século XX* constatamos que, para analisar o fenômeno da urbanização hoje no Brasil é de fundamental se ater às transformações ocorridas no âmbito da “estrutura espacial” nos últimos decênios. Pois, o espaço é sem dúvida, “*o amálgama indiscutível da ação humana e do meio preexistente - ambos interagindo permanentemente*”. (SANTOS, 1996: 118).

Milton Santos faz uma reflexão acerca do atual quadro dos nossos cientistas políticos e demógrafos que lamentavelmente não consideram o conceito e a importância do espaço para a compreensão do fenômeno da urbanização brasileira. Para Santos, deve-se traçar um enfoque sobre o urbano tendo o espaço como instância social, levando em conta as tendências atuais de reorganização do território. Portanto, segundo Santos:

É uma pena e um equívoco cientificamente lamentável. Porque somente o espaço permite apreender o futuro, através do presente e também do passado, pela incorporação de todas as dimensões do real concreto. Os processos sociais são condicionantes duráveis das ações inovadoras. (SANTOS, 1996, p.118).

Faz-se necessário tratarmos um pouco do processo da urbanização brasileira, em particular do momento de sua *crise* e de *seu planejamento*, conforme apontou Wilson Cano (1986). A explicação possível do imenso êxodo rural, por exemplo, que ocorreu durante a década de 50, foi resultado da manutenção do atraso agrícola em certas regiões, enquanto em outras, já conviviam isoladamente com a modernização agrícola. De acordo com Cano, foi após esse breve processo de modernização agrícola que se deu a transformação dos países da América Latina, “*de predominantemente rurais, em majoritariamente urbanos*”. Assim segue:

É esse grande traslado humano que provocou a urbanização precoce e desorganizada de nossas cidades, enchendo-as de gente. A incapacidade de nosso capitalismo urbano, de empregá-la produtiva e plenamente, - “isto é de explorá-la” - colocá-a à margem da sociedade, sob condições inferiores de vida. (CANO, 1986, p. 4).

Tendemos a seguir uma análise sobre a originalidade dos movimentos sociais de hoje que estariam voltadas para o plano de discussão do que seriam, segundo Lojkin (1999), as “*novas formas de luta de classes*”. Pois, faz-se necessário marcar o que começa a se alterar hoje com respeito às novas tendências e reivindicações sociais dos sujeitos na luta política, que são as “*múltiplas manifestações de recomposição das solidariedades coletivas*”. Esses novos meios de ação política assumem uma postura mais autônoma e menos subordinada à ação governamental, à política estatal. Assim, Lojkin (1999) nos remete ao período atual, aberto pelos movimentos sociais dos anos 1986-1988-1995-1998 retratados pelo movimento estudantil, pela coordenação dos enfermeiros, pelas lutas dos ferroviários, indo até o movimento dos sem-documentos (ilegais) e dos desempregados. De acordo com sua análise, esses atuam de maneira a consagrar uma ruptura em relação aos vínculos tradicionais de subordinação e de divisão das tarefas entre as instâncias políticas e a sociedade civil.

Dentro desta conjuntura política que prejudica radicalmente a maioria da população mundial, num momento de fim das ilusões (crise do marxismo, derrocada do socialismo real) restam as esferas da sociedade que se opõem a esse massacre físico, econômico e cultural que faz milhões de vítimas em todo o mundo. São representadas por várias entidades, como sindicatos, grupos de jovens anticapitalistas, ONGS e por movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Agrícolas Sem Terra (MST). Segundo Chauí, nesse período de neoliberalismo,

O refluxo dos movimentos e das políticas de emancipação do gênero humano criou um vazio que a ideologia neoliberal sente-se à vontade para preencher a seu bel-prazer, porque não encontra opositores. Um dos efeitos mais terríveis do neoliberalismo brasileiro tem sido o esfacelamento dos movimentos sociais e populares que foram os grandes sujeitos históricos e políticos dos anos 70 e 80 (1998, p.34 e 40).

Os movimentos sociais geralmente são vistos como espaço de inovação social, bem como agentes de pressão político-social. E, particularmente desde a segunda metade do século XX, estariam se transformando de instrumento de reivindicações para instrumentos de ações coletivas (GOHN, 2003). Particularmente, no Brasil dos anos 90, apresentaram uma nova redefinição seguida por duas direções distintas. A primeira liga-se exatamente “às reivindicações das questões de infraestrutura básica ligadas ao consumo coletivo”. E uma segunda temática, representada pela busca da “*subjetividade, pertencimento, participação na construção e ampliação da esfera pública*”, hoje bastante em evidência no cotidiano da maioria dos movimentos sociais.

Gohn (1997, p. 254), em sua proposta teórico-metodológica para a análise dos movimentos sociais, afirma que ela combina muito do paradigma europeu, ou seja, premissas da análise marxista-gramsciana ou macro-análise, com a micro-análise da teoria dos Novos Movimentos Sociais (norte-americano e também europeu), acrescentando categorias como solidariedade e identidade, elementos fundadores dos interesses de classe. Concordamos com a autora quanto à maior precisão e riqueza

dessa construção, porque impede que nos esqueçamos dos aspectos micro, presentes nos movimentos sociais, uma vez que frente aos dilemas colocados pela globalização e seus efeitos nefastos, principalmente para a periferia do sistema – a globalização excludente – tais aspectos seriam facilmente desprezados. Deve-se ainda ressaltar a importância do retorno ou resgate dos aspectos macro, abandonados por longo tempo.

Seguindo sua proposta, salientamos que, no estudo dos movimentos sociais, devem estar presentes dois aspectos: a - o interno: demandas e reivindicações, conjunto de ações coletivas, composição social, articulações – internas e externas, por sua vez. (Internas: projeto, contexto, ideologia, práticas. Externo: articulações ou interlocutores, relações com outros movimentos.); b - o externo: o contexto, o cenário sócio-econômico, político e cultural.

Segundo Boaventura de Souza Santos (2005), podemos pensar na atual conjuntura política dos movimentos sociais a partir daquilo que ele designou de “*sociologia das ausências*” e “*sociologia das emergências*” que “*representa um tipo ideal de operação epistemológica característica do FSM*” (Fórum Social Mundial). Pois, “*na vida real, as práticas e os saberes dos diferentes movimentos e organizações, bem como as interações globais entre eles, estão mais ou menos próximos deste tipo ideal*” (SANTOS, 2005: 21). Essa perspectiva epistemológica refere-se à constatação de uma sociologia que estaria produzida, ou emergindo contra as Ciências Sociais consideradas hegemônicas. Santos (2005) dessa forma tenta investir em analisar criticamente as condições que destroem a experiência social não hegemônica e, como ele mesmo aponta, potencialmente contra-hegemônicas. Considera assim que,

Através da sociologia das ausências e da sociologia das emergências, a experiência social que resiste à destruição é desocultada, e abre-se o espaço-tempo capaz de identificar e de tornar credíveis as experiências sociais contra-hegemônicas. (SANTOS, 2005, p. 21).

Os movimentos de luta pela moradia aparecem como um caminho ou alternativa plausível para a melhoria da vida urbana, pensando a cidade em quanto um espaço mais democrático. Isso porque, na realidade de hoje, na qual o urbano se dá quase como sinônimo de caos e desordem, as ocupações urbanas aglutinam os esquecidos pelo poder público que encontram através da organização de ações coletivas, associações comunitárias, a possibilidade de uma melhoria de vida mútua. Este é o caso das ocupações de espaços vazios, edifícios abandonados, sem função nas atividades públicas e governamentais. Os novos movimentos sociais apresentam-se conforme as necessidades e interesses políticos de uma nova conjuntura.

As organizações políticas das camadas pobres ou miseráveis da população ganham espaços e vozes num novo contexto político em virtude de uma nova onda onde ganham forças as iniciativas das Organizações Não governamentais. Assim, os movimentos urbanos dos desempregados, sem moradia, e todos os outros Movimentos dos Sem direitos sociais recebem algum reconhecimento, pelo menos mínimo, quando reaparecem num conjunto de outras vozes que reivindicam e lutam por políticas sociais em prol de um mundo menos desigual e mais digno. Constituem exemplo e esperança para aqueles que durante muito tempo na história seguem lutando seriamente e sem limites pela liberdade. Assim,

Ao se afirmarem, os novos movimentos de classe possibilitam a construção de outras ferramentas, para a formação de uma referência coletiva transformadora. Ferramentas estas, capazes de dotar as organizações dos trabalhadores na sociedade civil de uma política, que englobe as dimensões sócio-econômicas e culturais e resgate um projeto de sociedade sem exploradores e sem explorados. (MOURA, 2005, p.3).

Entretanto, a idéia de que os movimentos sociais constituiriam um espaço factível de afirmação das diferenças, impondo requisitos de cidadania, deve ser relativizada. Embora esses espaços tenham parecido inicialmente serem constituídos para além dos conflitos imediatos, a

reprodução de carências sociais referentes a terra, moradia e trabalho demonstra que a gestão da pobreza está sempre esbarrando nos velhos dilemas das desigualdades e, na maioria das vezes, deslocada da agenda de prioridades políticas. E isso reafirma a necessidade e importância de todo apoio e atenção a esses movimentos.

## 2.2 O SENTIDO ANTROPOLÓGICO E SOCIAL DA MORADIA



Gabriela Dowling, 2006.

**Foto 3 - Casa em Caiana dos Crioulos, Paraíba.**

“...São casas simples  
Com cadeiras na calçada  
E na fachada  
Escrito em cima que é um lar  
Pela varanda  
Flores tristes e baldias  
Como a alegria  
Que não tem onde encostar...”

Ao nos aproximarmos ao universo da ocupação urbana, percebemos mais nitidamente qual a importância e o sentido da moradia na vida de

um indivíduo. A falta de uma moradia, no entanto, reforça ainda mais a relevância social do universo da casa na cotidianidade da vida urbana. Se a falta de trabalho torna o homem um ser incompleto<sup>8</sup>, a falta de um lar desintegra mais ainda a identidade do ser humano ao retirar-lhe até mesmo o refúgio básico de qualquer animal, a sua toca. O ser humano sem moradia encontra-se no anonimato das leis que regem a vida social. E hoje:

Encontramos nas grandes cidades, as vítimas dessas mediações constrangedoras que as vivem até as últimas conseqüências, resultando no dramático número crescente de indivíduos e famílias impossibilitados de pagar por algum espaço. Portanto eles são habitantes da cidade que não podem habitar, sendo este um grave problema ontológico. (BUONFIGLIO, 2004).

Carlos (2001) ao tratar esta questão afirma que: “*Primeiramente o homem habita e se percebe no mundo a partir de sua casa*” e cita Ecléa Bosi, para quem a casa é o “*centro geométrico do mundo para o habitante*” (BOSI, apud CARLOS, 2001, pág., 217). A vida cotidiana se apóia em um quadro de articulação espacial formado pela casa e pelas dimensões que a envolvem, ou seja, a rua e o bairro.

Em *(Des)figurações: a vida cotidiana no imaginário onírico da metrópole*, José de Souza Martins (1996) considera que, na linguagem onírica, a rua é sempre o cenário onde os sonhadores se sentem ameaçados por coisas e entes perigosos, enfim, nos sonhos, a rua se configura em oposição à casa da família. Assim,

[...] cada uma dessas realidades é permeada por uma lógica própria, determinada pelo tipo de sociabilidade que em cada um pode haver, embora haja uma rotina da casa e uma rotina da rua, as relações sociais que dão sentido ao que é a casa, como realidade sociológica, são opostas às relações sociais que dão sentido ao que é a rua. (MARTINS, 1996, p. 27).

Ainda segundo Martins (1996):

---

<sup>8</sup> Lembre-se aqui a questão da teoria do valor trabalho em sua dimensão sociológica, conforme Castel (1998), ou seja, o trabalho como fundamento das relações sociais, elo social por excelência.

[...] essencialmente, o lugar público não é um lugar de pessoas reais, mas de pessoas supostas. Diferente do que ocorre no interior da casa de família. ... as pessoas da rua são anônimas e abstratas e sua identidade difusa não é constituída por relações concretas em que se sabe quem é o outro - qual o seu nome ... sua identidade é constituída pela suspeita e pela (des) confiança. (MARTINS, 1996, p. 27).

Michel de Certeau (1996) descreve a moradia como um território em que a pessoa se sente em paz, e que revela a personalidade de seu ocupante, ou seja, a distribuição das diferentes funções diárias constituem diferentes “relatos de vida”. Entendemos que os valores sociais associados a essa necessidade humana mais geral e básica (a casa) passa por uma questão primordialmente de ordem identitária do sujeito. Ou seja, a partir de Bachelard (1998), buscamos dar ênfase a uma visão mais densa acerca da função original do habitar, entendida como o nosso primeiro universo. E quando não temos, desde o início de nossa existência, nosso lugar, resta-nos um imenso vazio e a desorientação. *“Porque a casa é o nosso canto do mundo. Ela é como se diz amiúde, o nosso primeiro universo. É um verdadeiro cosmos. Um cosmos em toda acepção do termo. Vista intimamente a mais humilde moradia não é bela?”*. (BACHELARD, 1998)

Este ponto analisado por Bachelard faz juízo ao contexto de vida dos sujeitos da pesquisa que, na falta de uma moradia, *“todo espaço realmente habitado traz a essência da noção de casa”* (BACHELARD, 1998, p. 25). Para aqueles que encontram o seu *“menor abrigo”*, como é o caso das famílias que vivem hoje no prédio ocupado, ou ainda a comunidade do Cajueiro que construiu o seu abrigo em condições precárias. *“O ser abrigado sensibiliza os limites do seu abrigo. Vive a casa em sua realidade e em sua virtualidade, através do pensamento e dos sonhos”* (BACHELARD, 1998, p. 25).

### Segundo Rolnik,

A arquitetura da cidade é ao mesmo tempo continente e registro da vida social: quando os cortiçados transformam o palacete em maloca estão, ao mesmo tempo, ocupando e conferindo um novo significado para o território; estão escrevendo um novo texto. É como

se a cidade fosse um imenso alfabeto, com o qual se montam e desmontam palavras e frases. (ROLNIK, 1988, p. 18)

Portanto, é nesse contexto gráfico que se reconfigura o território do espaço da ocupação do antigo prédio do INSS. A nova resignificação é estabelecida através das novas relações sociais deliberadas pelos então moradores que trazem à tona os seus costumes, valores e estilos de vida na construção do espaço escolhido para meio provisório de moradia.

O cenário próximo e íntimo é o da centralidade da casa (que é cotidiana, porque rotineira, mas que resiste à cotidianidade) porque é tradicionalista, no sentido de lugar dos vínculos umbilicais e naturais. Tudo indica que a casa que aparece nos sonhos, é uma casa idealizada, muito diferente da casa cotidiana, sobretudo porque é uma casa despojada. (MARTINS, op. cit., p. 31)

O esquema proposto por Martins sobre a casa nos seus aspectos reais e cotidianos em contrapartida à casa da qual idealizamos nos nossos sonhos, leva-nos a pensar que a própria composição de uma casa, pelo menos a representação do ideal, sempre foge daquilo que na íntegra imaginam as pessoas que nela convivem cotidianamente. A rotina, os afazeres de todo santo dia, as contas a pagar, e principalmente os conflitos existentes nos processos sociais da vida em família não retratam fidedignamente a tradição natural dos vínculos de parentesco. No entanto, o lado mais íntimo das relações familiares é originado dentro da casa. Local onde nos sentimos à vontade, em paz, como a expressão “*sinta-se em casa*” reflete claramente os tipos de relações pessoais estabelecidas pela naturalidade do lugar.

A casa aparece, assim, como lugar de refúgio contra as ameaças da vida cotidiana. Vida cotidiana que se desenrola essencialmente em espaços públicos (na rua, em grandes espaços indefinidos) em contraposição ao espaço privado da casa. Em outras palavras, aquilo que é propriamente vida cotidiana aparece em conflito, como ameaça, com aquilo que é íntimo, doméstico e rotineiro. A vida doméstica e familiar aparece nos sonhos como lugar de segurança, de paz, de proteção, ainda que lugar de dominação, autoridade e controle – um lugar quase uterino. (MARTINS, op.cit: p. 32)

O respeito pelos mais velhos, os hábitos e costumes repassados de pais para filhos, seja com relação aos hábitos alimentares ou de higiene que muitas vezes são próprios de cada tradição familiar constituem exemplos dessas relações. Destes costumes construídos culturalmente surgem os tabus que a partir do convívio social são modificados e adaptados para cada situação diferente. Da Matta (1997) refere-se ao extenso simbolismo contido na representação da casa em nossa sociedade.

De casa vem também casamento, casadouro e casal, expressões que denotam um ato relacional, plenamente coerente com o espaço da morada e da residência. Por tudo isso, ser posto para fora de casa significa algo violento, pois, se estamos expulsos de nossas casas, estamos privados de um tipo de espaço marcado pela familiaridade e hospitalidade perpétuas que tipificam aquilo que chamamos de “amor”, “carinho” e “consideração”. (DA MATTA, 1997, p. 57).

Mas, afinal, para que necessitamos casa? Eis uma questão aparentemente óbvia e, no entanto, nem todos nesse Brasil e em qualquer lugar do mundo podem usufruir desse bem-estar fundamental e é o que move as ocupações e os movimentos por esse direito básico.

### **2.3 - DIREITO À MORADIA, LEGISLAÇÃO E LUTA PELA MORADIA.**

*A miséria é de quem a sofre;  
a responsabilidade, porém, cabe a todos nós.  
Florestan Fernandes*

Quando nos referimos à situação atual das ocupações urbanas, e ao estilo de vida dos sem-teto, necessariamente nos voltamos ao contexto do Direito urbanístico e da Política Urbana no Brasil. Portanto, foi de nosso interesse promover uma discussão acerca dos novos movimentos sociais, mais especificamente o Movimento de Luta pela Moradia, que surgiram após uma nova conjuntura política, a era do neoliberalismo, da precarização e flexibilização das relações de trabalho. Seguimos uma análise com a contribuição de autores importantes que se manifestaram criticamente sobre as transformações sociais decorrentes de um deficitário planejamento urbano.

Ressaltamos ainda que a problemática da falta de moradia, bem como da atenção às demais necessidades da população, insere-se no capítulo dos direitos humanos universais, o que exigiria políticas públicas mais eficazes e também universais. Assim, algumas problemáticas já levantadas por Valladares (1980) devem ser enfatizadas ao estudarmos o tema da política habitacional e urbana. São elas:

[...] que a questão habitacional não é uma questão isolada, não podendo ser examinada dissociada do contexto sócio-político-econômico global; toda política habitacional se entendida enquanto operação de planejamento, representa antes de tudo uma medida de controle social, exercida em nome das camadas dominantes; toda política habitacional aparece investida de um conteúdo ideológico preciso. (VALLADARES, 1980, p. 33).

De acordo com alguns dados e a própria realidade brasileira atual, constatamos que o principal problema que determina esse quadro social como a falta de moradia, revela-se no aumento do desemprego, pois,

segundo estudos da pesquisa SEADE/DIEESE (2004), a taxa atual do desemprego no Brasil, nas regiões metropolitanas, situa-se em torno de 20%. É nesse sentido que a vida nas cidades está condicionada pela falta de oportunidades para os mais pobres, a população de baixa ou sem nenhuma renda, tornando-a impossível, como aponta Clementino:

Finalmente, a crise social deteriora a qualidade de vida nas cidades brasileiras e impõe enormes desafios ao governo, às empresas e **à comunidade. A exclusão social e a falta de perspectiva de trabalho** difundem a violência criminosas, e os serviços públicos se deterioram, dificultando sobremaneira a vida cotidiana. (CLEMENTINO, 2002, p.126).

Como já argumentamos anteriormente na introdução, o número de sem-tetos vem se multiplicando de forma bastante acentuada e acelerada, não só na Paraíba, como também em vários centros urbanos do Brasil, bem como o número de entidades que lutam pela moradia digna em todo o país.

O esclarecimento acerca dos nossos direitos ainda se faz necessário nos tempos atuais. No dia a dia de nossa vida rotineira é evidente a falta do conhecimento dos direitos humanos fundamentais, seja com relação à cidadania básica, ao direito ao trabalho, ou ainda ao direito à moradia. Quando se trata do “não direito” a algo, ou seja, à proibição, esse logo chega até as nossas consciências. Isso demonstra o quanto receamos ser julgados ou punidos, principalmente se formos pré-julgados sem uma causa concreta. Para aqueles que não usufruem de certos direitos a eles prometidos, a realidade se revela um castigo divino ou até uma predisposição inquestionável. Entretanto, mais grave ainda é o quanto tais direitos permanecem como “letra morta”, integrando o conjunto de leis, mas sem efetivação, sem jamais constituir uma realidade.

Com relação ao tema da falta de moradia em João Pessoa, percebe-se que uma grande deficiência do conhecimento do direito à moradia, previsto pela Constituição de 1988, pela população paraibana em geral, e em especial pelas comunidades carentes e desprivilegiadas social e

economicamente. Por outro lado, somente em 2000, o direito à moradia foi elevado ao *status de direito* constitucional, demonstrando que ainda se trata mais de expectativas que de verdadeiros direitos subjetivos.

Fernando Abujamra Aith (2006), na tese sobre o Direito à Moradia, apresentada no 1º Encontro Brasileiro de Direitos Humanos, demonstra o problema enfrentado para assegurar a efetividade dos direitos sociais:

Os Direitos individuais possuem muito mais respaldo jurídico e garantias judiciais efetivas do que os direitos sociais. Enquanto existem instrumentos como o *Habeas Corpus*, Mandado de Segurança, o princípio da legalidade, entre outros, destinados à garantia do cidadão contra arbitrariedades estatais, verificamos a absoluta falta de instrumentos e garantias jurídicas que protejam, com a mesma eficácia, os direitos sociais, culturais e econômicos. Enquanto os direitos civis e políticos exigem, basicamente, uma abstenção por parte do Estado, os direitos sociais exigem uma ação efetiva do Estado. (ABUJAMRA AITH, 2006)

De acordo com a nota de esclarecimento de Alfonsin acerca “*Da Concessão de uso especial*” seguindo o Estatuto da cidade, podemos considerar que:

A redação original do Estatuto da cidade havia reservado seis artigos para tratar da concessão de uso especial para fins de moradia, mas aqueles dispositivos foram vetados pelo governo federal. A alegação foi de que feriam a autonomia de Estados e Municípios ao tornar obrigatória (e não mais facultativa) a concessão especial de uso para fins de moradia nas áreas ocupadas por população de baixa renda. Além disso, a Lei não estabelecia um marco temporal que, embora preservando os direitos das ocupações históricas em áreas públicas, estancasse dali para frente, a possibilidade deste ser, a qualquer tempo, reconhecido como um direito subjetivo dos ocupantes, sob a pena de se ter uma corrida de ocupações às áreas públicas. (ALFONSIN, 2001, p. 409).

Na base da discussão acerca dos direitos dos homens, torna-se necessário pensar na proposta de Norberto Bobbio em *A Era dos direitos* (1992) de que há uma distinção entre o fundamento de *um direito que se tem* e de *um direito que se gostaria de ter*. Isso considerando a questão de sua legitimidade frente às normas e de como esses direitos tornam-se reconhecidos pelo poder direto ou indireto, ou seja, pelo ordenamento.

A própria definição do “direito dos homens” é tida de forma imprecisa, pois as diversas interpretações de seu conteúdo abstrato e universalista conduzem a certa ilusão do que seria realmente: “*são aqueles cujo reconhecimento é condição necessária para o aperfeiçoamento da pessoa humana ou para a civilização*”. Nunca saberemos de fato que aperfeiçoamento seria esse e para quem se almejavam esses direitos.

Segundo Bobbio,

[...] entre os direitos compreendidos na própria Declaração, há pretensões muito diversas entre si e, que é pior, até mesmo incompatíveis... Nesse caso, falar de fundamento, mas de fundamentos dos direitos do homem, de diversos fundamentos conforme o direito cujas boas razões se deseja defender. (BOBBIO, 1996, p. 20).

Desta forma,

A liberdade e a igualdade dos homens não são um dado de fato, mas um ideal a perseguir; não são existenciais, mas um valor, não são um ser, mas um dever ser... são universais em relação ao conteúdo, na medida em que se dirigem a um homem racional fora do espaço e do tempo, mas são extremamente limitadas em relação à sua eficácia, na medida em que são (nas melhor das hipóteses) propostas para um futuro legislador. (BOBBIO, 1996, p.29).

Na definição de Direito concebida por Bobbio (1996), há uma distinção precisa quando a garantia e função do direito dependem da intervenção do Estado, e nesse caso percebe-se que sempre há uma incompatibilidade entre “*liberdade*” e “*poder*”. Pois, em sua argumentação, considera que:

Esclareço dizendo que chamo de “liberdades” os direitos que são garantidos quando o Estado não intervém; e de “poderes” os direitos que exigem uma intervenção do Estado para a sua efetivação. Pois bem: liberdades e poderes com freqüência, não são, como se crê – complementares, mas incompatíveis. (BOBBIO, 1996, p. 43).

Ainda é importante frisar que, como afirma Bobbio (1996), quando há referência ao reconhecimento dos direitos sociais do homem, necessariamente se requer uma intervenção ativa do Estado. Portanto,

deve-se ter em prática que “os direitos sociais exigem, para sua realização prática, ou seja, para a passagem da declaração puramente verbal à sua proteção efetiva, precisamente o contrário, isto é, a ampliação dos poderes do Estado”. (BOBBIO, op.cit, p. 72).

Observamos com relação ao direito à moradia que essa dependência do Estado na busca pelo reconhecimento e efetivação desse direito vem causando uma série de transtornos. Como se trata de algo impossível de ser resolvido em curto prazo, a espera muitas vezes é permeada por relações de paternalismo, muito comuns no contexto histórico brasileiro. A questão ainda se agrava considerando que a questão da moradia só é valorizada, ou apenas entra no discurso dos poderosos, em período ou prévia eleitoral. Ressaltamos que esse é um ponto bastante apontado nos depoimentos das pessoas entrevistadas durante nossa pesquisa. A promessa e a disputa entre poderes deixam alguma brecha para a possibilidade de realização dos sonhos dessas pessoas de obterem a casa própria. Ou ainda, dependendo do resultado, esse sonho se desmorona e se transforma no pesadelo da eterna espera da casa.

A efetivação de uma maior proteção dos direitos do homem está ligada ao desenvolvimento global da civilização humana. É um problema que não pode ser isolado, sob pena, não digamos de não resolvê-lo, mas de sequer compreendê-lo em sua real dimensão. Quem o isola já o perdeu. Não se pode por o problema dos direitos do homem abstraindo-o dos dois grandes problemas de nosso tempo, que são os problemas da guerra e da miséria, do absurdo contraste entre o excesso de potência que criou as condições para uma guerra exterminadora o excesso de impotência que condena grandes massas humanas à fome. (BOBBIO, 1996, p. 45).

A problemática atual das cidades vincula-se diretamente a um mundo em que impera o processo da globalização econômica neoliberal, crise da democracia (representada pela crise do Estado), desqualificação e precarização do trabalho em virtude da reestruturação produtiva e flexibilização trabalhista. Entretanto, vários autores, como Boaventura S. Santos, (2005), por exemplo, vêm apontando o local como o novo espaço para se repensar e priorizar melhor a governabilidade, tendo como função

o desenvolvimento de novas políticas públicas que amenizem as desigualdades sociais e econômicas da população. Ou seja, o local como o espaço de resgate de um novo processo de redemocratização, em conjunto com entidades da sociedade civil, a partir da repolitização liderada pelas entidades não governamentais e movimentos sociais, que representariam a tal chamada “governabilidade” local.

Seria, portanto, um acordo entre governo e sociedade civil (entidades e novas organizações Não Governamentais) como uma possibilidade de “*gerar um maior dinamismo das atividades econômicas e maior redistribuição da riqueza e da renda*” (CLEMENTINO, 2002). No entanto, no Brasil, o reconhecimento da competência dos governos locais na intervenção do processo de desenvolvimento ainda não pôde ser realizado, tendo em vista que o processo de urbanização dos centros brasileiros foi sediado por um período de restrição política, devido ao processo de redemocratização, pós-ditadura militar nos anos 80, um período marcado por pressões, caos e desordem na sociedade.

Assim, tivemos algumas conseqüências deste período: agentes sociais diferenciados, crise do Estado, sem muita capacidade de decisão interna, acúmulo de problemas sociais. Dentro deste contexto, reafirmamos as questões lançadas que são investigadas por Clementino (2002): “*Até que ponto os governos locais estão preparados para orientar as políticas públicas em direção ao desenvolvimento econômico e social das cidades?*” (CLEMENTINO, 2002:123).

Contextualizados dentro do grupo social marginal ao processo de produção capitalista do espaço, aparecem os sem-teto que *ocupam* edifícios desabitados do centro da cidade de João Pessoa, retomando os espaços que, potencialmente, são de vida. Eles reivindicam tais espaços ao Estado como habitações fixas e asseguradas pela lei, interrompendo o ciclo econômico que cria ruínas.

O que entendemos aqui como *ocupar* – no caso, um espaço privado *quase* abandonado para fazer dele uma habitação – é entendido, nesta sociedade, como violação da propriedade privada, e por isso, *invasão*, o que nos remete mais uma vez à discussão em torno deste processo e relação social historicamente consolidado.

Garantida juridicamente, a noção de propriedade que herdamos de Roma dá direito ao proprietário de fazer dela o que quiser; usufruí-la, vendê-la, aliená-la ou até mesmo destruí-la. O processo de produção de ruínas nada mais é do que o “engessamento” da propriedade privada, quando esta não é usufruída nem arrendada e torna-se inativa. O proprietário nega sua propriedade na medida em que a paralisa, inutilizando-a para a vida. E que leva a um estado de ociosidade de edifícios inteiros, à espera de valorização.

Se nos ativermos à Legislação, perceberemos o quanto ambígua e contraditória ela se apresenta quando se trata da questão do direito à propriedade, ou mais ainda em se tratando da luta pela direito à moradia. Assim, a lei brasileira que assegura e protege a propriedade privada também ordena a função social dos imóveis urbanos. O que parece ser irreconciliável na realidade é premissa do Estatuto da Cidade, segundo a Lei nº. 10.257, de 10 de Julho de 2001:

[...] garantir o cumprimento da Função Social da Cidade e da Propriedade Urbana, estabelecendo normas de ordem Pública e interesse social, que regulam o uso da Propriedade Urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem estar dos cidadãos [...].

No Código Civil, encontramos:

Art. 1.228. O proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha.

§ 1º. O direito de propriedade deve ser exercido em consonância com as suas finalidades econômicas e sociais (...) (TÍTULO III, Da Propriedade, CAPÍTULO I, Da Propriedade em Geral, Seção I)

E quando a propriedade urbana cumpre sua função social? Segundo o Art. 39 do Estatuto da Cidade:

[...] quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no Plano Diretor<sup>9</sup>, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas, respeitadas as diretrizes previstas no art. 2º desta Lei.

Segundo o §4º (inciso quarto) do artigo 182 da mesma lei:

É facultado ao poder público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:

I – parcelamento ou edificação compulsórios;

II – imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;

III – desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

Através do inciso (§) 1º do Art. 5º do Estatuto da Cidade, considera-se o imóvel subutilizado quando seu “*aproveitamento for inferior ao mínimo definido no plano diretor ou em legislação dele decorrente*”.

Percebe-se que as condições de igualdade se dão apenas no terreno da mera formalidade, pois na base das leis está implícito o seu oposto, uma vez que a propriedade privada é um processo restrito socialmente e que, portanto, beneficia apenas alguns indivíduos na cidade.

Sem aceitar esta situação, os sem-teto vão reivindicar e ocupar os espaços caracterizados pela Lei como *não utilizados*, entendendo-os como *ociosos, vazios* e até mesmo *abandonados*.

---

<sup>9</sup> O Plano Diretor deriva do Estatuto da Cidade.

É própria da linguagem jurídica certa neutralidade que emprega termos formais e muitas vezes oculta a situação vivida. Assim, a expressão “*não utilizado*” que caracteriza uma determinada circunstância de certos imóveis, remete a um significado de ausência de pessoas e/ou ausência de serviços e atividades. A lei não poderia denominar tais imóveis como *desocupados* ou *não ocupados*, porque isso poderia ser entendido como estímulo às ocupações, indo contra as normas estabelecidas socialmente.

Acreditamos que a expressão “*não utilizado*” assemelha-se ao termo *vazio*. Já o termo *ocioso* está mais carregado de sentido e aprofunda a questão uma vez que os imóveis que deveriam cumprir sua função social são *improdutivos* e não estão apenas vazios ou sem utilização. São *estéreis* em relação à vida humana, indo de encontro ao estado de abandono, que é, por sua vez, revelador de uma deterioração física e social.

Entretanto, ainda que sem vida, só poderíamos tratá-los como abandonados até certo ponto, visto que a propriedade privada se mantém, ainda que sem a presença do proprietário. O abandono efetivo seria incoerente com o processo capitalista do setor imobiliário urbano. A partir disso, faz-se necessário modelar com mais precisão o termo a ser empregado, entendendo-o dinamicamente nessas suas duas faces. Assim consideramos o termo *em abandono* mais apropriado.

Existe atualmente um centro de estudos sobre planejamento de habitação nacional, que visa amenizar os problemas encontrados pelas populações de baixa renda em vários lugares do Brasil. Após uma pesquisa feita na internet, no *site* do projeto desenvolvido pela Rede Nacional de Avaliação e Disseminação de Experiências Alternativas em Habitação Popular, pudemos perceber como se sustenta a experiência do projeto. O objetivo principal do projeto está na identificação, sistematização, avaliação e disseminação de experiências de gestão de processos de implementação de soluções habitacionais para baixa renda, dando ênfase à participação dos usuários como agentes do processo, seja

no âmbito da produção, seja naquele da gestão dos empreendimentos. De acordo com as informações disponibilizadas no *site* pode-se constatar que vem se desenvolvendo de forma crescente soluções e alternativas para a questão da habitação a partir de diversas áreas de interesse não governamental. Portanto, seguem informações do projeto:

Este universo inclui programas ou experiências "alternativas" (assim consideradas a partir de seu potencial de inovação) no campo da provisão de oportunidades habitacionais - construção ou reforma de unidades, provisão de lotes urbanizados, fornecimento de materiais de construção - ou em outras esferas de atuação habitacional - urbanização de assentamentos, regularização fundiária ou, ainda, utilização de instrumentos normativos visando facilitar o acesso à terra. A pesquisa desenvolveu-se através de uma rede, envolvendo pesquisadores e instituições das Regiões Metropolitanas de Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife e Belém, com apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), através do Programa Habitare. ([www.habitare.org.br](http://www.habitare.org.br)).

É preciso salientar que a luta por moradia, hoje em dia, estende-se por todo o país e está representada por vários grupos que atuam de maneiras distintas, ainda que movidos por um objetivo comum (a conquista de algum espaço para habitarem). Alguns desses grupos têm atuação nacional, outros, restritos a uma cidade ou estado. O Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), por exemplo, luta por habitação em várias regiões da cidade de São Paulo e da Grande São Paulo, acampando em terrenos no ABC, Guarulhos e inclusive reivindicando a compra dessas áreas para habitarem.

O MDM (Movimento de Direito à Moradia), outro exemplo de movimento social que luta por moradia, reivindica mais que um teto, compreendendo a *potência social do espaço*. Trata-se de uma potência *a se realizar*. Assim eles criticam o espaço *conformado*, aquele da produção *homogênea*, agravado pela desvalorização e pelo processo de abandono que o torna ainda mais um espaço que não se realiza socialmente.

Por outro lado, as autoridades cujos poderes na forma da lei são estendidos pela coação da polícia, também percebem tal potência do

espaço e sabem que negando imóveis no centro negam mais que um espaço físico. Negam a possibilidade de espaços sociais e políticos se concretizarem plenamente, uma vez que os movimentos sociais explodem na cidade reivindicando espaços para sua luta e sua própria existência. Quando se nega um espaço, ou melhor, a *construção* de um espaço, nega-se a existência social e política de determinado grupo de pessoas. Assim, ainda segundo Alfonsin:

Se as dimensões jurídica e social da intervenção são bem sucedidas, o impacto da regulação fundiária é extremamente desejável acarretando um profundo aprendizado da cidadania e de democracia por uma população que conquista o direito de ser sujeito, de não ser mais o ‘não-cidadão’, ‘o não-sujeito’. (ALFONSIN, 2001, p.237).

E complementa, lembrando o esforço enorme necessário para “reverter a cultura da não cidadania”, transformando-a no reconhecimento dos direitos e integração de todos, através da contribuição das mais diversas áreas.

Reverter uma cultura de não cidadania requer um trabalho determinado e constante de acompanhamento do trabalho de regularização, por assessores comunitários, assistentes sociais e sociólogos, capazes de construir uma confiança e de despertar uma auto-estima da comunidade. (ALFONSIN, 2001, p. 237).

Para tratar da questão do papel da sociedade civil e de suas relações com o Estado na reivindicação de seus direitos, em especial as necessidades básicas das classes subalternas, retomamos o que já dizia Kowarick:

Estas (as classes subalternas) não podem mais ser equacionadas como mera mercadoria que se vende no mercado de trabalho a preços geralmente irrisórios. É preciso retomar nesta equação a tradicional questão da cidadania, entendida na sua acepção clássica, isto é, o conjunto de direitos e deveres de participar não só da criação das obras sociais como no controle destas obras. Ou seja: a ampliação e garantia dos direitos e deveres implícitos no exercício da cidadania supõem, de imediato, a possibilidade não só de usufruir dos benefícios materiais e culturais do desenvolvimento, como também, sobretudo, a de interferir nos destinos desse desenvolvimento. (KOWARICK, 1979, p 27).

### 3. CONSIDERAÇÕES ACERCA DA METODOLOGIA DE PESQUISA



Gabriela Dowling, 2005.

**Foto 4 - Marlon, morador da comunidade do cajueiro, nosso ajudante de produção durante as filmagens.**

... definitivamente, só é possível compreender a cidade fixando-se outros panoramas que a excluem do horizonte. Mas isso se realiza somente quando se sofre, com a totalidade das próprias atividades perceptivas e cognitivas ampliadas, não somente o desconforto urbano mas também a sua sedução. É preciso estar dentro e fora do espaço urbano: saltar na cidade. (CANNEVACCI, 1997: p. 20-21).

### 3.1 - ESTUDANDO O URBANO: O PESQUISADOR EM SEU PRÓPRIO MEIO



Adriano Franco, 2005.

**Foto 5 - Seu Farias e nossa equipe de filmagem.**

Neste estudo partimos a princípio por uma escolha, no sentido de que a Antropologia pode expressar mais intensamente o motivo da vida do homem urbano e a sua interação com o meio social ininterruptamente transformável. A descrição de um espaço urbano, visto a partir de um olhar antropológico, procura decifrar os significados dos comportamentos de grupos sociais específicos sim, no entanto, não tão dessemelhantes de nossa realidade. Assim, segundo Magnani:

[...] desde as primeiras incursões a campo, a antropologia vem desenvolvendo e colocando em prática uma série de estratégias, conceitos e modelos que, não obstante as inúmeras revisões, críticas e releituras (quem sabe até mesmo graças a esse continuado acompanhamento exigido pela especificidade de cada pesquisa) constituem um repertório capaz de inspirar e fundamentar abordagens sobre novos objetos e questões atuais. (MAGNANI, 2002:01).

Com isso, gostaríamos de seguir a perspectiva de Geertz segundo a qual “*agora somos todos nativos*” (1989). Seria, enfim a mesma idéia que Magnani (2000) convoca de que “*não se necessita ir muito longe para encontrar o ‘outro’*”. (MAGNANI, 2000, p. 17). Essa referência explica, portanto, que ao nos interessarmos pelo tema da luta por moradia e do estilo de vida dos “sem-teto”, reconhecemos que se trata de uma realidade tornada naturalizada, embora cause estranheza a invisibilidade da vida dessas pessoas frente ao cotidiano regular da cidade. Concordamos com Canevacci (1982) de que:

Um edifício “se comunica” por meio de muitas linguagens, não somente com o observador, mas principalmente com a própria cidade na sua complexidade: a tarefa do observador é tentar compreender os discursos “bloqueados” nas estruturas arquitetônicas aparentemente imóveis, animando-as e mudando-lhes os signos e o valor no tempo e também no espaço. (CANNEVACCI, p.22)

Ao nos debruçarmos em situações que demarcam “*fronteiras urbanas*”, como o estudo da própria sociedade, encontramos desafios e se produzem situações estimulantes para o desenvolvimento da pesquisa antropológica (Velho, 2003). Essa preocupação sempre esteve muito presente em vários momentos da pesquisa. Principalmente, quando ao tentar analisar de fora –mais ao mesmo tempo “perto e dentro”, ou seja, com um olhar crítico necessário para a compreensão da relação intrínseca entre sujeito- sujeito. “*Várias autoras chamam a atenção sobre a dificuldade de se perceber o medo e o risco sob a ótica do outro. Entender medos de diferentes naturezas, assim como estratégias de proteção, revelou-se uma chave fundamental para o acesso do antropólogo ao universo pesquisado*”. (VELHO, 2003: p.8)

Referimo-nos à fase transitória, um momento breve de convivência e a suas possíveis conseqüências e margem para as ambigüidades adquiridas após um convívio de pesquisa. O que determina primordialmente esse momento transitório seria a conquista de uma

relação mútua, ou, ao menos, seria atingir o ideal desse convívio: uma relação de confiança entre os dois lados, entre pesquisador e pesquisado.

Concordamos com Velho (2003) de que a descoberta de outros mundos sociais é um dos encantos do fazer antropológico. Pesquisadores e pesquisados enfrentam momentos de maior empatia, desconfiança, solidariedade e reserva em diferentes etapas de uma mesma pesquisa. Entendemos esse fato como algo permanente, o modo como sempre iremos encarar a questão do nosso comprometimento com o grupo, seja pelo aprendizado de uma linguagem, como ressalta Velho (2003), seja pelo investimento na própria pesquisa como fonte de prestígio e legitimação para o grupo. Nesse trecho abaixo, vemos como se dá a relação de diferentes grupos distintos na concepção política de uma resignificação do espaço urbano. Desta forma, concordamos com Scocuglia (2005) que:

[...]considera-se que o espaço urbano e a arquitetura enquanto lugares simbólicos sempre implicados na memória coletiva, nos valores de grupos sociais determinados, até mesmo na economia local, indicam uma possibilidade de articulação entre a política dos lugares e o consumo dos lugares de memória, sua produção, uso e apropriação por grupos sociais diferentes, gerando, muitas vezes, não apenas o esvaziamento e o privatismo, mas uma espacialidade pública a partir de sociabilidades centradas no sentimento de pertencimento que as pessoas elaboram diante dos processos de resignificação e requalificação das paisagens e da arquitetura. Por isto mesmo, produzir/recriar espaços públicos é uma tarefa que exige a contextualização e a inserção de valores não apenas econômicos, mas sócio-culturais, uma vez que as informações veiculadas pelo espaço aos seus usuários passam por análises e seleções psico-sociais gerando em cada indivíduo uma experiência diferente que determinará sua forma de relacionar-se com o meio. (SCOCUGLIA, 2005).

Cannevacchi (1982) complementa dizendo que “*uma cidade se constitui também pelo conjunto de recordações que dela emerge assim que o nosso relacionamento com ela é reestabelecido*”. Nesse caso, podemos pensar que após a chegada das famílias em um novo espaço de moradia alternativa, naquele momento, foi estabelecido uma relação e uma nova função na construção simbólica do lugar. Assim considera Cannevacchi(1982):

O que faz com que a cidade se anime com as nossas recordações, que se movimente com elas, já que não somos apenas espectadores

urbanos, mas também atores que continuamente dialogamos com os seus muros, com as calçadas e mosaicos ondulados, com a seringueira que sobrevive com majestade monumental no meio de uma rua. (p. 22).

E assim segue a construção simbólica do lugar sucessivamente conforme o tempo e a sua nova relação com o espaço empregado em diferentes situações de memórias. Magnani (1996) afirma que a compreensão do espaço urbano, especificamente a rua, só é possível a partir de suas referências sociais, ou seja, do envolvimento social que nela existe e com certeza é o que dá significado à existência da rua em quanto tal. Assim, se quisermos diferenciar uma rua de outra, pode-se buscar, a partir de um olhar antropológico, compreender a rua através da multiplicidade de seus usuários que carregam uma série de valores, símbolos e significados para o suporte da sociabilidade da experiência urbana. E, portanto, configura-se o espaço do reconhecimento e troca mútua a partir dos pontos de aglutinação ou interação social.

Ao nos referirmos à Antropologia na discussão dos direitos humanos e, em particular no Brasil, é válido lembrar que: *“o antropólogo brasileiro precisa situar a sua ética com relação a sua própria comunidade nacional, ou seja, ela diz respeito moralmente à sua condição de cidadão nacional de um país em desenvolvimento”*. (SANTOS, 2003, p. 14).

O caso particular brasileiro é sempre analisado tendo em vista a sua pluralidade cultural. Entretanto, reconhece-se que o predomínio de ideologias individualistas dificulta o diálogo democrático entre o Estado, a sociedade civil e os diferentes grupos religiosos e culturais. E, no Brasil, sua fase maior de urbanização foi marcada pela permanência de relações sociais tradicionais e por um rápido processo de modernização, reforçando hierarquias e exclusões. Segundo Gilberto Velho (2000), o tipo de individualismo resultante no Brasil estava ligado ao tipo de capitalismo aqui desenvolvido, totalmente indiferente aos chamados problemas sociais e voltado, nas camadas médias e na elite, ao consumismo. Assim, numa conjuntura de indiferença social e crise, aumento da criminalidade e

insegurança nas ruas, o conflito é gerado por uma crise de mediações que afeta toda a estrutura social.

Nesse sentido, observamos que a violência e o medo que também proliferam no cotidiano dos sem-teto refletem todo o mal-estar dessa problemática que impregna o contexto global da sociedade. Isso porque, o processo de estigmatização das camadas de baixa renda, ou melhor, daqueles que, na maioria das vezes, não possuem nenhuma renda, foi construído a partir de uma realidade social bastante fragmentada e com uma desigualdade social alarmante. A visão de que quem mora na favela é sinal de ameaça, impregna-se num plano quase que global entre os cidadãos. Assim, a invisibilidade que ocorre entre os sujeitos que lutam por um espaço para morar contribui para o agravamento de um quadro crítico da indiferença social. Portanto, quando verificamos a inversão desse processo, ou seja, quando vemos a aparição desses “marginalizados” na mídia, por exemplo, esses sujeitos por um lado tornam-se visíveis, mas por outro, terão que lutar a partir de então mais arduamente pelo seu reconhecimento e direitos, de maneira geral, desconhecidos. Dessa forma, passam por um novo processo de estigmatização.

Para se pensar no entendimento de uma outra realidade distinta concordamos com a proposta de Geertz (2001) de que a cultura deve ser lida, tal qual um texto, e o antropólogo (pesquisador) têm a função de realizar a “tradução cultural”. Ainda querendo definir que seja de preferência uma antropologia interpretativa em busca de significados, e não uma antropologia explicativa em busca de leis. Assim, prioriza-se a valorização do diálogo decorrente do encontro com o “outro”. Pois, o interesse é chegar ao ponto de vista do “nativo”. Fala-se enfim de uma “etnografia do pensamento” o que seria uma tentativa não de exaltar a diversidade, mas de tomá-la seriamente em si mesma, como objeto de descrição analítica e reflexão interpretativa.

### 3.2 O DEBATE EM TORNO DO USO DA IMAGEM NA PESQUISA SOCIAL

"Já se disse que: o analfabeto do futuro não será aquele que ignora o alfabeto, mas aquele que ignora a fotografia". (Walter BENJAMIN, 1991).



Gabriela Dowling, 2005.

Foto 6 - Solane e o burro na comunidade do Cajueiro.

Faz-se necessário trazer à tona, nesta parte da dissertação, uma discussão acerca do uso dos recursos audiovisuais (Antropologia Visual), ainda que sem a pretensão de esgotar o tema, cuja complexidade remete à interdisciplinaridade.

O estudo sobre o cenário literário da Antropologia Visual revelou que as 'notas visuais' de Franz Boas constituíram as primeiras propostas de uso sistemático de imagens nos trabalhos antropológicos. A partir de então, os trabalhos que se sucederam apresentavam grande importância com relação à estética na elaboração das imagens etnográficas, que passam a ser idéias pré-determinadas, como uma nova técnica de elaboração de filmes. Além de Boas, destaca-se a importante experiência do ensaio etnográfico constituído pelas fotografias das clássicas obras que

Malinowski<sup>10</sup> dedicou aos nativos das ilhas Trobiand e que também inaugura a relevância da linguagem visual nas pesquisas etnográficas de sua época. Segundo Samain (1995):

Existe na utilização que Malinowski faz de suas fotografias, algo que ultrapassa – e de longe - a simples ilustração. Nesse vaivém entre as fotografias e as legendas remissivas ao seu próprio texto, o qual, por sua vez, reintroduz e reconduz o leitor na própria prancha visual que lhe corresponde, fica patente que, para Malinowski, o verbal e o pictórico (desenhos, esquemas e fotografias) são cúmplices necessários para a elaboração de uma antropologia descritiva aprofundada. Tal osmose é capital para ele. O texto não basta por si só. A fotografia, também não. Acoplados, inter-relacionados constantemente, então sim, ambos proporcionarão o sentido e a significação. (SAMAIN, 1995, p. 27).

Com a invenção de novas técnicas e métodos utilizados pela Antropologia Visual, houve uma ampla contribuição para que o próprio sujeito pesquisado se reconhecesse e refletisse sobre a importância do uso da imagem para uma compreensão mais realista do conhecimento das realidades sociais. Há hoje, nas Ciências Sociais, vastos estudos que priorizam a utilização da imagem como instrumento de linguagem. Registra-se também a existência de núcleos e laboratórios de pesquisa que atuam na linha temática da Antropologia Visual em várias universidades do país, bem como, grupos de discussão sobre a Epistemologia da Imagem nas Ciências Sociais que produzem importantes revistas sobre a Antropologia Visual e realizam mostras nacionais e internacionais de vídeos etnográficos em todo o Brasil.

A utilização da imagem no campo de conhecimento das Ciências Sociais, no caso do Brasil, encontra-se em pleno amadurecimento. Constata-se ainda o crescente interesse na área de pesquisa por estudantes e profissionais que solicitam a expansão e a consolidação da área da Sociologia da Imagem, ou Antropologia Visual, não apenas restrita à confecção do vídeo como instrumento técnico-metodológico. Portanto, deve-se aprofundar a discussão sobre a utilização da imagem como meio

---

<sup>10</sup> Ver a obra mais conhecida do autor: “Argonautas do Pacífico Ocidental”, 1976.

de linguagem crítica para as Ciências Sociais, com uma tendência interdisciplinar. Vale, todavia, salientar que:

O filme é um resultado da pesquisa, mas um veículo de reflexão e discussão, onde cada um terá a sua impressão. Não é um ponto de chegada, mas a possibilidade iminente da partida para o debate, a construção compartilhada do conhecimento, de diálogo com os leitores e espectadores. Não é uma coisa acabada, mas um convite à troca de experiências em contextos culturais diversos (RIEPEER, <http://www.anpocs.org.br/encontro/2003/03gt01.htm>).

O desafio do uso da imagem nas Ciências Sociais consiste em um esforço de análise e interpretação na busca do recorrente que delineará como singular a cultura de um determinado grupo social (ACHUTTI, 1997). Por mais ameaçador que aparente ser a linguagem audiovisual como técnica de pesquisa, é preciso esclarecer que em nenhum momento procura-se causar um confronto entre imagem versus texto. No entanto, *“trata-se de reforçar que, mesmo sendo fundamental o verbo”*, concordamos com Achutti (1997) de que o convívio deste com outras formas de construção narrativa virá enriquecer as enunciações antropológicas.

Ao considerar a fotografia, ou a linguagem audiovisual, como um mecanismo primordial para a obtenção de maior compreensão no âmbito das pesquisas etnográficas, deve-se ter em mente que a relação entre Fotografia e Antropologia se resume em aceitar o desafio de observar as pequenas coisas dentro de um universo; os detalhes dentro da globalidade (ANDRADE, 2002). Nesse sentido, Andrade, ao se questionar sobre a difícil tarefa de discutir sobre Antropologia Visual, revela-nos que:

Tarefa difícil, pois as imagens ‘dialogam’ com a realidade e com a representação dessa realidade - as imagens também são observações estéticas e documentais da realidade. Até que ponto a ciência não nasce dessa comunhão? Como não discutir sobre as imagens nas ciências sociais? Se a própria fotografia sobrevive, na sua história, do social, então porque não aperfeiçoá-la no âmbito das pesquisas etnográficas? Tarefa difícil, pois não existe uma bibliografia de fácil acesso na antropologia, tampouco a linguagem visual é legitimada integralmente como conhecimento científico. Mas, como viver sem ela? Como não discutir sobre ela? (ANDRADE, 2002, p. 18).

Ainda hoje se verifica certa resistência ao uso da imagem como instrumento de ensino e pesquisa das Ciências Sociais; isso se deve talvez a um tradicionalismo rigoroso que ainda se sustenta na prática do fazer sociológico e antropológico. Na visão de Peixoto (2004), essas críticas e resistências surgem em um bom momento para refletir sobre as condições de elaboração de um audiovisual científico no campo das Ciências Sociais. Peixoto ressalta que:

[...]é a positividade de uma experiência que, no final das contas, termina por ocultar os “senões” do uso dessa técnica. Na verdade, as perspectivas me parecem entusiasmantes, pois esse é um método rico de coleta e tratamento de informações e possibilita uma troca e um retorno imediato às pessoas entrevistadas/filmadas. (PEIXOTO, 2004, p. 214).

Por outro lado, Etienne Samain (1995) considera que se deve reconhecer também que não faltam pesquisadores sem uma formação antropológica consistente e que, no entanto, lançam-se de corpo e alma, com toda a parafernália ótica, na aventura visual antropológica. Isso, sem levar em conta as possíveis viabilidades das realizações, ou ainda, da mesma forma que Peixoto (2004), adverte de que não se pode afirmar estar fazendo uma Antropologia Visual meramente pelo ato da ilustração e/ou registro da realidade estudada.

Por outro lado, tem-se também a situação oposta:

Ainda que os cientistas sociais utilizem nas suas pesquisas as mais variadas fontes, sabe-se que seu treinamento em geral os conduzem a sentirem-se mais a vontade com documentos escritos. Em conseqüência, a grande maioria carece de equipamentos para lidar com o material visual, de modo que a utilização das imagens se faz apenas como mera ilustração do texto, confirmação ou prova documental, deixando transparecer uma postura ingênua, corriqueira ou ignorante a pessoas profissionalmente ligadas à problemática visual. (Gaskell, 1992. apud:DINIZ, 2001:113)

Noutro sentido, Samain lança uma crítica aos que resistem à Antropologia Visual:

(...) antropólogos de formação sólida que continuam a desprezar a fundação de uma Antropologia Visual, porque não querem ou - mais provavelmente - não sabem - ou, ainda, porque não se deram conta

da urgência que há em se repensar, crítica e **heurísticamente**, as relações fundamentais existentes entre as Ciências Humanas e as Ciências da Comunicação. O que Margaret Mead, dessa maneira, pressentia e intuía na época é que chegava o momento onde não bastaria ‘falar e discursar’ em torno do homem, apenas descrevendo-o’. Haver-se-ia de mostrá-lo, ‘expô-lo’, ‘torná-lo visível’ para melhor conhecê-lo, sendo a objetividade de tal empreendimento não mais ameaçada pelo ‘visor’ da câmara do que pelo ‘caderno de campo’ do antropólogo. (SAMAIN, 1995, p. 20)

Foi a partir deste propósito da visibilidade que decidimos embarcar numa pesquisa sobre uma parcela da sociedade que em toda a sua história fora tratada sob uma quase total invisibilidade. Pudemos então constatar que, através da utilização da linguagem audiovisual, de alguma maneira, poderíamos atingir, ainda que em momentos instantâneos, uma visibilidade e reconhecimento para aqueles que sempre ficaram à margem da cidadania e dos direitos sociais.

Foi possível perceber que, através da utilização dos recursos audiovisuais, provocamos uma interação bastante mais significativa e direta entre os nossos sujeitos da pesquisa. Inicialmente foi necessário criar um mínimo de familiaridade, o que demandou certo tempo. Mas, nesse intervalo, estabeleceu-se a construção de uma relação mais íntima entre a câmara, juntamente com o convívio e o diálogo entre sujeito–sujeito na busca de uma interpretação mais interativa com o meio e os sujeitos estudados/retratados. Desta forma, de acordo com Magni, a preocupação estava em buscar “dados não verbais, portanto, cujo registro não se poderia restringir ao diário de campo, mas deveria contar com uma documentação visual detalhada” (MAGNI, 1995, p. 112). Claudia Turra Magni (op.cit.), em sua pesquisa sobre habitantes de rua, descreve a importância do trabalho fotográfico para obter de forma mais aprimorada as hipóteses e argumentos construídos a respeito do nomadismo urbano.

Quanto à questão do retorno imediato às pessoas entrevistadas, esse momento proporcionou uma interação com resultados positivos, pois ao fotografar as famílias da ocupação obtivemos uma maior proximidade com os moradores. Pode-se até considerar que o fato de tê-los fotografados a

princípio seguia um propósito profissional que era nossa intenção em obter um registro fotográfico do grupo. No entanto, atingiu uma segunda necessidade: a das próprias famílias que se sentiram, por um momento, importantes ao posarem para a foto, principalmente as crianças ao fazerem uma série de exigências que foram atendidas, sabendo que correspondiam a uma prova de confiança e interação. De forma que o grupo, depois desse dia, se sentiu mais íntimo e confiável com a nossa presença e pela pesquisa inclusive. Vale salientar que só obtivemos esse respaldo e confiança depois de termos entregado pessoalmente para cada família ao menos uma foto.

Ao fazermos o uso de uma câmera digital, disponibilizamos também para o grupo um CD com todas as fotos, já que uma das famílias possuía um DVD; assim, pedimos encarecidamente a essa família que mostrasse as fotos às demais, ou, ao menos, às vizinhas. Esse fato pôde proporcionar para as famílias um reconhecimento mínimo, e eles demonstraram satisfação ao saber que podiam contar ao menos com o retorno das fotografias, sem contar que correspondeu a uma prática de sociabilidade entre famílias.

Além da utilização do registro fotográfico, utilizamos o vídeo como mais um instrumento de pesquisa que nos subsidiou uma maior aproximação – troca e devolução do material registrado à realidade vivenciada pelas famílias da ocupação. O uso da câmera de vídeo no ato de nossas entrevistas permitiu uma interação que foi bastante valorizada pelos entrevistados. Para eles, naquele momento, havia ocorrido um registro documentário, de forma que havia uma maior convicção e comprovação daquilo que foi dito. Essa constatação está de acordo com Jean Rouch, na perspectiva de um “Cinema Verdade”, ou da busca por uma Antropologia da Imagem que se envolva necessariamente com o real. Por essa razão, enfatizamos a importância do retorno imediato para o grupo e/ou comunidade. Outro ponto está no caráter próprio da linguagem fílmica que, através do reconhecimento da fala da alteridade,

proporciona uma descrição bem mais profunda que nos remete mais diretamente ao campo da subjetividade e do simbólico.

Segundo Peixoto (2004), a linguagem filmica ou videográfica nem sempre é perfeitamente adequada às descrições profundas, às classificações minuciosas. No entanto, a linguagem imagética tem mais expressividade e força metafórica; ela condensa, tornando a percepção dos fenômenos sociais mais sensível, já que é mais alusiva, mais elíptica e mais simbólica. Por isso, é possível ressaltar que há uma complementaridade entre o texto escrito e a imagem/som. Assim, vale considerar que há uma espécie de gramática do estilo do vídeo etnográfico, o que Peixoto (2004) chama de *“uma sintaxe distinta, [...] onde há uma seleção, uma intenção, quando se filma uma determinada cena e não outra, há uma escolha em conservá-la e torná-la forte no contexto do filme ou rejeitá-la; um filme antropológico deve contar uma ‘história’”*. (PEIXOTO, 2004: p. 215).

Na Antropologia podemos buscar experimentar mais quando se trata do método a ser escolhido. No entanto, devemos questionar sempre o que a utilização da imagem pode acrescentar ou trazer de novo para não ser meramente uma técnica de ilustração. Aí se encontra o desafio maior da opção pela Antropologia Visual ao transformar idéias em imagens, como adverte Peixoto (2004). Por isso, é impossível desprezar as etapas de elaboração de hipóteses, ou ainda não há como separar o trabalho escrito, todo o nosso referencial teórico, ao optar pela técnica da linguagem audiovisual na pesquisa de campo.

A imagem significa, ao mesmo tempo, o olhar do criador e o olhar do espectador, e a interpretação é a resultante desta interdependência, ou desta ambigüidade de olhares, associada ou não a um terceiro olhar que busca compreender os mecanismos sociais que desconstroem ou reconstroem as informações transmitidas pelo intercruzamento dos diversos olhares. (KOURY, 1995, p. 115).

Ana Galano (2004), ao escrever acerca da *“Iniciação à pesquisa com imagens”*, aponta que a experiência de trabalhar com imagens na pesquisa

de campo das Ciências Sociais prioriza a valorização de um trabalho mútuo, coletivo, de compartilhamento de experiências. E ainda, com a possibilidade de captar detalhes que passavam despercebidos a um primeiro olhar e que, sem a exploração fotográfica não teria despertado a curiosidade (Apud, CARVALHO, 1995: 183). Ressalta também a questão de que através da fotografia temos a possibilidade de um diálogo com a comunidade, permitindo assim uma maior aproximação a ela, como já comentamos anteriormente neste capítulo.

O instrumental audiovisual é um dos principais dinamizadores da moderna técnica de pesquisa em Antropologia. Enquanto a informática sistematiza toda uma nova forma de pensar e organizar a prática de pesquisa, num nível mais íntimo do processo, as técnicas de Antropologia Visual dinamizam o processo de coleta de dados, abrindo novas facetas no trabalho de análise e interpretação até então limitados à memória do pesquisador e frequentemente ao seu gravador de áudio... permitindo uma maior comunicação com as populações pesquisadas, além da possibilidade de levar os resultados das pesquisas a um público mais amplo, colocando os problemas sociais, sob o crivo sociológico, ante os espectadores dos canais de televisão (Rodolpho et al NAVISUAL, s.d: 12).<sup>11</sup>

Concordamos com Achutti (1997) de que ainda temos muito que explorar das técnicas multimídias ofertadas pela Antropologia. Segundo o autor, *“nesse sentido, nós, antropólogos, brevemente poderemos estar realizando nossos trabalhos de forma polifônica. Estaremos pesquisando e contando a história do outro utilizando-nos dos recursos de multimídia”*. (ACHUTTI, 1997, p.80).

Sem a pretensão de esgotar neste trabalho a discussão sobre a pertinência, possibilidades e limites da Antropologia Visual, mas apenas concluindo nossas colocações sobre esse tema neste trabalho, lembramos com Samain (1995) que o ideal da complementaridade entre a visualidade e a escrita na Antropologia corresponderia a *“duas tentativas de se responder a uma mesma necessidade: a de dizer o homem”*. Segue ainda: *“Importaria, sim, que, ambos, mais alfabetizados visual e*

<sup>11</sup> GT Antropologia Visual: IV Reunião de Antropologia do Norte/ Nordeste (Experiências e Metodologias. Imagens do Urbano). Org: Koury, M. In: Horizontes Antropológicos, 1995.. 84p

*antropologicamente falando, pudessem conjugar melhor ainda uma arte do saber ver e uma arte do poder dizer e do fazer pensar através de imagens”.* (SAMAIN, 1995, p. 22).

Por isso, preocupamo-nos em reforçar a visão de que independente de ser uma Antropologia Visual ou uma Antropologia da “Visualidade Humana”, como já diria Samain (1995), esta ciência ou linguagem existe, pois não existem homens, sociedades e culturas sem a existência da comunicação. É através da comunicação que os homens pensam, vivem e se organizam entre si. Portanto, acreditamos na complementaridade entre a ‘linguagem do discurso erudito’ com o poder da ‘mensagem da imagem’, como apontou Samain. Constatamos que, ao fazer uso da imagem em nossa pesquisa, conduzimos uma melhor aproximação, compreensão, maior relativização e integração entre as alteridades humanas existentes na realidade abordada.

A imagem hoje ocupa um lugar destacado no universo do imaginário, cativando, graças a seu poder revelador, milhares de seres humanos. Esta espécie de linguagem é definida e compreendida por Bela Balázs (1983) como: “*um meio de comunicação visual sem a mediação de almas envoltas em carne. O homem tornou-se novamente visível*”. E ainda complementando, coloca que “*o movimento expressivo, o gesto, é a língua-mãe aborígine da raça humana*”.

### **3.3 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: AS ETAPAS DA PESQUISA**

Dois estudos de caso encontram-se na base desta pesquisa de campo acerca da luta por moradia na Grande João Pessoa, Paraíba, no início do século XXI. Ambos os casos representam experiências urbanas, embora com características diferentes. São eles:

a) a ocupação do antigo prédio do INSS, na região central de João Pessoa (nosso primeiro contato que despertou o interesse pelo tema);

b) o assentamento da Comunidade do Cajueiro, na Praia do Jacaré, Cabedelo, na Grande João Pessoa.

Nossos primeiros passos com o tema de estudo se deram a partir do interesse em conhecer o universo daqueles que vivem em busca de um lar para viver. O estranhamento foi demarcado pelo desconhecimento da situação de um grupo de pessoas que, por uma causa em comum - a luta pela moradia, ou por um trabalho ou por condições mínimas de sobrevivência num mundo competitivo e excludente - unem-se em prol de uma melhoria de vida coletiva.

A chegada ao primeiro campo de estudo escolhido (a ocupação do antigo prédio do INSS) foi facilitada por uma liderança do grupo - Ednaldo Fontes; esse conhecimento permitiu nossa presença no prédio ocupado. Como em diversas ocasiões de pesquisas, neste caso também foi necessário alguns contatos para enfim sermos reconhecidos e aceitos pelo grupo. Nossa presença na ocupação sempre demonstrou a relação de estranhamento entre o nosso local de origem e a realidade convivida pelos moradores do prédio. A forma em que fomos observados e analisados pelos moradores do prédio condiz com uma série de juízos de valor presentes na trajetória e representação de cada um. Ao embarcarmos na realidade da ocupação foi perceptível a diferença de mundo e as barreiras visíveis na relação entre pesquisadora e pesquisado. Alba Zaluar (2000) reconhece bem essa distinção de mundos ao fazer a sua descrição metodológica e afetiva da relação entre o antropólogo e os pobres:

(...) Mas vivemos em mundos separados cada vez mais longe um do outro. Comecei a me dar conta, por esta forma violenta, da invisível e poderosa hierarquia (ou divisão de classes) da nossa sociedade. Que não somos iguais nem perante a lei, nem perante a riqueza produzida já sabemos há muito tempo. O que eu não sabia era que havia tantos obstáculos microscópicos a entrevar o contato social mais íntimo entre nós [...] (ZALUAR, 2000: p. 11)

Esses mesmos obstáculos microscópicos dos quais fala Zaluar, pudemos verificar nos primeiros contatos com os moradores: às vezes, através da indiferença; outras, pela curiosidade e interesse em saber qual a intenção da nossa presença e pesquisa.

Ressaltamos, ainda, certa diferença com relação às famílias da Comunidade do Cajueiro, o outro campo pesquisado, onde o vínculo se processou de maneira mais imediata. A própria composição do ambiente apropriado por essas famílias, caracterizado por aspectos mais voltados à vida comunitária, e que remetiam ao estilo de vida no campo, justificaria esse fato. Além disso, a participação marcadamente ativa das crianças durante o período de nossa visita à comunidade favoreceu a aproximação. Finalmente, outra forte contribuição para o rompimento de barreiras na Comunidade do Cajueiro deu-se pela presença de uma equipe que, em virtude de um trabalho em parceria com um videasta interessado em documentar o estilo de vida e o processo de construção de uma comunidade na luta por uma moradia, brindou-nos um apoio técnico. Assim, éramos quatro pessoas: dois câmeras, um fotógrafo e uma pesquisadora.

Nos dois casos, inicialmente, procuramos as lideranças e pessoas mais envolvidas com a causa para as informações básicas da trajetória do movimento e da situação da ocupação. Foram também entrevistadas posteriormente, além de que auxiliaram na escolha das famílias a serem entrevistadas. Ou seja, foram realizadas entrevistas com organizadores, “lideranças”, famílias e jovens/crianças.

O plano de trabalho implicou necessariamente a articulação da pesquisa - teórica e empírica - com o registro em vídeo dessa realidade.

Optamos por uma metodologia marcadamente qualitativa por nos preocuparmos em levantar em profundidade os assuntos cotidianos e biográficos do comportamento social de nossos narradores. Assim, procuramos realizar entrevistas livres que tinham como objetivo traçar mais um registro subjetivo.

O argumento em favor de uma entrevista completamente livre em seu fluir fica mais forte quando seu principal objetivo não é a busca de informações ou evidência que valham por si mesmas, mas sim fazer um registro “subjetivo” de como um homem, ou uma mulher, olha para atrás e enxerga a própria vida, em sua totalidade, ou em uma de suas partes. Exatamente o modo como fala, as palavras que escolhe, é que são importantes para a compreensão de qualquer entrevista.(THOMPSON, 2002: 258).

Entretanto, também utilizamos a observação participante e, no caso da ocupação do INSS, também entrevistas semi-estruturadas onde procuramos identificar:

- a) caracterização das famílias envolvidas (origem, composição da unidade familiar, idade, escolaridade, inserção no mercado de trabalho de seus membros, renda);
- b) sua organização/ distribuição no espaço ocupado;
- c) a organização da ocupação (regras, hierarquias, papéis e divisão do trabalho);
- d) participação nos movimentos sociais e particularmente na luta pela moradia;
- e) expectativas com as ocupações;

Iniciamos nossa pesquisa de campo já em fevereiro de 2004, registramos momentos dessas lutas (ocupações) através do registro audiovisual (vídeo) e fotográfico. A escolha do vídeo, como instrumento de pesquisa, está ligada a uma preocupação em melhor traduzir a alteridade de outros modos de vida. O desafio da realização do vídeo nos prepara para enfrentar e conhecer com mais precisão a realidade em que vivem os sujeitos da pesquisa. █

Podemos então perceber que uma pesquisa feita apenas com o uso do gravador e anotações não consegue dar conta da riqueza de detalhes do universo a ser estudado. Tal é o caso do espaço referencial de nosso estudo. As apropriações dos espaços urbanos apresentam-se seguindo uma lógica própria de organização para a manutenção de uma infraestrutura construída a partir de uma ação coletiva.

A análise dos dados foi feita a partir das entrevistas filmadas, e daquelas realizadas através do uso de um questionário elaborado com o objetivo de traçar o perfil das famílias e moradores do prédio ocupado. Realizamos, além disso, uma revisão bibliográfica sobre o tema da habitação na Paraíba, e pesquisas em periódicos locais que continham dados a respeito do cotidiano vivido pelos sem-teto na cidade.

#### 4. CONTEXTUALIZANDO A PESQUISA



Gabriela Dowling, 2005.

Foto 7 - Comunidade do Cajueiro.



Gabriela Dowling, 2006.

Foto 8 - Famílias do prédio ocupado.

“...Igual a como  
Quando eu passo no subúrbio  
Eu muito bem  
Vindo de trem de algum lugar  
E aí me dá  
Como uma inveja dessa gente  
Que vai em frente  
Sem nem ter com quem contar...”  
**Chico Buarque**



Nos estudos sobre a luta por moradia da cidade de João Pessoa se faz necessário conhecer um pouco mais algumas características da formação urbana da cidade. Para isso, buscamos dados secundários e material bibliográfico relativos à questão urbana na Paraíba, em especial aqueles relacionados à evolução urbana em João Pessoa.

João Pessoa completou 421 anos; em toda a sua história, a cidade recebeu várias denominações, entre elas Frederica, Felipéia, Parahyba e ganhou o atual nome em 1930. O primeiro nome dado foi Nossa Senhora das Neves, em homenagem ao Santo do dia em que foi fundada, 5 de agosto de 1585. A segunda nomeação, Felipéia de Nossa Senhora das Neves, foi feita em atenção ao rei da Espanha D. Felipe II, quando Portugal passou ao domínio espanhol em outubro de 1585. Já o terceiro nome, Friederistadt (Frederica), foi em homenagem ao Príncipe holandês da casa de Orange, Frederico Henrique, por ocasião da sua conquista pelos holandeses no ano de 1634.

Cerca de 40 anos após sua fundação, a cidade já contava com 100 casas e se podia mobilizar de imediato, na área urbana, 100 homens brancos para defendê-la em caso de emergência, e mais 500 num raio de quatro léguas (PASCHOA, 1630, P.371, apud: OLIVEIRA, 2003, p. 41).

A consagrada nomeação de Parahyba em 1654 foi devido ao retorno do domínio português, recebendo a mesma denominação que teve a capitania, depois a província e por último o estado.

Finalmente, apenas em 1930 passa a ser João Pessoa, homenagem prestada ao Presidente da província, assassinado em Recife, entre outras versões, por ter negado apoio ao Dr. Júlio Prestes, candidato oficial à Presidência da República, nas eleições de 1930.

Apesar de considerada a terceira mais antiga cidade brasileira, sua expansão e crescimento vêm ocorrendo há pouco mais de um século, tendo conservado, até início do século XX, características arquitetônicas e concentração urbana de uma sociedade colonial.

O desenvolvimento urbano da capital, neste sentido, foi relativamente tardio, apesar de estar fundamentado em uma política urbana de distribuição de recursos que beneficiam certas áreas e excluem outras, trazendo fortes conseqüências para as condições sócio-econômicas de sua população (AGUIAR e OCTÁVIO, 1985).



**Foto 9 - Centro da cidade de João Pessoa nos anos 20.**

Um dado curioso sobre a formação da cidade de João Pessoa está no fato que, desde sua fundação em 1585, João Pessoa já nasceu cidade, além de ter sido construída às margens do Rio Sanhauá, fato diferente de outras capitais nordestinas que tinham a ocupação de seus territórios mais às margens da orla marítima. Esse fato ocorreu dentro da orientação econômica e política típica da colonização portuguesa do século XVI que buscava uma localidade favorável à defesa contra os nativos e outros povos europeus conquistadores.

(...) Um detalhe que também facilitou a construção da cidade foi a disponibilidade de pedra e calcário nas proximidades do local escolhido para se erguer os prédios. A existência desses materiais se refletiu na qualidade das edificações. O fato de que desde o primeiro momento estivessem presentes importantes ordens religiosas na Capitania só favoreceu a consolidação do núcleo urbano, posto que assim que as defesas da cidade foram instaladas se iniciou a construção da igreja matriz de Nossa Senhora das Neves e, em seguida, das igrejas e conventos dos jesuítas, franciscanos, carmelitas e beneditinos. (AQUINO, 1998, p. 45; MELLO, 1994, p.26-27, apud OLIVEIRA, 2003, p. 41).

Os primeiros bairros a emergirem em sua formação urbana foram o antigo Porto do Capim, a Cidade Baixa, o Varadouro que, desde cedo, já foi

marcado pelas atividades comerciais. Exclusivamente depois de 1855, com uma nova denominação, Parahyba do Norte, a cidade obteve certa movimentação em direção ao litoral e ao sul, com as suas primeiras ocupações.

É possível nessa passagem perceber como se deu o processo do uso do espaço introduzidas na década de 60 da cidade com respeito da instalação das habitações de diferentes camadas sociais:

A população mais rica ocupava principalmente as áreas mais valorizadas e melhor servidas da infra-estrutura e serviços (Bairro dos Estados, Expedicionários, Miramar, Tambiá, Centro e Jaguaribe), enquanto a população ocupava sobretudo as áreas deterioradas do Centro, modestos bairros próximo a este (Cordão Encarnado, Varadouro, Roger e Torre), os manguezais próximo aos rios, as margens do traçado da ferrovia e os bairros periféricos de Mandacaru e Cruz das Armas. (LAVIERI, 1999, p. 41).

O processo de migração operado entre 1970 e 1990, segundo o IBGE, quando 30 milhões de brasileiros saíram do campo e migraram para as cidades, levou à ocorrência de uma série de problemas sociais e ambientais. O fluxo migratório vindo da área rural ou de cidades de menor porte em busca de emprego, não foi absorvido pelo mercado de trabalho em igual proporção, ficando à margem do sistema. Entre as formas alternativas de sobrevivência encontradas, e no caso específico da moradia, passou-se a ocupar ilegalmente e precariamente as áreas periféricas, tais como as várzeas inundáveis e encostas íngremes dos vales dos rios. (GARCIA & LEMOS, 2005)<sup>12</sup>.

---

<sup>12</sup> <http://www.aguaforte.com/osurbanitas2/niedjaetalli.html>) A dinâmica do espaço urbano enquanto construção cultural: os vales dos rios em João Pessoa, Paraíba (Brasil).In: Os Urbanistas. Revista de antropologia urbana



**Foto 10 - Vista da Paratyba do Norte/ Cidade Alta.**



**Foto 11 - Antigo Ponto de Cem Réis com a coluna central, a praça de estacionamento e as linhas de passagem dos bondes, 1938. Cartão Postal—**

## **4.2 O PONTO DOS CEM RÉIS**

O cenário onde se desenvolve o cotidiano da maior parte dos sujeitos de nossa pesquisa configura-se como um ambiente repleto de significados históricos do desenvolvimento urbano da cidade de João Pessoa. O foco em questão, o Ponto dos Cem Réis, teve a partir dos anos 30, notável destaque, tornando-se desde então local de um fluxo de movimento urbano importante no cotidiano da cidade, tanto para a vida econômica, como

cultural da cidade. Esta praça atrai até hoje um intenso fluxo de pedestres, oriundos tanto da cidade baixa, quanto do Parque Sólon de Lucena. Este Ponto já foi palco dos mais importantes acontecimentos da capital, entre os quais destacamos a presença ilustre do antropólogo Roger Bastide, durante uma coletiva com jornalistas e artistas, em meados dos anos 50, no Palace Hotel. Este Hotel permanece até hoje como um dos acervos do patrimônio histórico e material da cidade.

Quem esquece o Ponto dos Cem Réis, passagem para os grandes blocos carnavalescos, ondulando ao som frenético dos frevos? As noites com saídas dos cinemas, para conversas sem pressa de acabar, quando ainda havia espaço para contemplação do tempo, as pessoas ali permaneciam (BEZERRA, 2005, 11)

Ao centro, vivenciava-se a rotina de uma praça onde grandes bondes circulavam em torno de uma coluna com seus quatro relógios de porcelana branca, sendo este o símbolo do progresso e desenvolvimento urbano que então despertava na capital paraibana. Há em sua arquitetura alguma referência à *Art Nouveau* ou, como querem alguns, ao ecletismo. Um dos marcos arquitetônicos da história do Ponto dos Cem Réis foi a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, obra do século XVII e da qual nada mais resta.

O pitoresco nome “Ponto dos Cem Réis” originou-se quando da instalação dos bondes elétricos em 1914. No início, havia três linhas: Varadouro, Trincheiras e Tambiá e os bondes partiam da frente da Igreja do Rosário. Ao retornarem ao mesmo local de onde haviam partido, os condutores gritavam: “Ponto de Cem Réis!”, já que era este o valor da passagem até aquele ponto. Desde então o ponto dos Cem Réis passou a ser um lugar referencial na capital e as pessoas ali se reuniam, em frente à Igreja do Rosário.

Quando remodelado durante os anos 20, com a demolição da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, entre outros imóveis, a obra realizada durante o governo de Damásio Franca e inaugurada em 12 de outubro de 1924, recebeu o nome de Praça Vidal de Negreiros. Embora um episódio

curioso e popular marca a explicação do significado do Ponto dos Cem Réis:

O povo para bem situar este sitio de partida das linhas, passou a denominá-lo Ponto dos Cem Réis. E esse topônimo tão radicado ficou no espírito da coletividade, que força não houve que conseguisse afastá-lo: nem o heroísmo de Vidal de Negreiros, nem a inflação do preço das passagens dos transportes urbanos, nem mesmo a própria mudança do nome da moeda. (BEZERRA, 2005, p.18).

O Ponto dos Cem Réis durante muito tempo foi tido como o “Centro” da cidade. Havia um público bastante heterogêneo que desfrutava a praça, durante todo o dia, por diversas atividades; freqüentado por pessoas de todas as classes sociais, não era utilizada apenas pelas classes média e alta, por seu caráter de centro de comércio e lazer.

No espaço /tempo a vida urbana imprime suas marcas. A praça XV (**concordamos que o Ponto possui mesma característica**) é como um coração da cidade. A partir dele ou nele se interatuam diferentes grupos sociais, atividades e interesses. Toda a vida urbana desenrola-se ali. Todos os caminhos partem dali e ali chegam, tal como veias e artérias. O entrecruzamento de todas elas é a praça, pois nada lhe escapa. A soma ou o seu conjunto e a interação entre elas vão ao longo do tempo imprimindo diferentes usos e significados á cidade e conseqüentemente á praça. (CORADINI, 1995, p. 17-18).

Vale lembrar que nesse período de forte contingente de freqüentadores recebera diversas denominações que remetiam à pluralidade dos acontecimentos que nela se davam, tendo sido conhecida como: *Universidade da política paraibana, escola da malandragem pessoense, ponto de encontro dos desocupados, parada obrigatória dos estudantes, “habitat” do galanteador de esquina, passarela das jovens debutantes, repouso do guerreiro aposentado.* (Aguiar apud CAMACHO, 1999: p. 32)<sup>13</sup>.

Uma das grandes obras arquitetônicas do logradouro o famoso Palace Hotel, ainda hoje existente e atualmente revitalizado, hospedava os militares na época da Segunda Guerra, e as pessoas ilustres e autoridades que visitavam a Paraíba. Além disso, no térreo do prédio havia a sorveteria

<sup>13</sup> Citação retirada de AGUIAR, Wellington Hermes Vasconcelos de. Cidade de João Pessoa: memória do tempo. João Pessoa: Coleção Cidade de João Pessoa, p. 243.

Canadá, onde se reuniam figuras ilustres que discutiam política, negócios ou ainda falavam mal da vida alheia. As opções de lazer ganhavam mais intensidade nas noites dos boêmios que freqüentavam a Boate Hawaii, também localizada no terraço do Palace Hotel<sup>14</sup>.

Para muitos, o Ponto dos Cem Réis era considerada a própria cidade. Havia uma efervescência de acontecimentos e uma multiplicidade de opções que se concentravam a seu redor. Durante quase meio século os mais diversos serviços, fossem eles de comércio ou de lazer, só eram disponíveis nas proximidades do local. Não era à toa que era considerado o “centro nervoso da cidade”. O testemunho de um jornalista da época, João da Veiga Cabral, talvez com algum exagerado, ainda no ano de 1959, assim se expressava:

O pessoense pode nascer viver e morrer, sem nunca sair do Ponto dos Cem Réis... são 12 farmácias e drogarias, 65 consultórios médicos, 46 consultórios dentários, 1 hospital de pronto socorro e 1 serviço de assistência médica de urgência ...dois hotéis, três pensões familiares, quatro importantes casas de especiarias. Três padarias e pastelarias, cinco cafês expressos, três caldos de cana, cinco casas de chopes, cinco restaurantes, seis barracas de cachorro quente, onze vendedores de pipoca, três pavilhões para lanche, seis tabuleiros - balcões de bombons e chocolates, um posto de venda da COAPE, um WC público que denuncia o cheiro a 250 quilômetros de distância ... Para vestir e luxar, cinco alfaiatarias, quatro grandes lojas de tecidos, dez armarinhos, cinco casas especializadas em artigos para homens, três casas granfinas para crianças, quatro relojarias e joalharias, dois institutos de beleza, três atellieres de alta costura, seis sapatarias e chapelarias... Três atellieres fotográficos, vinte e duas perfumarias, trinta e cinco cadeiras de engraxates, três casas de artigos óticos, uma lavanderia, uma casa de artigos de saúde ... Uma casa especialista em canetas, duas movelarias, nove casas de aparelhos domésticos, dez casas de música em conserva, duas casas de ferragem e utensílios caseiros, seis fiteiros de cigarro, duas oficinas de consertos de relógio... Se o cidadão não pode ou não lhe agrada ser malandro encontra lá onde ganhar a vida... são três jornais, duas agências de jornais, uma agência de viagens aéreas, onze repartições públicas... dez bancas de bicho, seis livrarias, uma biblioteca pública... duas praças de automóveis, uma agência de venda de ditos cujos. Quatro agências de passagens de coletivos, dez pontos de parada de ônibus e marinetes, duas sedes de partido políticos, um salão de sinuca, três barbearias, cinco pontos de bondes, dois cinemas, uma faculdade especializada em bacharéis ...que querem mais? Sim! Há o pecado. O “Ponto dos Cem

<sup>14</sup> O prédio do antigo INSS onde fora ocupado fica ao lado do Palace Hotel, separados por uma rua são esquinas paralelas.

Réis” oferece meios de cura e lavagem de almas: duas igrejas católicas e uma protestante a propiciar perdão, mediante a paga única do sincero arrependimento. (Maia, apud, CAMACHO, 1999, p.39).<sup>15</sup>

Durante os anos 70, o logradouro sofreu uma drástica mudança estrutural com a construção do viaduto Damásio Franca. O “Ponto dos Cem Réis” foi cortado ao meio e foram feitos dois viadutos, um na Rua Duque de Caxias e outro na Praça 1817. Mas, a partir de então o crescimento da cidade em direção às praias e, mais tarde, também na periferia, diminuiria sua importância para a vida social, econômica e cultural da cidade.



Mano de Carvalho, s.data.

**Foto 12 - Ponto Cem Réis - centro comercial de João Pessoa.**

O Ponto dos Cem Réis foi o cenário desencadeador de nossa pesquisa, pois foi através de uma de nossas visitas e passagens no famoso fluxo efervescente do Ponto que tivemos a possibilidade de conhecer a experiência da ocupação do Prédio da sede do antigo INSS, no início de 2004. O breve relato aqui apresentado sobre sua formação arquitetônica e seu histórico, pretende melhor situar nosso estudo de caso. Este espaço continua mostrando intensa vida urbana e manifestações importantes que revelam fortemente o cotidiano e a vida da cidade.

---

<sup>15</sup> Citação retirada de Maia, Benedito. Universidade do Ponto dos Cem Réis. João Pessoa: A União, 1976. p. 80-81.



Gabriela Dowling, 2006.

**Foto 13 - Criança vendendo produto ambulante no Ponto dos Cem Réis.**



Inocência  
Rosario, 2006.

**Foto 14 - Vista externa do prédio ocupado**



Gabriela Dowling, 2005

**Foto 15 - Pallace Hotel pós revitalização recente.**

### 4.3 CABEDELO: SITUANDO A COMUNIDADE DO CAJUEIRO



Ilustração 2 – Mapa do Município de Cabedelo

Cabedelo é uma cidade que integra a região metropolitana de João Pessoa; cidade portuária, localizada numa península entre o Oceano Atlântico e o Rio Paraíba. Seu nome vem da expressão que significa “pequeno cabo”. O Porto de Cabedelo é a grande entrada e saída comercial do estado. De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), no ano 2003 sua população era estimada em 47.077 habitantes. Durante o verão, essa população aumenta, chegando a atingir aproximadamente 80.000 (oitenta mil) habitantes, devido ao fluxo de turistas, veranistas e visitantes.

Com uma área territorial de 31 km<sup>2</sup>, é uma cidade portuária detentora de vários pontos turísticos, como a Fortaleza de Santa Catarina, a Ilha de Areia Vermelha, a Ilha da Restinga e a Praia do Jacaré, com seu famoso pôr-do-sol.

A história de Cabedelo se mistura à do Brasil: o forte de Santa Catarina, as invasões de holandeses e franceses, ocorridas no século XVI, as batalhas pelo controle do território. A construção da referida fortaleza, em 1585, era uma das preocupações de Martim Leitão, ouvidor-geral considerado o pioneiro na colonização do município.

Fundado em fins do século XVI, na década de 1580, Cabedelo pertencia ao município de João Pessoa. Através da Lei n.º. 283, de 17 de março de 1908, teve autonomia, ficando o povoado elevado a vila. Perdeu os foros de vila e município, por Lei Estadual n.º. 676, de 20 de novembro de 1928, a qual anexou o seu território ao município da Capital. Em divisão administrativa de 1933, voltava a figurar como distrito do município de João Pessoa. Com a Lei Estadual n.º. 1631 de 12 de dezembro de 1956 mais uma vez voltava Cabedelo à categoria de município, compondo-se de um único distrito. O município está localizado na zona fisiográfica do litoral paraibano. Possui aproximadamente 15 km

de costa, onde praias urbanizadas intercalam e configuram uma das orlas marítimas mais bonitas e preservadas do estado. Tem ainda, toda costa estuário do rio Paraíba, onde parte destas praias se encontra em áreas de mangues.

O espaço urbano do município de Cabedelo encontra-se subdividido em 05 setores. Inicialmente, esse espaço era estruturado pelo centro, em torno da Fortaleza de Santa Catarina (séc. XVII), encaminhando-se para o bairro de Ponta de Mattos, por volta do século XVIII. O espaço urbano de Cabedelo só veio a sofrer grandes alterações por volta da década de cinqüenta, do século passado, com os primeiros loteamentos aprovados. Com isso, o município passou a crescer rumo às praias do sul; na década de oitenta, ocorreu a aprovação do loteamento Intermares, ao norte, mais próximo a João Pessoa.

Desde a criação do município até os anos 80, a tipologia das edificações era predominantemente unifamiliar com dois pavimentos. A partir da construção da Via Litorânea, houve a implementação de uma legislação urbana mais restritiva na Capital. O perfil da ocupação do espaço urbano em Cabedelo começou a se modificar a partir dos anos 80, passando a predominar a verticalização das construções principalmente nas praias do litoral norte, com detalhe especial para o loteamento Intermares.

Jacaré é um bairro da cidade de Cabedelo cuja economia é voltada para o turismo e pesca. Possui uma praia fluvial banhada pelo rio Paraíba. Apesar de seu nome sabe-se que jacaré mesmo nunca apareceu por essas águas. O nome vem dos hidroaviões que lá desciam nas décadas de 40 e 50. O bairro do Jacaré é o local onde se situava a comunidade do Cajueiro, nas margens de um açude, perto de uma estrada que leva ao Jacaré, próximo à linha ferroviária.

#### 4.4 MAPEAMENTO DAS OCUPAÇÕES E ASSENTAMENTOS URBANOS NA GRANDE JOÃO PESSOA

Para contextualização do estudo de caso, apresentamos dados relativos a ocupações (edifícios já construídos, ainda que inacabados) e assentamentos (ocupação de áreas ou terrenos, onde instalam seus barracos), na Grande João Pessoa. Note-se que alguns foram desativados, com a expulsão ou remoção dos ocupantes.

**Quadro 1: Ocupações na Grande João Pessoa**

<b>Assentamento/ Localidade</b>	<b>Situação</b>
Altiplano do Cabo Branco: João Pessoa: ex-Hotel Nazareno	A ocupação mais antiga: 60 famílias viviam há mais de 20 anos. Em 2006, foram desalojados, e a área destinada a um condomínio fechado.
Santa Rita	30 famílias ocupam há 5 anos a Escola José Mariz, no Alto das Populares.
Porto do Capim - João Pessoa	20 famílias vivem há mais de 20 anos num prédio abandonado do governo federal
Cabedelo	Dois prédios inconclusos foram ocupados por 120 famílias; parte dessas famílias transferiu-se para o Jacaré; outra, para terreno entre Camboinha e Formosa, com compromisso de doação de material pela Prefeitura.
Bairro do Bessa – João Pessoa	Prédio, cuja construção foi paralisada; ocupado há mais de dez anos por 40 famílias. Devido às condições precárias, é chamado de “Titanic”.
João Pessoa – centro: antigo prédio do INSS	A mais recente (fevereiro de 2004) cerca de 140 famílias ocuparam um antigo prédio do INSS, localizado próximo à praça do Ponto dos Cem Réis, no centro da cidade. Somente esta ocupação é ligada ao movimento (CONAM/MDM)

Fonte: Nossa elaboração a partir de dados da matéria “Prédios Públicos Ocupados”, Jornal *O Norte*, de 15 de fevereiro de 2004, B2, ampliado e atualizado através de nossas observações e entrevistas.

**Quadro 2: Assentamentos Urbanos na Grande João Pessoa**

<b>Assentamento/ Localidade</b>	<b>Nº. de famílias</b>	<b>Situação/Ligação com Movimentos</b>
Assentamento do Cajueiro, localizado na praia do Jacaré, Cabedelo.	25 famílias	Em 2005 foram despejados pela prefeitura; tratava-se de propriedade privada. Sem ligação com movimentos durante 6 anos, só em 2005 teve apoio do MNLM/PB.
Comunidade São Domingos Altiplano do Cabo Branco (atrás do Paço dos Leões) - João Pessoa	38 famílias	Ocupam o local há 2 anos (trata-se de propriedade privada). Apoiada pela CONAM/MDM.
Mutirão de Bayeux - Bayeux	68 famílias	Até 2004, quando se transferiram para o prédio do INSS (centro de João Pessoa), a mais recente das ocupações (vide quadro acima), ocupavam terreno público. Ligado ao CONAM/ MDM.
Acampamento Antonio Conselheiro. Próximo à Praia de Jacarapé – João Pessoa	45 famílias	Transferiram-se para prédio do ex-INSS. Ligado a CONAM/MDM.
Chico Mendes –Bairro das Indústrias – João Pessoa	128 famílias	Ligado ao MNLM/PB.
Margarida Maria Alves -Bairro das Indústrias – João Pessoa	74 famílias	Ligado ao MNLM/PB.
Pedro Teixeira - Bairro das Indústrias – João Pessoa	32 famílias	Ligado ao MNLM/PB.
Jorge Luís – Valentina Figueiredo – J.Pessoa	180 famílias	Ligado ao MNLM/PB.
Monte das Oliveiras – Cristo Redentor – J. Pessoa	200 famílias	Ligado ao MNLM/PB.
Vale das Palmeiras – próximo ao município do Conde	100 famílias	Área de risco, onde vivem há 2 anos. Ligado ao MNLM/PB.
Vila Vitória – entre Jardim Veneza e Três Lagoas – J. Pessoa	34 famílias	Trata-se do mais recente; constituído por barracos. Ligado ao MNLM/PB

Fonte: Nossa elaboração a partir de dados da matéria “Prédios Públicos Ocupados”, Jornal *O Norte*, de 15 de fevereiro de 2004, B2, e ampliado e atualizado através de nossas observações e entrevistas.

Desse registro, ressalte-se que foram encontrados outros casos na Paraíba, ainda que fora da área da Grande João Pessoa, motivo pelo qual não constam nesses quadros. Foram eles: Salgado de S. Félix (50 famílias ocupam uma maternidade abandonada); Bairro S. José, em Campina Grande (75 famílias ocupam um terreno público); área do Jatobá, em Patos (68 famílias ocupam o terreno há quatro anos).

Esse levantamento, certamente inconcluso diante de uma realidade tão mutável, reafirma a importância do fenômeno e de nosso estudo, ao mesmo tempo em que ajuda a situá-lo.

Nossos estudos de caso concentraram-se, como já dissemos, em dois deles: um caso de ocupação urbana - a do ex-prédio do INSS, no centro de João Pessoa - e um caso de assentamento urbano - o assentamento do Cajueiro, na praia do Jacaré, em Cabedelo.

Já o segundo estudo de caso, a Comunidade do Cajueiro, assentamento urbano, localiza-se no município de Cabedelo, em um terreno privado na praia fluvial do Jacaré, nas margens do rio Paraíba.

Para uma rápida visualização da situação social da região onde vivem ou viveram os sujeitos de nossos estudos de caso, apresentamos abaixo, no quadro 03, alguns indicadores da pobreza/exclusão social relativos a João Pessoa, Cabedelo, Bayeux, Santa Rita. (Esses dois últimos municípios foram incluídos porque, conforme pode ser visto nos capítulos IV e V, muitos deles procedem de outras ocupações ou moradias neles situadas).

**Quadro 3: Índice de Pobreza/Exclusão Social m 4 Municípios da Grande João Pessoa - 2000**

<b>Índices por município</b>	<b>João Pessoa</b>	<b>Bayeux</b>	<b>Santa Rita</b>	<b>Cabedelo</b>
Pobreza	0,634	0,402	0,365	0,567
Desemprego	0,347	0,094	0,141	0,228
Desigualdade	0,277	0,021	0,020	0,283
Alfabetização	0,839	0,739	0,656	0,793
Escolaridade	0,748	0,427	0,370	0,643
Juventude	0,698	0,624	0,603	0,652
Violência	0,873	0,974	0,888	0,895
<i>Exclusão</i>	0,566	0,430	0,404	0,546

Fonte: Atlas da Exclusão social no Brasil, 2004.

Lembrando que esse indicador mostra uma situação favorável quando igual ou próximo a 1,0 e de carência, quando mais se afasta dele. Assim, índices mais favoráveis se encontram na questão da alfabetização em João Pessoa e Cabedelo, particularmente; escolaridade, melhor em João Pessoa, ainda que apresente déficits. O único índice mais próximo a 1,0 e comum aos quatro municípios, infelizmente é o relativo à violência e que em Bayeux atinge 0,974. “Desemprego” e “Desigualdade” atingem os menores índices nos quatro municípios, aproximando-se ao zero. Um retrato cruento dessa região e do país.

#### **4.5 AS ORGANIZAÇÕES DE LUTA POR MORADIA NA PARAÍBA: MOVIMENTO NACIONAL DE LUTA PELA MORADIA – MNLM/PB E CONSELHO NACIONAL DE APOIO À MORADIA – CONAM, LIGADO AO MOVIMENTO DE DIREITO À MORADIA – MDM-PB.**

A luta pela redemocratização do país, nos anos 80, trouxe em cena também as lutas populares e suas reivindicações pelos direitos sociais, entre eles a luta pela moradia popular e pela reforma urbana, conforme foi colocado no capítulo I.

Também na Paraíba, as organizações que mais se destacam nessa luta surgiram nesse período. Trata-se das seguintes: União Nacional de Moradia Popular, vinculada ao Movimento Nacional de Luta pela Moradia – MNLM (apoio à Comunidade do Cajueiro em seu último ano de existência)<sup>16</sup> e o Conselho Nacional de Apoio à Moradia, ligado ao Movimento de Direito à Moradia - MDM-PB (organizador da ocupação do antigo prédio do INSS). Portanto, movimentos de abrangência nacional, apesar das particularidades cobertas pelas seções de cada estado.

---

<sup>16</sup> Há ainda uma terceira organização, o Centro dos Movimentos Populares – CMP.

## O Movimento de Luta pela Moradia na Paraíba (MNLM-PB):



Gabriela Dowling, 2006.

**Foto 16- Bandeira do MNLM- PB.**

O ano de 1989 é considerado um marco para a luta do movimento. Nesse ano, mais de mil e quinhentas famílias ficaram desabrigadas em consequência das enchentes provocadas pelas chuvas.

Naquela ocasião, face ao descaso dos dirigentes políticos, cerca de 280 famílias ocuparam prédios públicos abandonados. A Arquidiocese da Paraíba então assumiu o papel de mediador para a negociação junto aos poderes públicos, esperando que se chegasse a planos concretos de construção de casas populares para aquelas famílias. As ações realizadas pela Arquidiocese resultaram na construção de 19 casas na comunidade da Ilha do Bispo. Possuíam um projeto de construção para cinco mil moradias a serem construídas em mutirão. No entanto, tal não se concretizou pela falta de apoio financeiro, uma vez que o projeto não foi aprovado pela *Misereor*, uma Cooperativa internacional alemã.

Desde essa época, a organização vem apoiando as lutas pela moradia e pela reforma urbana, organizando ocupações e dando-lhes assistência. Apesar da notória ausência de uma memória sistematizada pelo próprio movimento, registre-se o artigo “Movimento de Luta por Moradia da Paraíba: uma história a ser contada”, de Maria Lúcia Lopes de Oliveira e Ronildo Monteiro Ferreira (2004).

Giovanni, um dos coordenadores gerais do MNLM–PB, hoje faz parte da equipe da Secretaria de Habitação da Prefeitura de João Pessoa, em entrevista concedida durante nossa pesquisa (outubro 2005), relatou a influência de sua inserção na luta por moradia em sua trajetória de vida:

*Eu comecei a atuar como militante na comunidade em Valentina-Santa Bárbara. Lá participei do grupo de jovens, grêmio estudantil e participei do I encontro da Pastoral das Favelas, no início dos anos 90. Em seguida, eu conheci o movimento em 96 e comecei a participar como militante do movimento. Fui presidente da Associação de Moradores de Santa Bárbara. Nós trabalhamos em parcerias com o movimento, conseguimos a construção de 31 casas para a comunidade Santa Bárbara. Em 2000, comecei a fazer parte do movimento de luta pela moradia. (Giovanni, entrevista, 2005)*

## **O Movimento pelo Direito à Moradia/ Conselho Nacional de Apoio à Moradia (MDM- CONAM)**



Gabriela Dowling, 2006.

**Foto 17 - Bandeira do MDM estendida pelos moradores no prédio ocupado.**

O Movimento pelo Direito à Moradia – MDM - foi criado em 1982, por alguns representantes do Partido Comunista do Brasil - PCdoB, entre os quais, Ednaldo Fontes, um dos atuais coordenadores de sua secção na Paraíba. Naquele momento buscavam a reconstrução da Confederação Nacional da Associação dos Moradores – CONAM – ainda difícil frente à repressão do governo ditatorial vigente. Na luta pela redemocratização, criaram-se em diversos bairros de João Pessoa, como em todo o país, núcleos de luta por moradia em favelas (como na favela da Gauchinha), na comunidade de Jardim Veneza, em Cruz das Armas, entre outras. Este movimento foi liderado pela Associação dos Moradores de Cruz das Armas - AMCA, criada também em 1982. Depois, organizou-se esse movimento de luta por moradia.

Desde então, realizaram diversas ocupações, entre elas, uma ocupação no ano de 1982, no Jardim Veneza com quase 500 famílias. Naquela ocasião, houve uma negociação com o governo do estado, na qual

participou também a arquidiocese da Paraíba, e que resultou na criação do Conjunto Habitacional do Mutirão de Bayeux (Grande João Pessoa).

De acordo com Ednaldo Fontes, a luta pela moradia na Paraíba ganhou maiores proporções e obteve um maior respaldo no ano de 1982 quando foi criado dentro do PCdoB, o Movimento em Defesa dos Sem-Teto. Porém, só na década de 90, a Federação Paraibana de Associação Comunitária denominou-o Movimento pelo Direito à Moradia.

*Quando surgiu o movimento consistia além de reivindicação no âmbito habitacional para populações carentes, também compreendeu a luta pela melhoria das favelas, reurbanização de alguns bairros, reforma urbana. O MDM teve um recesso, e a partir de 2004 reorganizamos a diretoria do MDM.(Ednaldo Fontes, entrevista, 2006)*

#### **4.6 AS OCUPAÇÕES ESTUDADAS: COMUNIDADE DO INSS E DO CAJUEIRO**

Ambas as ocupações selecionadas para os estudos de caso partilham a característica de movimentos organizados com o mesmo objetivo: a luta pela moradia. Entretanto, apresentam suas particularidades que as diferenciam fortemente.

A ocupação do antigo prédio do INSS se dá num edifício sólido, de sete andares, ainda não-deteriorado, num local privilegiado no centro de João Pessoa. O prédio localiza-se numa área bastante valorizada do centro da cidade, o *Ponto dos Cem Réis*, local de maior fluxo de circulação de transeuntes, ponto de ligação da cidade baixa com a alta. Situa-se ao lado de uma das referências históricas da formação urbana da cidade, o Palace Hotel, hoje, inutilizado, mas ainda considerado um dos cartões postais da cidade. Esse espaço físico oferece ainda instalações sanitárias, água, luz e um amplo espaço reservado a reuniões na cobertura do edifício.

Entretanto, a inadequação desses bens/serviços para uma população residente é notória: excesso de pessoas para os banheiros, a água se encontra apenas neles, e todas as necessidades – alimentação, limpeza, lavagem de utensílios domésticos e de roupa, além de asseios corporais são supridas assim. As pessoas - adultos e crianças - se aglomeram em espaços reduzidos, que não se destinavam a esse fim. Os elevadores parados exigem dos moradores dos andares mais altos um esforço físico considerável, difícil para muitos.

Abriga o maior contingente de famílias (140) e, apesar de se tratar da mais recente ocupação, como resultou em parte da transferência de famílias que antes ocupavam um assentamento urbano em Bayeux, mostra também maior experiência política.

Essa ocupação teve início em fevereiro de 2004 e desde sua própria origem é ligada a movimentos de luta pela moradia. Inicialmente ao MDM - Movimento de Direito à Moradia, e posteriormente à CONAM (Coordenação Nacional de Auxílio à Moradia), entidade de atuação nacional de luta pela moradia, vinculada a alguns dirigentes e representantes do PCdoB, que vem promovendo ações políticas relacionadas ao direito à moradia, tanto no âmbito estadual, quanto nacional. Isso explica a rígida organização interna, destinada a regular a convivência de tantas individualidades e necessidades nesse espaço (proibição de visitas a partir das 20 horas, proibição de bebidas alcoólicas, entre outras normas e regras necessárias e decididas através de assembléias e reuniões gerais entre os moradores). Contudo, mesmo essas regras não impedem a ocorrência de episódios de violência (tentativa de assassinato numa disputa amorosa), e, mais recentemente, em maio de 2006, um acontecimento trágico que resultou em uma morte.

O Assentamento da Comunidade do Cajueiro localiza-se numa área limítrofe dos municípios de João Pessoa e Cabedelo, e embora próximo à praia do Jacaré (lugar turístico), é relativamente isolado, guardando reminiscências de uma zona rural ou abandonado. Resulta da ocupação,

em 1998, de uma área de aproximadamente 6.000 m<sup>2</sup>, propriedade privada, por 25 famílias vindas de diversas procedências.

Esse assentamento, à diferença daquelas resultantes de ações planejadas por algum movimento, foi sendo criado paulatinamente, ou seja, foi o resultado de ações espontâneas e dilatadas no tempo. Uma das 25 famílias que hoje o conformam, resolveu abandonar um barraco onde moravam em uma comunidade próxima, conhecida como “Vila Feliz”, pois além de não terem mais condições financeiras para pagar um aluguel, também queriam fugir do ambiente violento e degradado no qual se encontrava a “Vila Feliz”. Outras famílias foram se agregando. Algumas vieram de lugares mais distantes, até mesmo de outros estados, como é o caso da família de Seu Farias, que veio de Recife. Outras procederam de outros bairros periféricos da Grande João Pessoa, sendo que algumas vieram de anteriores assentamentos urbanos existentes. Outras, ainda, migraram de municípios do interior do estado. Todas tinham em comum a busca de melhores condições de vida e a impossibilidade de pagar aluguel para morar.

Essas famílias não contavam com experiência militante no movimento pela moradia, nem contavam com esse apoio. Só em 2005, foram contatados e desde então recebem apoio do Movimento Nacional de Luta pela Moradia – secção PB. Por sua localização, não contavam com as facilidades e oportunidades proporcionadas pela localização central como na ocupação do ex-INSS. A atividade principal dessa comunidade concentra-se na coleta, tratamento e seleção do lixo; somente uma das moradoras realizava algum plantio (mandioca, milho), talvez pelo terreno arenoso, pouco propício a essa atividade; algumas criavam animais para seu próprio sustento.

Na Comunidade do Cajueiro, não temos os problemas da ocupação de um espaço destinado a outra finalidade que não a moradia e da superpopulação concentrada em espaços exíguos. Nela os problemas advêm da precariedade das construções dos barracos, sem instalações

sanitárias, da falta de água encanada, da falta de coleta de lixo ou ainda da distância de escolas ou Posto Saúde (o PSF mais próximo localiza-se na Mata do Amém).

**Quadro 4: Características as experiências estudadas: ocupação antigo prédio INSS e Comunidade do Cajueiro**

<b>Características</b>	<b>Ocupação antigo prédio INSS</b>	<b>Assentamento da Comunidade do Cajueiro</b>
<b>Ano da ocupação</b>	<b>2004</b>	<b>1998</b>
Relação com movimentos de luta pela moradia	CONAM MDM - Movimento de Direito à Moradia	- Até 2005, sem apoio externo. - A partir de 2005, Movimento Nacional de Luta pela Moradia – PB
Tipo de espaço	Espaço vertical	Espaço horizontal
No. de famílias	140	25
Localização	Centro de João Pessoa (Ponto dos Cem Réis)	Praia do Jacaré – Cabedelo (local turístico)
Condições de Moradia	Edifício sólido, localização privilegiada.	Barracos construídos pelos moradores.
Situação hoje	Continuam no prédio, aguardando as casas prometidas pela Prefeitura de J.Pessoa, previstas para março 2007.	Desalojados em 2005, recebem auxílio moradia pela CEHAP.

Fonte: Nossa elaboração.

O relativo isolamento, seja pela localização e a área ocupada, seja pela falta de relações com movimentos sociais, além do pequeno número de famílias, se bem representou fragilidades na ação política ou a ausência de regras rígidas, propiciou-lhes sólidos laços comunitários.

Essas diferenças aqui apresentadas (e resumidas no quadro abaixo) repercutem na situação encontrada em cada uma dessas realidades e que analisaremos nos próximos capítulos.

## 5.REVELANDO A LUTA E O COTIDIANO: OS ESPAÇOS OCUPADOS



Gabriela Dowling, 2004.

**Foto 18 - Meninos jogando vídeo game na ocupação do INSS.**



Gabriela Dowling, 2004.

**Foto 19 - Frente do barraco de Seu Severino, pessoas da comunidade do Cajueiro.**

## 5.1 A VIDA, O COTIDIANO DOS MORADORES DA OCUPAÇÃO DO PRÉDIO DO INSS



Gabriela Dowling, 2004.

**Foto 20 - Crianças da ocupação reunidas para foto.**

Para uma visão geral dos moradores da ocupação, realizamos entrevistas com um total de 60 famílias, distribuídas pelos seis andares do antigo prédio do INSS. Assim, pudemos conhecer um pouco mais sobre a particularidade e a própria composição familiar do grupo da ocupação e do espaço ocupado. Quem são, de onde vieram, qual o meio de sobrevivência, são algumas das questões que procuramos responder. Ou seja, além de traçar o perfil dos próprios entrevistados, buscamos colher informações relativas aos demais membros do grupo familiar.



Inocência Rosario, 2006.

**Foto 21 - Entrevista com os moradores do prédio.**



Gabriela Dowling, 2004.

**Foto 22 - Mãe e filho, e vizinha no corredor do prédio.**



Gabriela Dowling, 2004.

**Foto 23 - Aproveitamento do espaço ocupado**

### **5.1.1 Descrevendo a organização espacial do Prédio ocupado**

A estrutura do prédio encontra-se bastante desgastada pelo abandono e falta de manutenção. O prédio foi fundado em 1954. Os andares são todos diferenciados, pois como se tratava da sede do INSS, apresentam divisões do espaço diferentes em cada um deles, além do que apropriadas para o trabalho burocrático e não para a habitação. O primeiro andar, por exemplo, tido como aquele mais luxuoso, segundo seus moradores, foi o mais cobiçado pelas famílias. A escolha dos cômodos ocorreu de forma aleatória, marcando seu território aquele que primeiro chegava.

Em cada andar existem dois banheiros, sendo eleito um para o banheiro masculino e outro para o feminino; trata-se, portanto, de banheiros coletivos onde a cada dia se tem um responsável por sua limpeza e manutenção. Para isso se faz uma “cotinha” (expressão dos moradores) entre todos os moradores de cada andar para a compra do material de limpeza. Nos “apartamentos adaptados” não há água, assim a fonte de abastecimento está nos banheiros. A luz elétrica foi instalada de forma “caseira”, o famoso “gato”.

O grande diferencial de o primeiro andar com relação aos demais está na divisão dos “apartamentos” (cômodos, na verdade) que apresentam paredes e portas. Ainda, nele alguns apartamentos, mais “luxuosos”, possuem mais de um cômodo, tratando-se na maioria das vezes de um vão aberto com janela, que recebe a tradicional divisória feita por lençóis, ou ainda, de madeira, papelão ou outros materiais reciclados. Também nesse andar se encontra o único “apartamento” com uma cozinha bem estruturada, a antiga cozinha do INSS.

De acordo com a configuração dos andares, da distribuição estabelecida pelas famílias, pudemos compreender ou verificar certo perfil

típico de cada andar, ou seja, em cada um deles se percebe um estilo de vida muito próximo entre cada um e o seu vizinho. Até se pode observar certa hierarquia entre os moradores, revelando que ela, a divisão por status social parece estar presente mesmo em situações onde se vivencia uma carência marcante e quase que universal. É, portanto, bastante visível a diferenciação entre os moradores, ainda que sem constituir uma desigualdade alarmente, mas sempre desigualdade.

Uma das medidas para a organização social da ocupação foi a de eleger uma pessoa para a coordenação de cada andar. Assim essa pessoa fica responsável pelo cadastro e controle daqueles que vivem em cada andar.

*Cada andar tem um organizador. Ou seja, um coordenador responsável pelos problemas internos de cada andar, de limpeza, de arrecadação de contribuição para comprar o material de limpeza. Para pagar o pessoa, para contribuir pra a pessoa que fica na portaria, que fica na entrada abrindo e fechando, isso é um condomínio e todo condomínio tem que ter um porteiro , e aí nós temos uma pessoa que toma conta durante o dia e uma outra que fica durante a noite. Essas pessoas têm que ser gratificadas, porque elas deixam de trabalhar para ficar a serviço da segurança do prédio e recebem 70,00 reais por semana, e com o dinheiro arrecadado entre os camelôs que contribui com 5 reais por semana. e para o pessoal que mora aqui no prédio, os sem-tetos contribui com 1,00 real por semana. Então esse pessoal contribui e a gente repassa para o pessoal responsável pela limpeza e segurança. (Ednaldo Fontes, entrevista, 04/ 01/06).*

Em muitos lugares do prédio, podem ser vistas placas com informações do tipo “vendem-se ovos”, ou “vende-se cachorro quente, refrigerante grátis no 2º andar”, o que mostra a presença de um pequeno comércio informal ou bico dentro das normas estabelecidas da convivência do grupo.



Gabriela Dowling, 2004.

**Foto 24 - Cartaz indicando serviços e bicos realizados pelos moradores na ocupação**



Gabriela Dowling, 2004.

**Foto 25 - Moradora do 3º andar durante uma sesta.**



Gabriela Dowling, 2004.

**Foto 26 - Dona Ana e seus filhos no seu apartamento na ocupação.**

### 5.1.2 Os moradores e seus familiares.

O número de moradores das 60 famílias totaliza 237 pessoas, incluindo-se nesse número os próprios entrevistados. Destaca-se a forte presença de crianças e adolescentes (121), muitas (17) nascidas na própria ocupação, bem como o caráter juvenil dessas pessoas (55,3%, até 20 anos; 65% até 25 anos).

**Tabela 1: Total de moradores das famílias entrevistadas por grupo etário**

<b>Moradores</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
Crianças e Adolescentes	121	51,1
Adultos	116	48,9
<i>Total</i>	237	100,0

(Para o grupo “crianças e adolescentes”, consideramos desde meses de vida até 17 anos; os adultos, 18 anos e mais; com isso, incluímos duas jovens esposas – união consensual, na verdade – ao grupo de crianças e adolescentes).

**Tabela 2: Moradores das Famílias entrevistadas por faixa etária**

<b>Faixa etária</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>	<b>% Acumulada</b>
Até 2 anos	28	11,8	11,8
+2 a 5 anos	26	11,0	22,8
6 a 12 anos	45	19,0	41,8
13 a 15 anos	15	6,3	48,1
16 a 20 anos	17	7,2	55,3
21 a 25 anos	23	9,7	65,0
26 a 45 anos	48	20,2	85,2
+ 45 a 60 anos	8	3,4	88,6
+ 60 anos	2	0,9	89,5
Sem informação	25	10,5	100,0
<b>Total</b>	<b>237</b>	<b>100,0</b>	

**Tabela 3: Moradores das famílias entrevistadas por sexo**

<b>Sexo</b>	<b>Total (%)</b>
Feminino	53,7
Masculino	46,3
Total	100,0

Como, na maioria das vezes, quem se encontrava em casa no momento da entrevista eram as mulheres, elas constituem a maioria das entrevistadas, totalizando 42 mulheres (70%), enquanto que apenas 18 homens (30%) foram entrevistados. Essa proporção distorce a realidade, uma vez que, considerando-se o total de moradores dessas famílias, a proporção entre os sexos mostra 53,7% mulheres e 46,3% homens. O fato de que mulheres representem a maioria das entrevistadas explica-se pela necessidade do cuidado com as crianças, ou ainda pela presença de mães solteiras que se encontram há muito sem condições de trabalhar, também devido à falta de uma qualificação profissional. Muitas delas não possuíam nenhum tipo de profissão ou ocupação, além de apresentarem baixa escolaridade, e casamentos ou uniões livres em idade precoce. Esses fatores contribuem para a falta de perspectivas ou oportunidades de se inserirem no mercado de trabalho.

Nas suas falas era bastante freqüente o discurso de que não eram ninguém e que realmente fariam de tudo para que seus filhos não seguissem a mesma vida dos pais. Na batalha do dia a dia, víamos que, para essas mulheres, o maior desafio de suas vidas era o de lutar para oferecer uma vida mais digna para seus filhos, aquela que lhes foi negada.

As pessoas entrevistadas mostram um perfil jovem, com 51,7% com 16 aos 30 anos, e 86,7% até os 35 anos de idade.

**Tabela 4: Sexo e idade dos entrevistados na Ocupação do INSS**

<b>Sexo</b> <b>Faixas Etárias</b>	<b>Feminino</b>	<b>Masculino</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>	<b>% Acum.</b>
16 a 21 anos	7	-	7	11,7	11,7
21 a 25 anos	9	6	15	25,0	36,7
26 a 30 anos	8	1	9	15,0	51,7
31 -! 45 anos	13	8	21	35,0	86,7
45 anos e +	5	3	8	13,3	100,0
<b>Total</b>	<b>42</b>	<b>18</b>	<b>60</b>	<b>100,0</b>	

Quanto à escolaridade, ressalte-se que desde o grupo “sem nenhuma escolaridade e analfabetos (15,0% ou nove pessoas) até a 4ª. série do primeiro grau, situam-se 56,7% dos entrevistados. No entanto, a agravar a situação está o analfabetismo funcional, pois muitos que diziam ter freqüentado a escola até a 2ª ou 3ª série, consideravam-se analfabetos, semi-alfabetizados, ou diziam apenas só assinar o próprio nome. Declararam ter estudado até a 5ª, 6ª ou 7ª. série 28,3% delas (17 pessoas) e 3,3% o 1º. Grau completo. Alguns poucos, mostram maior escolaridade: 7 entrevistados (11,7%) possuem o 2º. Grau Completo (6,7%) ou Incompleto (5,0%). Registre-se ainda um caso de alguém que havia se alfabetizado, ou seja, sabia ler e escrever sem nunca ter ido à escola (havia aprendido com uma de suas tias).

**Tabela 5: Escolaridade dos entrevistados**

<b>Grau de instrução</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>	<b>% Acumulada</b>
S/Inst/Analf	9	15,0	15,0
1 <sup>a</sup> a 2 <sup>a</sup> . Série:	13	21,7	36,7
3 <sup>a</sup> a 4 <sup>a</sup> série	12	20,0	56,7
5 <sup>a</sup> a 6 <sup>a</sup> série	15	25,0	81,7
7 <sup>a</sup> a série	2	3,3	85,0
1 <sup>o</sup> . Grau completo	2	3,3	88,3
2 <sup>o</sup> . Grau incompleto	3	5,0	93,3
2 <sup>o</sup> . Grau completo	4	6,7	100,0
<b>Total</b>	<b>60</b>	<b>100,0</b>	

Quanto ao estado civil, destaca-se o número de uniões consensuais (23 casos ou 38,3%); 23,3% declaram-se casados; solteiros representam 28,3% e separados 10%.

A composição dessas famílias é variada, mostrando situações desde a composição tradicional do núcleo familiar urbano/contemporâneo (pai, mãe, filhos), até arranjos diferentes como a presença de avós (2 famílias), ou o companheiro da filha (1 caso), duas amigas vivendo juntas e a filha de uma delas, um casal mais velho com 3 filhos adultos e 2 netos. Embora não se trate de outra composição familiar, encontrou-se um caso de 2 casais jovens (entre 20 e 25 anos) que compartilhavam o mesmo espaço. →

A maioria dos entrevistados é paraibana (90,0%), sendo que 58,3% (35 pessoas) nasceram na própria João Pessoa e 31,7% em outros municípios paraibanos. A procedência desses moradores e suas famílias reafirma esses dados: antes da ocupação, 96,7% viviam na capital ou ainda na Grande João Pessoa (alguns, transferiram-se de outras ocupações, conforme relatado no capítulo III - 3.1); apenas registrou-se um caso de procedência de outro município paraibano (Campina Grande) e outro de Natal, RN.

O estilo de vida dos moradores de prédios ocupados apresenta sempre características em comum, as soluções para a organização do espaço são sempre similares. Isso ocorre tendo em vista que as condições de vida, sociais e econômicas, são bastante próximas, seja ela em uma grande metrópole como São Paulo, ou na provinciana João Pessoa. Assim, de acordo com uma matéria da Folha de São Paulo sobre os sem tetos pode-se buscar as semelhanças de estilo de vida:

As famílias se dividem nos 20 andares de dois blocos em locais parecidos com barracos, separados por pedaços de madeira e com poucos móveis. Os corredores são coloridos por roupas penduradas, e os vidros das janelas, quebrados, foram substituídos por papelão. A maioria dos habitantes trabalha como ambulante ou faz bicos. (Folha on-line, 01/02/2006).



Gabriela Dowling, 2006.

**Foto 27 - Dormitório improvisado no prédio ocupado.**



Gabriela Dowling, 2006.

**Foto 28 - Sala de estar, quarto e berço: formas de organização.**



Gabriela Dowling, 2006.

**Foto 29 - Cozinha improvisada**

### 5.1.3 Trabalho: o “multibiscate”.



Inocência Rosário, 2006.

**Foto 30– Shopping popular ocupado pelos ambulantes.**

“A experiência ensina que, pior do que pobreza, o desemprego é a maior praga social. Destrói a auto-estima dos indivíduos, desestabiliza as famílias. Abre os braços para a delinqüência, corta as perspectivas de progresso pessoal, gera camadas de ressentimento provocadas pela sensação de marginalidade”. (Gilberto DIMENSTEIN).

A procura pela sobrevivência nas cidades acaba mostrando também as mesmas – e poucas – possibilidades para aqueles com pouca qualificação e formação. Trata-se, na maioria das vezes, de ocupações no setor informal (principalmente camelôs, comércio informal) ou, ainda, nos chamados subempregos: catador de lixo, “pastor” de carros, que não se caracterizam propriamente como empregos, mas que trazem alguma renda.

*Boa parte dos moradores trabalha com a reciclagem de materiais. E alguns vieram para aqui e se tornaram*

*camelôs. Hoje nós tivemos um monte de família sem-teto que virou camelô e tem muito camelô que não tinha teto, vivia de aluguel e veio morar aqui no prédio. Quer dizer que houve esse casamento. (Ednaldo, entrevista, 2006).*

Entre as famílias entrevistadas, um conjunto de 116 adultos, sobressai a questão do desemprego ou da não inserção no mercado de trabalho: 63 dessas pessoas (ou 54,3%) estão desempregadas ou, como se trata de desemprego de longa duração, permanente, excluídas do mercado de trabalho. Muitos, principalmente as mulheres e as mais jovens, nunca tiveram qualquer inserção no mercado de trabalho e se declararam apenas como “domésticas” (ou seja, “prendas domésticas”). Algumas delas se declararam “empregadas domésticas”, embora nenhuma trabalhasse como tal.

Raros são os casos de trabalho assalariado formal ou legal: apenas 3 ocorrências, sendo 2 vendedoras e 1 auxiliar de produção. Alguns autônomos, de fato, ainda que obtenham uma renda tão baixa quanto aqueles que sobrevivem dos vários “bicos”: vendedores de CDs/DVDs, artesão estatuetas/vidro, cabeleireiro ambulante e um eletricista. O conjunto daqueles que sobrevive de “bicos” e trabalhos eventuais é mais expressivo (29 pessoas ou 25%), reunindo auxiliares de pedreiro, pintor, eletricista, borracheiro; vendedores de churrasquinho, café, frutas (laranjas, mas sazonalmente, outras); lanches/almoço; vendedores ambulantes; faxineiras; reciclagem lixo; faxineiras; lavadeira e ainda a “venda-mendicância” de balas, chicletes. Ainda que um tema tratado com dificuldade, registram-se também alguns casos de trabalho ilícitos ou degradante: prostituição, tanto masculina como feminina.

A renda/salário mensal desses trabalhadores mostra um intervalo que vai dos 50,00 a 434,00 reais; só 6 casos, situavam-se no salário-mínimo (apenas um deles, maior), à época no valor de trezentos reais; os

demais (23, representavam frações significativamente menores ,sendo a metade ou um-terço ou um-quarto).



Gabriela Dowling, 2006.

**Foto 31 – Venda ambulante de um dos moradores do prédio.**



Gabriela Dowling, 2006.

**Foto 32 – Dona de casa em cozinha adaptada.**

**Quadro 5: Relação de ocupações/profissões/ “bicos” e renda/salário das famílias entrevistadas:**

<b>Profissão/ocupação</b>	<b>Autô-nomo</b>	<b>“Bico”</b>	<b>Trab/ assal/ formal</b>	<b>Renda/salário R\$</b>
Reciclagem lixo (antes, Ajudante de Pedreiro)		1		240,00 mensal
Vendedor de CDs e DVDs	2			1 NR 1 +- 10,00/dia
Faxineira		2		100,00
Faxineira (dos camelôs)		1		NR
Lanche e almoço (camelôs)		1		NR
Lavador de carros		1		20,00 por semana
Auxiliar produção			1	R\$300,00
Artesão vidraceiro/porcelana/gesso	1			120,00 mensal
Vendedor cerveja		1		+300,00 mensal
Serv. Pedreiro		10		(desempregados - trabalho eventual)
Vendedora de churrasquinho		1		100,00 mensal
Vendedora loja			1 1	423,00 mensal 300,00 mensal
Porteiro/ambulante		1		50,00 mensal (portaria da ocupação)
Vende café/chá		1		NR
“Vendedoras’ balas/chicletes (ônibus/ponto)		3		NR
Vende dindin (na ocupação)		4		NR
Vendedor de laranjas		1		160,00 mensal
Cabeleireiro ambulante	1			60,00 mensal
Eletricista	1			95,00 mensal
Multi-biscates		2		NR
“pastor de carro”		1		50,00 mensal
Garçon/garoto de programa		1		300,00 mensal

Entre as mulheres, encontraram-se ainda as seguintes ocupações (ainda que não exercidas naquele momento): faxineiras (3); vendedoras (3); vendedora ambulante de confecções (1) ou de CDs (1); vendedoras (de

churrasquinho, café, cerveja – geralmente atividades ocasionais em festas e shows), 1 marisqueira (antes de se ligar ao movimento de luta pela moradia), 1 lavadeira, 1 cambista (venda de bilhetes de loteria ou jogo do bicho), 1 recicladora do lixo, 1 manicure.

Já os homens dividiam-se em: serventes de pedreiro (10), pintor (1), eletricista (1), marceneiro (1), padeiro (1), vendedor CDs/DVDs; vendedor ambulante, cabeleireiro ambulante (1), marisqueiro (1), “pastor de carro”, lavador de carro.

Para a maioria dessas ocorrências, sem dúvida, a melhor definição é a de “multi-biscateiros” pela alternância entre os vários “trabalhos” e a disponibilidade de mudar de um para outro, de acordo com a circunstância.

Batista (1984), ao analisar o caso dos biscateiros em sua pesquisa sobre a autoconstrução da Favela Beira Rio, durante os anos 80, tece considerações pertinentes e bastante cabíveis à situação atual dos subempregados, desempregados e biscateiros de nossa pesquisa. Segundo Batista:

Além disso, do ponto de vista de seus trabalhos, seja através de uma inserção específica como autônomo, biscateiro, são tantas as variações que seu trabalho deve assumir que lhes é difícil definir-se como profissional em determinada atividade, muito embora pessoalmente se sintam mais habilitados e afeitos a determinadas ocupações e profissões. (BATISTA, 1984: p. 123).

A rigor, ao nível de trabalho, grande parte deles se colocam como “dispostos ao que der e vier” e efetivamente, suas situações de trabalho variam enormemente, o que permanece comum, entretanto, a todas as ocupações são os baixos salários, rendimentos, situação essa generalizável para toda a classe trabalhadora brasileira (op.cit., p.124)

#### **5.1.4 Estratégias de sobrevivência:**

A forma de sobrevivência diária das famílias mais necessitadas, a grande maioria, e que vive de eventuais bicos, passa por certas estratégias de sobrevivência que lhes assegura a alimentação de cada dia. Uma das alternativas adotadas por muitas dessas famílias é almoçarem as sobras de um restaurante do centro, próximo à ocupação. Esse restaurante, a partir das 13 horas, libera certa quantidade para as famílias necessitadas. Também, sempre às quintas-feiras, acontece a distribuição de um “sopão” para todas as famílias da ocupação, iniciativa de uma igreja evangélica. Ainda, para as crianças, a frequência escolar lhes assegura a alimentação (merenda escolar) pelo menos durante o período escolar.

Um ponto relevante encontrado nessas entrevistas foi a dependência de muitas famílias da “Bolsa-Família”<sup>17</sup>, algumas por receber essa ajuda; outras, por esperar recebê-la. Apesar do pequeno valor, essa bolsa (no máximo noventa e cinco reais por família), para essa população extremamente carente e sem outros horizontes, torna-se objeto do desejo por excelência. Das 60 famílias entrevistadas, 13 delas a recebem, enquanto que quase todas as demais esperam obtê-la algum dia. Muitas delas sequer conseguiram se cadastrar. Porém, permanece o fascínio com essa possibilidade a rondar o imaginário dessas pobres criaturas.

Registre-se ainda que algumas famílias recebem ajuda de familiares e, para algumas, que antes pagavam aluguel, a própria permanência na ocupação representa também uma estratégia de sobrevivência.

---

<sup>17</sup> O Bolsa-Família depois de certo fracasso do “Fome Zero”, tornou-se o carro-chefe das políticas de distribuição de renda do governo Lula, pelo menos na propaganda e no imaginário. Criticado por muitos, apelidado de “bolsa-esmola” tem sido questionado quanto a sua eficácia em reduzir a pobreza. Para técnicos do IPEA, mais eficientes são os benefícios do INSS. Além disso, não parece contribuir para mudar a situação de pobreza.



Gabriela Dowling, 2004.

Foto 33 - Moradora do térreo num dia de faxina.



Gabriela Dowling, 2004.

Foto 34 - Pátio do prédio com o lixo reciclável recolhido por moradores

## 5.2 A EXPERIÊNCIA DE UMA COMUNIDADE DESAMPARADA: O CASO DA COMUNIDADE DO CAJUEIRO



Gabriela Dowling, 2005.

Foto 35 - Severino, Dona Lúcia e seus netos, e Solane, filha de Seu Farias.

Para traçar o perfil da Comunidade do Cajueiro, o assentamento urbano que constituiu o segundo dos casos de nosso estudo, vale considerar que o estilo de vida das famílias difere do grupo do prédio ocupado. Trata-se aqui da ocupação de uma área, distante do centro, embora próxima a um local turístico, onde desde o primeiro momento se colocou a questão da “autoconstrução” e organização do espaço ocupado. Embora esse termo geralmente designe a construção de casas de alvenaria, na Comunidade se trata de construção de barracos, a partir de material obtido no lixo, não deixa de ser um caso de autoconstrução, embora mais rudimentar, ou mais simples do ponto de vista tecnológico.

A autoconstrução dessas moradias rudimentares – barracos e similares - revela ser a forma utilizada por famílias de baixa renda, ou sem renda, que sobrevivem da coleta de lixo. Em geral, é do lixo catado nas ruas da cidade que a grande maioria dessas famílias consegue os subsídios e material necessário para a construção de seus barracos.



Gabriela Dowling, 2005.

**Foto 36 -** Seu Farias e outras crianças da comunidade.

Assim, dentro de um estudo sobre a moradia popular, a autoconstrução se destaca como uma experiência válida em tempos difíceis para aqueles que tentam a vida em um meio urbano. Uma prática típica do meio rural surge como alternativa na formação de um assentamento urbano residencial da população subalterna urbana. E com ela, tem-se um processo desencadeado por uma solidariedade forçada, para não dizer “mecânica”, no sentido durkheimiano, que envolve uma série de compromissos familiares, troca de favores raros nas relações capitalistas da compra e venda da força de trabalho.

Através da autoconstrução, mutirão firma-se um compromisso de troca de favores, em bases bastante espontâneas, apesar de ser ditado pela necessidade. (MARICATO, 1982: p.71).



Gabriela Dowling, 2005.

**Foto 37 -** Banheiro adaptado através do lixo catado pela Comunidade.



Gabriela Dowling, 2005.

**Foto 38 - Severino, Marlom, e os netos de Dona Lúcia no dia da mudança de barraco.**

Gabriela Dowling, 2005.

**Foto 39 - O lixo recolhido pela comunidade do Cajueiro.**

Na Comunidade do Cajueiro, o lixo, além de representar a fonte de sobrevivência da comunidade, foi o próprio desencadeador de sua organização e integração. A coleta de lixo é um dado revelador para entender o perfil que torna essas 25 famílias que se encontravam na área habitada semelhantes. Sem a integração e a ajuda mútua, frente a tantas carências e impossibilidades, diminuiriam suas possibilidades de

continuar naquele meio. Assim, após o passo do reconhecimento mútuo, de uma situação peculiar, as famílias encontraram a motivação que faltava para o processo de integração do grupo. Assim, concordamos ainda com Maricato (1982) de que:

A solidariedade quando existe, é um determinante para a sobrevivência. O contato direto com a produção da casa também. Não há outra escolha possível, assim como não há outra arquitetura possível para substituir aquela que caracteriza o espaço da residência de classe trabalhadora. (op. cit: p. 73).

Embora nosso contato com essa Comunidade só tenha ocorrido no último ano de sua existência, que já datava de mais de seis anos, foi possível constatar que a rede de solidariedade nela criada foi mantida e consolidada a partir de uma necessidade coletiva. Assim, os sentimentos de desconfiança, o próprio receio do envolvimento foi necessariamente desfeito para que chegassem a um objetivo comum, onde houvesse um espaço que apresentasse certo acolhimento e, pelo menos, menor hostilidade.

Assim, entre essas famílias estabelecidas naquele espaço construído coletivamente desenvolveu-se uma relação de reciprocidade, onde algumas funções foram determinadas e apoiadas em conjunto. Por exemplo, a comunidade teve a necessidade de conseguir água. Então, o grupo dos homens da comunidade reuniu-se e fizeram um desvio de uma das fontes próxima ao terreno, ligada à CAGEPA. Assim, conseguiram disponibilizar uma fonte de água para a comunidade. Um dia perguntamos para Sebastião, um dos integrantes da comunidade, se eles temiam algum problema com a CAGEPA por conta do desvio e ele nos respondeu que a própria CAGEPA estava ciente da situação e até aquele momento não fizera nenhuma ação em represália.

O mesmo ocorreu quanto à instalação da rede elétrica, feita de forma bastante ousada e perigosa, criando uma fonte de energia para todos os barracos. Uma série de instalações de fios, feita de forma caseira, (“o gato”), possível pelo conhecimento técnico de eletricitista de um dos

moradores da comunidade, o Sebastião, que havia feito um curso básico de eletroeletrônicos, oferecido pelo SENAC, trouxe a energia elétrica aos moradores.

Em uma de nossas visitas, pudemos acompanhar a mudança de um dos barracos que antes estava em uma área, cujo dono da propriedade havia exigido a retirada do barraco. Este foi outro exemplo de trabalho comunitário, onde se reuniam para ajudar alguém da comunidade. O barraco correspondia à família de Dona Lúcia, uma das articuladoras centrais e uma das moradoras mais antigas da Comunidade do Cajueiro. Dona Lúcia na época vivia com seus quatro netos e uma das filhas grávida. A preocupação de Dona Lúcia estava em conseguir reconstruir o seu barraco em uma área onde ela pudesse com o tempo construir mais dois barracos menores para as suas duas filhas que ainda iriam chegar para morar na comunidade. Dona Lúcia precisava também de uma área com sombra, onde ela pudesse plantar e manter o local para os seus animais de criação (gansos, patos, galinhas e um burrinho). E também, dependendo da época do ano, plantava milho, macaxeira, entre outras coisas, além é claro, do caju, árvore bastante presente na região, e que dava o nome à Comunidade.

No decorrer da convivência com a comunidade, a equipe tinha estabelecido um vínculo mais próximo com algumas famílias, que demonstraram mais interesse com as questões que envolviam nosso trabalho. Foram elas as selecionadas para definir o perfil da comunidade.

Assim, temos como retrato do grupo três núcleos centrais da comunidade: a família de Dona Lúcia (à qual nos referimos acima), Sebastião com seu filho de três anos, e a família de Seu Farias que veio de Pernambuco.



Gabriela Dowling, 2005.

**Foto 40 - Barraco de uma das famílias da comunidade do Cajueiro.**

### **Caracterização das famílias**

Nem sempre é o pai, o chefe de família; muitas mães solteiras; crianças órfãs criadas por parentes ou avós; duas famílias migraram de Pernambuco; avós constituem a força e o comando da família; crianças trabalham catando lixo durante dois expedientes (tarde e noite), porém, durante a manhã freqüentam a escola. Grande parte das famílias se alimenta do próprio lixo coletado; não só se alimenta como reaproveita e reutiliza objetos e todo o material possível de ser reciclado para fins caseiros, ou até brinquedos, livros e material escolar reaproveitados para as crianças. Muitos casos de alcoolismo e uso de drogas foram constatados.

Além da coleta de lixo, alguns ainda são “pastores de carro”, mas a realidade dos ocupantes da Comunidade caracteriza-se predominantemente pelo desemprego e pela exclusão do mercado de trabalho.

Dona Vera, a sogra de Seu Farias, trabalha como vendedora do *Jornal Correio da Paraíba*, nos sinais de trânsito no centro de João Pessoa. Quando morava em Recife brincou de maracatu de baque virado, coco de roda, ciranda e pensava em retomar as práticas das brincadeiras

populares na comunidade. Sonhava com a construção de uma palhoça, uma espécie de espaço de lazer para as crianças e todos da comunidade.

Seu Farias (um dos primeiros integrantes da comunidade do Cajueiro) veio de Recife trazendo seus familiares, inclusive sua sogra, sendo ela a responsável pela educação das crianças.



Gabriela Dowling, 2005.

**Foto 41 - Solane, filha de Seu Farias.**

### **5.3 O FIM DA COMUNIDADE DO CAJUEIRO: O DESPEJO**

No dia 14 de julho de 2005, as famílias que fazem parte da comunidade do Cajueiro foram despejadas de seus barracos, construções provisórias, mas onde algumas resistiam há cerca de 7 anos. Essa medida foi desencadeada por ordem da prefeitura do município de Cabedelo e que, de acordo com os coordenadores do MNLM-PB, constituiu um ato desumano, com a apropriação de todos os pertences das famílias. Além de tudo, o prefeito que se encontrava no local, argumentava que essas pessoas deveriam se retirar da área, pois não eram cidadãs cabedelenses, tendo em vista que alguns moradores da área vieram do estado de Pernambuco. Alguns foram agredidos e um coordenador do Movimento foi detido. A intervenção da guarda municipal caracterizou-se pelo uso da força, e isso numa situação de extrema tensão.

Na falta de opção, sem um lugar onde pudessem permanecer, as 25 famílias despejadas com o apoio permanente do Movimento (MNLM) seguiram para sua sede, onde passaram uma noite.

No dia seguinte, decidiram ocupar a Praça em frente à Assembléia Legislativa de João Pessoa, onde permaneceram acampados por cerca de seis dias. A questão, enfim, tornou-se visível para a sociedade, e mesmo sendo esse período de recesso para os parlamentares, conseguiram após alguns dias uma reunião com o representante do governo estadual, Ivan Cunha Lima, presidente da Casa Civil.

Reivindicaram que essas famílias ao menos fossem incluídas no “Programa Cheque Moradia”, solução provisória de um programa de construção de casas populares, mas que ainda estava em processo de aprovação. Como solução temporária, o movimento com o único apoio de um deputado do PT, Rodrigo Soares, representante da Comissão de Direitos Humanos e Assessoria jurídica, obteve uma ajuda temporária na

forma de um auxílio-moradia no valor de R\$ 80,00 (oitenta reais) por família. No entanto, ficaria sob responsabilidade do Movimento prestar assessoria e controle dessa verba. As famílias ficariam encarregadas de procurar algum tipo de habitação disponível nesse valor, no município de Cabedelo.

A assistente social Douracy Vieira dos Santos, do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN), acredita que somente o cumprimento do Plano Diretor poderá modificar o quadro de falta de habitações na cidade. Ela lembra que, como melhor solução para resolver a questão do déficit habitacional, poderia ser aplicado um dispositivo do plano que dá a possibilidade de transformação das áreas ocupadas em Zonas Especiais de Interesse Social (Zeis). Assim explica Santos:

Este dispositivo prevê que as comunidades com mais de cinco anos de existência sejam encaixadas nesta categoria. A partir daí se torna possível fazer um trabalho de reordenamento urbano, dando melhores condições de que essas pessoas vivam em melhores condições. (Jornal Correio da Paraíba, 2006<sup>18</sup>)

Santos nos adverte que o problema da falta de casas e das moradias precárias, registrado anteriormente mais na zona metropolitana da Capital, hoje está se expandindo para todas as áreas do Estado.

---

<sup>18</sup> Terça - 16.11.2004 - Edição on-line - Ano 06. Correio da Paraíba

#### **5.4 TEMPO DE ESPERA: O PROJETO PARQUE SUL**

Até o momento, as famílias que ocupam o prédio do antigo INSS, localizado no Ponto dos Cem Réis, aguardam a construção de suas casas. Ao contrário das 25 famílias da Comunidade do Cajueiro que até o momento, não encontraram nenhuma solução para a conquista de um lugar para se viver.

Uma negociação envolvendo o Ministério das Cidades, a Caixa Econômica Federal e o governo municipal, desenvolveu um programa social de moradias para populações carentes, denominado “Parque Sul”. Esse projeto prevê a construção de 1500 casas populares, realizado pela prefeitura do município de João Pessoa, com recursos advindos de três programas federais (Crédito Solidário, Habitação de Interesse Social e Carta de Crédito/FGTS). Por ora, prevê-se a entrega das primeiras casas em março de 2007, onde serão contempladas as primeiras 959 famílias.

O Loteamento Parque Sul terá 1.336 casas. Dessas, 200 já estão sendo construídas. Segundo o secretário-adjunto de Habitação, João Azevedo, o projeto para a edificação das demais unidades já foi encaminhado à Caixa Econômica Federal. Os novos moradores do conjunto habitacional já foram cadastrados e as primeiras 500 famílias sorteadas. (site da prefeitura, 2006)

As casas do Parque Sul são destinadas ao pessoal com renda de até um salário mínimo. De acordo com a equipe de planejamento do projeto prevê que até o final do ano de 2007, o Parque Sul vai contar com quatro equipamentos comunitários fundamentais para os novos habitantes, são: uma escola com dez salas de aula, um posto do Programa de Saúde da Família (PSF) com quatro equipes, um ginásio coberto para práticas esportivas e uma creche para atender 90 crianças. Já segundo Ednaldo Fontes representante do Movimento pelo Direito a Moradia (MDM), filiado à Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM):

"O pleito é maior, mas essa política habitacional da Prefeitura de João Pessoa dá uma nova dinâmica ao movimento pela moradia" (Ednaldo Fontes, em entrevista publicada no site da Prefeitura, 2006).

Ainda para Fontes, um conjunto habitacional com equipamentos comunitários como creches, posto de saúde e escola, "cumpre uma exigência do governo federal que nós consideramos de muita importância para a comunidade. Isso demonstra seriedade desse Governo Municipal com relação à sua política habitacional", reconhece. Segundo Fontes, o déficit habitacional hoje no Brasil é de 6,5 milhões. Na Paraíba é de 130 mil e em João Pessoa 40 mil, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2004.

Para Roberto Guilherme da Silva, do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN), esse foi um grande passo para a diminuição desse déficit. "Um projeto discutido e elaborado com a participação das entidades e dos movimentos sociais é fundamental. O local é habitável e os modelos das habitações muito bons", declarou, ressaltando que essa preocupação dá um salto de qualidade no nível dos conjuntos habitacionais mais populares. (Em entrevista publicada no site da Prefeitura, 2006).

**Tabela 6: Distribuição das casas do Programa “ Parque Sul” pelas Ocupações Urbanas**

<b>Acampamentos /ocupações</b>	<b>Casas / famílias</b>
Chico Mendes	25
Jorge Luis	208
Pedro Teixeira	30
Cibrazen	22
Matadouro	27
Pessoal da antiga LBA	32
Vila Vitória	28
Monte das Oliveiras	75
INSS –	<b>104</b>
Condomínio Cristo	124
Margarida Maria Alves	57
19 de Maio	108
Auxilio Moradia	88
Defesa Civil	31
Total	959

Fonte: <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/noticias/?n=3123>

No início de 2006, as famílias cadastradas no Programa de Habitação Popular da Prefeitura de João Pessoa, dentre elas 104 famílias que vivem na ocupação do INSS, puderam conhecer a localização do terreno onde terão enfim as suas casas construídas. A localidade, denominada “Parque Sul” fica numa região entre dois bairros populares, Mangabeira e Valentina Figueiredo, próxima a uma área conhecida como Grotão, na periferia de João Pessoa.

Já com relação ao caso do prédio do INSS, a negociação do CONAM (Conselho Nacional de apoio à moradia) com a diretoria do INSS, resultou na retirada da ordem de despejo judicial dos atuais moradores do prédio ocupado. Assim, as famílias e o Movimento obtiveram a permissão de lá permanecer pelo tempo necessário, ou seja, até a entrega das casas. Segundo a coordenação, existe um projeto para a transformação do prédio em uma sede de cooperativas, onde haverá espaços para a realização de serviços vários, como corte e costura, entre outros ofícios. Advertem que não há condições favoráveis para converter a atual estrutura do prédio em habitações populares.



Gabriela Dowling, 2005.

**Foto 42 - Barraco de uma comunidade em Rosário, Argentina. Comunidade de las Flores.**

## 6.RELATOS DE VIDA DE ALGUNS MORADORES E MILITANTES DOS MOVIMENTOS

*“As memórias biográficas elaboram mapas urbanos invisíveis” (CANEVACCI, 1997:20)*



Gabriela Dowling, 2005; montagem: Carlos Dowling, 2006.

Foto 43 – Montagem de fotografias dos entrevistados.

Na seqüência (Da esquerda para a direita, de cima para baixo) : a) Dona Penha, a cirandeira; b) Assis Mandela; c) Jaciana (esposa de Paulo) e seu filho Gabriel; d) Jaciara, esposa de Ricardo; e) Ricardo; f) Seu Alúcio, o zelador de santo; g) Ednaldo ; h) Paulo; i) Giovanni; j) Glória; k) Professor Edson (à esquerda de óculos) com os moradores do 3° andar do prédio.

## 6.1 GLÓRIA

Maria da Glória Oliveira Virgínio da Silva, 39 anos, nasceu em Campina Grande; é a caçula das mulheres, de uma família de seis irmãos. Quando criança estudou em regime de semi-internato em colégio de freira, até a 5ª série primária. Desde seus 15 anos mora em João Pessoa. Engravidou cedo, sua filha Jaqueline hoje com 20 anos de idade já tem um bebê de um ano e meio chamado João Pedro que nasceu na ocupação. Jaqueline mora sozinha em um outro cômodo do 1º andar da ocupação; quando engravidou fazia a 7ª série, hoje ela conta que ainda pretende terminar os estudos. No momento trabalha como vendedora ambulante em uma das barracas dos feirantes que existe no térreo do prédio.

Na época da entrevista, Glória estava casada com Severino Manuel da Silva havia alguns anos. Severino, também desempregado, é pintor e trabalha quando aparece um bico. No início de 2006, porém os dois se separaram. Na época da entrevista, em 2004, Glória estava desempregada havia mais de dois anos. Tem como profissão a manicure; durante um tempo fazia serviços fiados para as companheiras da ocupação, mas quando percebeu que não havia lucro algum, desistiu temporariamente do ofício e resolveu se dedicar exclusivamente ao papel de coordenadora e líder do movimento e da ocupação. Após ser eleita uma das coordenadoras da organização interna, despertou nela um entusiasmo pela luta e pelo movimento.

Glória e sua família vieram de uma outra ocupação existente na praia do Jacarapé, perto da praia da Penha, assentamento próximo à BR 008, a estrada que conduz ao litoral sul de João Pessoa. Nesse assentamento viviam cerca de 50 famílias.

Antes de se envolver nos movimentos de luta por moradia, Glória vivia por trás da casa da sogra, em Cruz das Armas, bairro de João Pessoa. Depois, Glória conheceu uma ocupação em Cidade Verde (também um bairro da

capital), chamada “Patrícia Tomás”, onde iniciou sua militância na luta pela moradia. Logo em seguida, os coordenadores do movimento seguiram para um terreno em Jacarapé, onde se instalaram dentro da mata. Os barracos eram de lona e não possuíam luz. Glória comenta o estilo de vida que tinham lá na ocupação de Jacarapé:

*Lá em Jacarapé não tinha água nem energia, a gente vivia da água do rio, vivia de candeeiro. Não tinha energia, compraram os fios só que um senhor mandou chamar a polícia. Eram todos barracos de lona preta, um espaço pequeno, não tinha como se acomodar. (Glória, entrevista realizada no dia 26/10/04).*

Em meados de dezembro de 2005, Glória recebeu uma proposta de trabalho do secretário de Esporte e Lazer da prefeitura, onde trabalhou durante três meses como auxiliar de serviço. Como não havia nenhum tipo de contrato, ela só recebeu o primeiro mês e logo depois o secretário pediu afastamento do cargo para se candidatar a deputado nas próximas eleições e Glória não sabe a quem recorrer.

Quando perguntamos o que achava de sua participação no movimento, ela respondeu:

*Foi muita coisa porque eu nunca tinha participado de movimento nenhum, certo. Às vezes eu achava errado assim uma pessoa ocupar um canto assim e depois que eu comecei a participar desse movimento foi que eu vi as necessidades de muitas pessoas. Tem muita gente necessitado na Paraíba, e não só na Paraíba não em outros cantos também que não tem casa, não tem emprego e quando tem um canto assim, eu acho assim no meu ponto de vista que se todo prédio ou terreno que tiver desocupado, eu acho que essas pessoas que não têm condições de pagar aluguel, que não tem emprego, eu acho que tinha condições desse pessoal invadir mesmo, para o governo federal ver que aquelas pessoas são necessitadas e que ele tinha que se empenhar mais nisso também. (Glória, 2004)*

Sempre com posições bastante seguras, Glória defende a sua causa sem hesitar. Ela representa a força de todas as mulheres que sem perder sua honra e caráter sabem que a decisão de entrar na causa da luta por moradia significa lutar por um futuro mais digno para os seus filhos e para elas. Quando essas famílias optaram pela ocupação, abriram os olhos para a sua cidadania, ou seja, ao se unirem em prol de uma causa única, a moradia, reconheceram por fim os seus direitos, e de que não estão sozinhos na luta pela sobrevivência diária. Através de suas palavras entendemos esse sentimento de pertencimento:

*Com toda a certeza, Eu prefiro ficar aqui, porque não tem coisa pior do que a gente morar dentro da casa de família passando humilhação, principalmente por parte do cunhado. Já não dá, porque aqui eu não tô tendo humilhação não, porque apesar de ser uma invasão, mas é o tipo da coisa que ninguém pode humilhar ninguém porque aqui todo mundo tá numa luta só, que é ganhar nossas casas, é um objetivo da gente, né. (Glória, 2004)*

A idéia de lar na concepção de Glória:

*Significa muita coisa... Você já ter um lar, você já tem um objetivo na sua vida, né... a pessoa ter um lar não tem coisa melhor na vida; ter seu próprio lar, ninguém tá botando um obstáculo na sua vida nem nada. Você tá ali, é seu, quando acontece de você ter um trabalho ou, agora eu vou pra minha casa, vou tomar um banho, vou dormir e dormir tranquilo, para mim é muita coisa já. (Glória, 2006).*

---

## 6.2 SEU VICENTE E SUA FAMÍLIA

No térreo do prédio vive uma família, um casal natural da cidade de Areia com seus quatro filhos (três meninos e uma menina). Antes de viver na ocupação, a família vivia no bairro do Roger, próximo ao Lixão que hoje foi soterrado. A família morava em um barraco alugado por 110,00 reais. Toda a família subsistia em função do lixão, vivendo da reciclagem de lixo. Seu Ivan Vicente, o chefe da família, no passado, há 14 anos, trabalhou como ajudante de pedreiro. Hoje continuam vivendo da coleta e reciclagem de lixo.

## 6.3 PROFESSOR EDSON

Edson Alves Bezerra, um dos coordenadores do MDM/CONAM; desde o início da ocupação, mora no 6º andar, em um apartamento intitulado de “os solteiros”. Lá, vivem ele e mais dois companheiros solteiros. Mas Edson é divorciado e tem 3 filhos. Nasceu e se criou em um bairro de João Pessoa, Mandacaru, um dos mais antigos da cidade. Seu pai era funcionário dos Correios e Telégrafos, hoje aposentado. Sua mãe era natural do município de Caiçara, interior da Paraíba.

Professor Edson, como é tratado na ocupação, ao falar acerca de sua trajetória política contou-nos que a sua formação ideológica foi, de alguma maneira, influenciada pela família de sua mãe, particularmente pelos seus tios que, durante a ditadura militar, eram membros de um sindicato dos metalúrgicos no Rio de Janeiro:

*Meu pai era aquela pessoa que enquanto funcionário público, a ditadura no poder, era como Luis Gonzaga dizia “eu voto em quem o homem mandar”. Já minha mãe, os irmãos dela que moravam no Rio, eram tesoureiros do Sindicato dos Metalúrgicos no Rio de Janeiro. Eram brizolistas doentes. Ele<sup>19</sup> foi preso,*

---

<sup>19</sup> Pensamos que se referia a um dos seus tios que vieram se refugiar na Paraíba

*torturado e fugiu do Rio e chegou em João Pessoa. (Edson, em entrevista concedida em fevereiro de 2006).*

Durante a sua juventude e seus estudos na capital João Pessoa, Edson diz ter vivido uma juventude perdida. Pois, segundo ele:

*De 64 a 83-85 foi uma juventude perdida, eu pelo menos perdi muito. Participei, vivi ativamente aquelas explosões das bancas de revistas. Percebi que havia uma falta na minha vida, uma militância. Tribuna operária, Classe Operária. Conclui o ensino fundamental em João Pessoa e lutei no movimento secundarista, depois encontro um papel falando do PCdoB, e encontrei Ednaldo<sup>20</sup> que era do PDT na época. (Edson, fevereiro de 2006)*

Participou da luta por moradia em seu bairro (Mandacaru), atuando na Associação dos Moradores. Depois, à época comerciário, entrou no movimento sindical; mais tarde, iniciou sua militância em outras frentes do partido. Foi expulso do colégio estadual Liceu Paraibano por conta de alguns discursos políticos onde ele criticava algumas posturas incoerentes da administração do Colégio. Formou-se professor primário, sendo este seu ofício escolhido, além é claro, de sua militância política. Seu último emprego em 2005, antes de estar desempregado como está no momento, foi a sua participação no Projeto “Todas as Letras”, parceria CUT e Ministério da Educação (MEC), que consistia em um programa de alfabetização de jovens e adultos carentes, porém que só foi desenvolvido durante quatro meses.

Professor Edson, além de coordenador e militante da causa da luta pela moradia, dentro da ocupação uma de suas funções foi desenvolver o projeto de alfabetização dos adultos da ocupação. Porém, segundo ele, conseguiu até iniciar uma turma com 25 alunos. Entretanto, devido à violência e à falta de comida, houve uma desistência de todos. No início dessa ocupação, diversas ONG's e outras iniciativas privadas, prometeram

<sup>20</sup> Ednaldo, o coordenador geral do MDM, e da ocupação do INSS. Além de ser seu companheiro de luta por muitos anos.

apoiar alguns projetos que viabilizassem alguma melhoria nas condições de vida daquelas famílias tão carentes. No entanto, depois de um mês, nada foi posto realmente em prática.

Durante a entrevista, o Professor Edson falou dos desafios e dificuldades enfrentados nesses dois anos de ocupação. No início, em meados de 2004, a coordenação atual sofreu um golpe de um grupo opositor de moradores da própria ocupação. Um dos líderes da rebelião era partidário do PT, e enfim, esse seria um dos motivos das divergências internas do grupo. De acordo com o Professor Edson:

*Depois do golpe, com a saída de Ednaldo (coordenador na época e atual) por motivos pessoais, passamos um certo período com espancamentos, desvios dos alimentos, com vários desmandos. Daí os ocupantes ficaram insatisfeitos com a coordenação e fizemos uma nova assembléia. (Edson, fevereiro de 2006).*

E continuando, o Professor relatou um pouco mais acerca das dificuldades e principais desorganizações encontradas no dia-a-dia da ocupação. Assim, relatou-nos que:

*Dentro dessa coordenação a gente faz o possível e o impossível. São 240 famílias. Disciplina: limpeza, higiene é fundamental, as mulheres limpam os banheiros das mulheres e homens limpam dos homens; espancamento dos filhos, drogas; foi proibida a venda de drogas, mas existem alguns usuários, claro. Isso não podemos evitar. Crianças que ao longo desses anos nasceram aqui dentro, só no 5º andar tem 20 crianças. Tem muitas gestantes aqui dentro por conta da falta de informação da prevenção da gravidez em si; existe trabalhos de entidades que se disponibilizaram a fazer... Esse ano vamos novamente tentar trazer de volta a sala de aula. (Edson, fevereiro de 2006).*

Segundo Professor Edson, existem camelôs que se transformaram em “sem-teto” e “sem-teto” que se tornaram camelôs, após essa ocupação. Cita um dos moradores da ocupação:

*Seu Paulo, por exemplo, que era um camelô, um dos coordenadores da Associação dos Camelôs que se transformou em sem-teto. E hoje ele é um dos coordenadores do movimento (MDM). Ele tem a sabedoria da arte do comércio, ele não sabe ler. Já a esposa dele é alfabetizada, ela inclusive passou agora pra o 1º ano do ensino médio, a Jaciana, isso é muito bom... ela quer ser enfermeira .* (Professor Edson, fevereiro de 2006).

O Professor goza de muito prestígio, respeito e admiração junto aos ocupantes. Contribui para isso seu ofício de mestre, além de suas atitudes e ações internas. Nas decisões em casos graves ocorridos na ocupação, o Professor Edson, juntamente com a companheira Glória são as pessoas sempre requisitadas. Assim, restam a eles as tomadas de decisão mais difíceis e delicadas que constantemente surgem na ocupação. Mas, no fundo, ele acaba assumindo e demonstrando em sua fala a sua paixão pela causa:

*As pessoas têm sonhos aqui dentro. Apesar da vida que levam sem moradia, sem comida, sem emprego. Então eles têm sonhos que é o direito de todo ser humano, é sonhar com dias melhores, e o papel dessa coordenação é ajudar nesse sonho pelo menos no que diz respeito à moradia e ao trabalho porque muitas pessoas que ganharam casas eles venderam para montar o próprio negócio, mas por não ter experiência naquele negócio muitos acabaram sem dinheiro, sem o negócio, sem casa e se tornando sem-teto de novo.* (Professor Edson, fevereiro de 2006)

## 6.4 GIOVANNI

**“Não dá pra você participar da vida na cidade, se você não tem onde morar”  
(Giovanni).**

Giovanni nasceu em Cuité, cidade do interior da Paraíba. Chegou a João Pessoa com sua família no começo dos anos 80, vieram do êxodo rural em busca de melhores condições de vida e trabalho. Porém, ao chegarem na cidade enfrentaram a dificuldade de conseguir uma casa própria, esse fato até os anos 90.

Assim, seu pai iniciou sua militância na luta por moradia, onde chegou a ocupar uma casa abandonada, só que por pouco tempo quando foram despejados do local. Sem saída, ele e mais outras famílias uniram-se e decidiram fazer uma ocupação numa comunidade, num local que depois se transformou na favela Santa Bárbara, antes chamada de São Luis do Cuiá.

*Minha própria história de vida que vim do interior; nós saímos de Cuité no começo dos anos 80 minha família veio do êxodo rural, meus pais vieram morar em João Pessoa e não encontraram casa própria e até esse período até chegar nos anos 90. A gente passou por várias dificuldades. Meu pai teve que ocupar moradia e depois foi despejado, e a gente precisou fazer uma ocupação numa comunidade. (Giovanni em entrevista, dia 3 de maio de 2005).*

Iniciou a sua militância mais precisamente quando começou a atuar como militante na comunidade em Valentina - Santa Bárbara, lá participou como articulador do grupo de jovens, grêmio estudantil e enfim, pôde participar do I encontro da Pastoral das Favelas, no início dos anos 90. Em seguida, conheceu o Movimento (MNLN) em 1996 e começou a participar como militante do movimento. Foi presidente da Associação de

Moradores de Santa Bárbara, durante algum tempo. E nesse período Giovanni conta que:

*Nós trabalhávamos em parcerias com o Movimento, e conseguimos a construção de 31 casas para a comunidade Santa Bárbara. Em 2000, comecei a fazer parte do movimento de luta pela moradia.* (Giovanni, entrevista: maio de 2005).

Atualmente Giovanni foi convocado pela prefeitura para trabalhar na secretária de habitação, sendo esta secretaria criada e aprovada pela câmara legislativa em 2006, após diversas reivindicações da parte de vários movimentos e entidades que lutam e apóiam a questão da moradia na grande João Pessoa. Assim, Giovanni esta atualmente se empenhando na concretização do programa “Parque Sul”, na construção de 959 casas num loteamento localizado entre os bairros de Valentina e o bairro do Grotão. Além, de exercer o trabalho e de ter temporariamente se afastado da coordenação do movimento (MNLM) Giovanni está concluindo duas graduações distintas: direito (UEPB em Guarabira) e pedagogia. Duas formações fundamentais para a sua trajetória pessoal e de militância política na luta pelo direito á moradia.

## **6.5 SEU ASSIS MANDELA**

Francisco de Assis da Silva, 48 anos de idade, uma das lideranças do movimento, nasceu em João Pessoa, no bairro de Jaguaribe. Iniciou sua carreira política na Associação dos Moradores do bairro do Castelo Branco. Dentro de sua linha política, estudou o pensamento anarquista e o marxismo. Acompanha a luta do movimento dos sem-teto, do movimento negro e a luta das mulheres. É filiado ao PCdoB. Desenvolveu trabalhos de conscientização, em focos de resistências, como em Jacarapé.

## **6.6 RICARDO**

Severino Ricardo da Silva – coordenador do 3º andar, à época de nossa entrevista (2004). Nasceu em Guriém, município próximo a Campina Grande, tendo vindo para João Pessoa aos 13 anos de idade. Estudou até a terceira série primária. Morava em Bayeux, pagando aluguel num local chamado “Mutirão de Bayeux”, antes de estar na ocupação. Porém, lá as condições físicas eram desfavoráveis, principalmente no período das chuvas, quando as precárias casas ou barracos corriam o risco de desabar. Ele e mais outras três famílias viram na televisão uma notícia que falava da ocupação e, no outro dia se mobilizaram e decidiram também ocupar o espaço. De Bayeux vieram ao todo seis famílias que se organizaram e aguardam até o momento suas casas. Eletricista, desempregado desde 2002, tem quatro filhos (sete anos, três anos, dois anos e um bebê). Sua esposa, Jaciana, já trabalhou como doméstica.

## **6.7 EDNALDO**

Ednaldo Fontes, o coordenador geral do MDM, o principal responsável pela organização da ocupação, nasceu em Campina Grande. Seu pai, João Ferreira Fontes, participou durante os anos 60 das Ligas Camponesas, o Movimento dos Sem Terra da década de 60. Seu pai foi o segurança particular de lideranças bastante importantes da época como Francisco Julião, João Pedro Teixeira, entre outros. Era o braço armado das Ligas. Nesse período, seu pai teve contato e acesso com o movimento comunista. Em 1964, ano de seu nascimento, seu pai, funcionário público dos Correios e Telégrafos foi preso.

Em 1969, sua família (sua mãe, pai e mais 17 irmãos) veio morar em João Pessoa, em um local onde na época era um vilarejo de aproximadamente 10 casas, onde hoje é o bairro Jardim Veneza. Depois

foram morar em Cruz das Armas, onde um tio de sua mãe cedeu-lhes uma casa que estava toda destruída. E nesse bairro, seu pai, juntamente com outros companheiros, fundou a Associação de Moradores de Cruz das Armas, tendo sido seu primeiro vice-presidente. Naquele tempo criaram o Departamento de Juventude da associação, onde ele e seu irmão se engajaram na UJS (União Juventude Socialista), frente estudantil que emergira do PDT (Partido Democrático Trabalhista).

Após um período de grande militância na causa da juventude socialista, Ednaldo, no ano de 1987, filiou-se ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB). E logo em seguida, engajou-se no Movimento em Defesa dos Sem-Teto, criado, dentro do Partido, em 1982. Participou ativamente em diversas conquistas na luta pela construção de conjuntos habitacionais. Entre essas: o Conjunto Padre Ibiapina, Parque do Padre Moura, Conjunto Patrícia Tomás (aonde também chegou a morar), o Mutirão de Bayeux, entre outras.

Em 2004, Ednaldo junto com outros militantes reorganizaram a diretoria do MDM, e então, resolveram ocupar o prédio do Antigo INSS, localizado no Ponto dos Cem Réis, centro histórico da cidade:

*Resolvemos ocupar o prédio que já estava há sete anos sem ser utilizado, abandonado totalmente, sem nada. Prédio público, pertencente ao INSS, fundo dos trabalhadores, o governo federal tem convênio com esses prédios para transformar em equipamentos sociais, moradia popular e, montamos um projeto para a construção de um shopping popular. Assim, nos juntamos com os camelôs, o movimento dos ambulantes que estavam sofrendo muita pressão da prefeitura, e estavam sem lugar para trabalhar. Sendo esse um prédio bastante comercial e ficou então articulado que o térreo ficaria para o shopping popular e os outros seis andares para moradia dos sem-tetos. (Ednaldo, entrevista, janeiro de 2006).*

Ednaldo tem seis filhos, dois deles, criados pela mãe, mas são filhos de sua companheira. Estava trabalhando como cobrador de ônibus, mas no momento pediu demissão porque sua posição política estava causando

alguns atritos junto à companhia de ônibus. No presente, Ednaldo vem se dedicando à sua candidatura para deputado estadual nas eleições de 2006, apoiado pelo partido PCdoB e por todos os seus companheiros do Movimento.

## **6.8 SEU ALUÍSIO – O ZELADOR DE SANTO**

Seu Aluísio, “o zelador de santo” como ele mesmo se intitulou em nossa entrevista, não se considera pai de santo, pois diz que o Pai está no céu, e no caso ele seria um “zelador de santo”. Seu Aluísio é católico, porém faz trabalhos voltados para os orixás, candomblés e umbandas.

Nasceu em Sapé, município situado no brejo paraibano. Depois foi morar com seus pais em Bayeux, município periférico da Grande João Pessoa. Não chegou a estudar, pois desde cedo, ainda menino, teve que trabalhar para ajudar a mãe, pois perdeu seu pai quando tinha 9 anos de idade. Assim, desde então trabalhava como ajudante de pedreiro na construção civil. No entanto, entrou para o exército. Em 1969 foi para o Rio de Janeiro, “cidade maravilhosa”, onde já viviam muitos de seus familiares, inclusive sua mãe, em busca de um emprego e de melhores condições de vida. Entretanto, sua estadia no Rio não foi muito positiva e voltou depois de cinco anos, pois pretendia continuar no exército, o que não aconteceu. Após a morte de sua mãe, resolveu voltar novamente para o Rio de Janeiro, e lá chegando casou-se, e teve quatro filhos. Seu Aluísio falando bastante emotivo:

*Minha vida sempre foi assim, entre altos e baixos, antes de vim pra aqui eu tava no Mutirão de Bayeux, tava morando sem nada. Era alugado, daí passei dois meses de aluguel. E soube pela minha vizinha da ocupação, daí vim junto com minha família. (Seu Aluísio, dezembro de 2004).*

Seu Aluísio mora com sua esposa e seus seis filhos. Artesão desde criança, tem muita paixão pelo ofício. Seu filho mais velho, Alisson com 18

anos de idade, também trabalha na execução de suas peças de lousa, gesso e também de vidro. Durante as procissões e festas religiosas Seu Aluísio se concentra para fazer as imagens de santo. E todo ano, como é tradição, sempre participa da festa de Nossa Senhora da Penha e da Festa de Iemanjá, no dia 8 de dezembro, mesma data em que se comemora o dia de Nossa Senhora da Conceição.

Na ocupação, seu Aluísio conseguiu um espaço cedido pelo Movimento e pelos moradores para sua oficina, onde também ele realiza suas cerimônias e rituais do umbanda, onde ele cultua uma espécie de terreiro particular. Nesse terreiro, Seu Aluísio freqüentemente faz as suas cerimônias abertas, no preparo da jurema, por exemplo. Quando perguntamos onde prefere morar Seu Aluísio comenta que:

*Qualquer canto é canto, pra mim, se dando pra eu morar num lugar onde eu possa descansar minha cabeça com meus filhos ... menos lá longe, pra perto de Santa Rita ou Cabedelo, a situação fica mais difícil ainda pra gente conseguir serviço.(Seu Aluísio, dezembro de 2004).*

## **6.9 PAULO E JOCIANA**

Paulo Genuíno dos Santos, 43 anos, o coordenador e representante dos ambulantes que participa do movimento, nasceu em Araruna , interior da Paraíba .Veio morar em João Pessoa com 9 anos de idade . Começou a trabalhar com 13 anos de idade, no total já tem 33 anos de ambulante. Trabalhava como ambulante na Rua B. Rohan na época em que a prefeitura, na gestão de Cícero Lucena despejou todos os ambulantes da rua ,assim recebeu o convite do Professor e outros coordenadores do MDM para participar do ato da ocupação .

*Ocuparam o prédio, os ambulantes e sem-tetos, eu na época tava na crise de ambulante ai viemos pra cá, me mudei pra cá e me convidaram para ser um dos*

*coordenadores do MDM ,e também coordenador dos ambulantes onde estou até hoje. Pretendo que a gente consiga as casas, queremos também que o prefeito consiga um local digno pra gente. Eu nunca tinha participado de nenhum movimento como esse, dos sem teto. Meu papel é ajudar o pessoal quando tem necessidade, falar com as autoridades. (Paulo, entrevista cedida em agosto de 2006).*

Está na ocupação desde 2004. Moram com ele, Jaciana, sua companheira e seus dois filhos menores. Todos os seus filhos freqüentam escola. Paulo estudou até a 1ª série primária. E nos diz que: *“No comércio eu sou desenrolado, mas nos estudos nunca fui bom”*.

Antes de vir para a ocupação, Paulo e sua família, moravam em Bayeux durante quase 30 anos. Ele pagava 100 reais de aluguel. Seus filhos nasceram em Bayeux. No entanto, Paulo diz sentir saudades de sua terra natal, Araruna, principalmente dos tios e familiares. E ainda comenta que se pudesse e se tivesse uma fonte de renda, faria de tudo para terminar a sua vida na terra natal: na criação de galinha, plantando milho, feijão, tomate: *“se eu tivesse essa esperança eu ainda voltava lá”*.

Sempre trabalhou como ambulante, na Venda de CD e DVD pirata. Mas, atualmente conseguiu um emprego, uma espécie de bico como vigia de um sindicato já há cinco meses onde trabalha um dia sim, um dia não. Mesmo Paulo sabendo da ilegalidade da venda de CDs e DVDs piratas, afirma que não tem muita alternativa para essa questão. Pois segundo Paulo:

*A vida é essa mesmo porque a maioria não tem emprego e, sei que é errado a rede da pirataria, mas no nosso país ...tudo vem de cima pra baixo .Se fosse para não existir pirataria era pra eles irem pegar os grandes, em não os pequenos .Porque só resolve se segurar os grande, mas ninguém consegue.*

De acordo com Paulo, não há muita distinção ou nem mesmo preferência pela forma de denominar os comerciantes do setor informal, mas comenta que durante muitos anos a classe vem passando por diversas dificuldades e ameaças:

*Tanto faz ser chamado de ambulante, camelô, comerciante. Comercio formal. É uma classe muito massacrada. Só tivemos subsidio com o governo de Wilson Braga. O prefeito não nos apóia. Eu sou contra o ambulante fechar a rua, tirar a passagem dos pedestres, mas que procurasse um tipo de organização uma área que não atrapalhasse nem os pedestres nem prejudicasse os comerciantes. (Paulo, agosto de 2006).*

Ele e sua esposa, Jociana se conheceram em Bayeux, ela nasceu em Teresina-Piauí, eles possuem três filhos (um de 12, 9 e de 8 anos de idade, embora o mais velho com 12 anos, more com a avó materna) .

Jaciana Também é ambulante desde pequena, começou a trabalhar junto com sua avó. Gabriel, seu filho mais novo e que também participou da entrevista, estava na 1ª série quando estudava numa escola estadual, porém, hoje estuda em uma escola particular onde teve que voltar a fazer a alfabetização. Jaciana da silva Castro estudou até a 8ª série, mas teve que parar os estudos por enquanto, embora pretende terminar os estudos no ano que vem e seu sonho é um dia se tornar enfermeira. Quando conversamos após a entrevista Jaciana comentou que é muito difícil para ela conseguir arrumar um emprego principalmente por conta de Paulo, seu marido, que não concorda que possa enfim trabalhar, e quem lhe dera se especializar em enfermagem.

## 6.10 DONA PENHA - A CIRANDEIRA

Dona Penha do Nascimento Silva nasceu em Santa Helena, pequeno município do estado de Pernambuco. Seus pais nasceram em Caiana dos Crioulos, uma comunidade Quilombola próximo ao município de Alagoa Grande – Paraíba. Veio para João Pessoa aos 16 anos de idade, morava em Várzea Nova (bairro periférico de João Pessoa) com seus pais e mais 6 irmãos, onde trabalhava na cana de açúcar. Ela e sua família já moraram em Alagoa Grande (PB), Caiana dos Crioulos (PB), entre outras localidades, onde sempre trabalhavam na zona rural, na canavicultura.

Em Santa Helena (PE), onde nasceu, ela aprendeu a arte da cultura popular, a ciranda e o coco de roda. Dona Penha nunca foi à escola, pois seu pai dizia “que a caneta era a enxada”, palavras próprias de Penha. Contudo, aprendeu a cantar e tocar ciranda com seu pai, cirandeiro autêntico, aos 10 anos de idade. Lembra as palavras de seu pai:

*e ele dizia assim: meus filhos eu vou ensinar aquilo que eu tenho pra ensinar pra vocês porque não é pra toda vida que vocês vão ter um pai ou uma mãe, no dia que precisarem vocês vão ter como se manter . Eu apanhei muito pra aprender, levei muito cascudo na cabeça esse negócio, depois eu fui aprendendo e ele deixou de me bater. Eu não sei escrever eu não faço meu nome, meu pai nunca me matriculou numa escola, e eu nunca me interessei e aí começou a aparecer filhos, ,ai pronto, e até hoje eu não tenho tempo. Agora, meus filhos eu quero que nenhum seja burro como eu, todos estão na escola. (D. Penha, entrevista, agosto de 2006).*

Após a morte do pai, ela decidiu seguir em sua mesma profissão, como cantadora e tocadora de ciranda, tornando-se conhecida como Dona Penha, a cirandeira. Durante toda a sua vida, dependeu da ajuda financeira de seu pai, e com a sua morte, suas condições de vida pioraram:

*Porque depois que meu pai morreu eu fiquei desabrigada; quem pagava meu aluguel era meu pai,*

*eu sou uma Zé ninguém, eu fiquei desabrigada ai foi ai que minha filha ocupou um barraco lá na comunidade do Cajueiro no Jacaré daí botaram a gente na rua e daí ficamos mais uma vez desabrigados e eu ainda cato lixo, não vou dizer que não cato lixo, porque não é todo dia que consigo dinheiro, faço uma brincadeira hoje e nunca sai no dia. Meus filhos todos estudam, ela (Brena, sua filha que a acompanhava durante a entrevista) estuda e precisa de uma roupa, de um caderno, eu nunca comprei uma roupa para mim. (Dona Penha, entrevista, agosto de 2006).*

Nessa hora, Penha fala de sua filha caçula que estava ao lado durante a entrevista, que também já está aprendendo a tocar zabumba. Nossa entrevista finalizou ao som da zabumba e das poesias do canto de Dona Penha com ciranda e coco de roda, essas que ela aprendeu com o pai.

Tirei o retrato de Creuza  
Debaixo de uma janela  
O retrato saiu com uma mancha  
Era as tranças do cabelo dela

Felicidade pra uma viagem perdida  
Lá em Recife tem praia pra você ver  
Eu vou levar você pra conhecer a beira-mar

Vou lê levar para Itamaracá  
Estandinana que cobra é essa?  
É cascavel  
É cobra de dora

(Coco de roda Pernambucano, praieiro e é de Caiana dos Crioulos )

## 5. CONSIDERAÇÕES *FINAIS*

“Tem certos dias  
Em que eu penso em minha gente  
E sinto assim  
Todo o meu peito se apertar  
Porque parece  
Que acontece de repente  
Feito um desejo de eu viver  
Sem me notar...”  
(Chico Buarque, Gente humilde)



Gabriela Dowling, 2005.

Foto 44 – Castelo de vidro feito por Seu Aluísio: A casa de Ogun.

Ao longo de dois anos acompanhamos o cotidiano de lutas das famílias dessas ocupações e das organizações que as apóiam (MNLM/PB e CONAM/MDM). Nessas páginas, procuramos refletir com o aporte teórico, particularmente da Antropologia e da Sociologia Urbana, sobre o significado dessa luta; procuramos também reproduzir essa problemática e a trajetória de sujeitos que recusam a invisibilidade a que foram relegados e a carência de casa, trabalho, educação, saúde, cidadania e futuro. Buscamos também aporte da Antropologia Visual para o registro mais fidedigno dessas vidas e dessas lutas.

Tomando-se o ponto de vista do movimento e daqueles que necessitam ocupar, entende-se que ocupar terra pública é uma forma de se concretizar o acesso à habitação, ou ainda é uma forma de dar visibilidade ou denunciar os problemas e as situações precárias de grande parte da população das cidades. O ato da ocupação conduz a um tipo de organização política que também visa à formação de uma consciência entre indivíduos que se unem como novos sujeitos de direito.

Uma característica marcante e bastante presente entre as duas experiências estudadas é a presença da mulher como figura central do núcleo familiar. Muitas vezes, mães solteiras, outras, ao contrário, casadas, porém representando a força maior da estrutura familiar, a chefia da família, por possuir uma ocupação que garantia o principal sustento de sua família. Observamos esse fato em todos os dois casos, embora, pelo pouco tempo que tivemos contato com a Comunidade do Cajueiro, principalmente após o período de despejo, foi impossível conhecer com mais profundidade muitas das mulheres guerreiras na luta por um futuro mais digno para os seus filhos e netos. Em especial, nos referimos às avós: Dona Lúcia, Dona Vera e Dona Glória. Famílias distintas, mas com histórias de vidas tão semelhantes.

É a partir de histórias como essas que tivemos a oportunidade de conhecer um pouco, durante nosso percurso de pesquisa de campo, que gostaríamos de chegar às nossas considerações finais. E seria insuficiente

apenas constatar as semelhanças, pois assim perderíamos a riqueza, a multiplicidade do real. As histórias recolhidas e selecionadas nessa pesquisa correspondem a um retrato social de uma realidade, não só paraibana, mas, sobretudo brasileira, marcada pela negação de acesso aos bens e direitos fundamentais a um expressivo contingente da população.

Ressaltamos que, por mais dura e pobre a realidade que conhecemos nesse tempo de pesquisa, surpreendemo-nos com muitos sonhos e emoções vividas por pessoas que não desistiram de continuar lutando por um futuro mais digno. Aprendemos demais com esses “operários em construção”, em especial que “nem sempre a felicidade mora ao lado”, mas é fundamental ter um lar para saber quem realmente somos.

No caso das duas ocupações estudadas, talvez apenas por uma conjuntura favorável, há uma indicação de que essas lutas serão vitoriosas, ou seja, atingirão o objetivo da obtenção da casa para a maioria das famílias (104 do prédio do INSS) com exceção das 25 famílias do Assentamento do Cajueiro, que ainda hoje aguardam uma solução. Enquanto outras foram excluídas; em muitos casos, por já terem obtido o benefício anteriormente e perdido a casa – em geral, por venda – ou outro motivo.

Poderíamos dizer que a luta ensina que só ela assegura a realização dos sonhos, ou ainda numa visão mais cor de rosa, acreditar que estamos diante de um final feliz. Sem diminuir o êxito da experiência, ou a importância da solução apresentada pelos órgãos competentes, mais que ver o fim feliz de uma história – afinal, espera-se que em março de 2007 as famílias conquistarão suas casas – há que pensar nos problemas futuros desse amanhã. Essas famílias (aquelas do INSS) irão para a periferia da cidade, sem muitos dos equipamentos urbanos e as possibilidades que dispunham no centro, principalmente com relação à condição de trabalho e garantia de um emprego fixo. A moradia é o refúgio, necessidade básica, mas as demais – como a necessidade de ganhar a vida com seus pequenos trabalhos ou a frequência à escola e outros deveres

cívicos, na periferia, poderão ser dificultados ainda mais. Uma história que necessariamente nos remete a outros planos e projetos de levar as populações carentes às periferias e que, sem outras medidas e ações, pode frustrar o sonho de uma vida melhor. Enfim, mais que fim de uma história, trata-se apenas do final de uma etapa e esperamos que do “Parque Sul” não surja outra “Cidade de Deus”.

A esperança não é um estado social, o do bem-estar, do consumo, e até dos privilégios de que já desfrutam minorias afluentes. A esperança só o é como o possível, o que pode ser, o que ainda não é, mas está anunciado nas próprias condições sociais que os seres humanos foram capazes de construir até aqui, no esforço de todos e não só de alguns. Esse possível só o é, por sua vez, se mediado pela consciência social crítica, pelo conhecimento crítico - pela crítica que revê continuamente certezas e verdades, suas condições, suas limitações, seus bloqueios, sobretudo os bloqueios dos que se crêem isentos de limites de compreensão. (MARTINS, 2003, p. 12).

O tema e os resultados de nosso trabalho (dados, relatos de vida) podem parecer uma denúncia em favor de alguma causa política; entretanto é a magnitude do fenômeno, do problema social da miséria e da pobreza, dos desempregados, daqueles excluídos do mercado de trabalho e do acesso aos bens da civilização, de uma grande parcela da população brasileira que lhe dá essa aparência. Nosso estudo buscou trazer um pouco dessa realidade do cotidiano e da vida de algumas dessas pessoas que vivem essa atrocidade real. A reversão desse quadro social não depende de nosso estudo que, apesar de tudo, não pode deixar de registrar a dura realidade encontrada junto aqueles que lutam por moradia na Grande João Pessoa. E, quando muito, represente uma pequena contribuição para a transformação da esperança em realidade social, e não só mera ilusão que aprisiona.

## 8.- REFERÊNCIAS /FONTES CONSULTADAS

ABUJANRA AITH. “O Direito constitucional à moradia e os efeitos da emenda constitucional N°.26/2000”. Disponível em: <http://www.saj.com.br/artigos/Moradia1.html>. Acessado em abril de 2006.

ACHUTTI, Luis Eduardo Robinson. **FOTOETNOGRAFIA**: um estudo de Antropologia Visual sobre cotidiano, lixo e trabalho. Porto Alegre: Tomo Editorial; Palmarinca, 1997.

AGUIAR, Wellington & OCTAVIO, Jose (Orgs). **Uma cidade de quatro séculos: evolução e roteiro**. João Pessoa, Governo do Estado da Paraíba,1985.

ALFONSIN, Betânia de Moraes. “Da Concessão de uso especial”. In: **Direito Urbanístico e Política Urbana no Brasil. Medida Provisória. 2. 220, de 4 de setembro de 2001**. Terceira Parte. Cap. 1.

ANDERSON Perry. “Balanço do neoliberalismo”.In:SADER, Emir e GENTILI, Pablo (orgs). **Pós-neoliberalismo. As Políticas Sociais e o Estado Democrático**.São Paulo: Paz e Terra, 1995.

ANDRADE, A Rosane de. **Fotografia e antropologia**: olhares fora-dentro. São Paulo: Estação liberdade, EDUC, 2002.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. Martins Fontes: São Paulo, 1998.

BALÁZS, Bela. “O homem visível” (1923). In: XAVIER, Ismail. **A experiência do cinema** (antologia).Rio de Janeiro: Edições Graal-Embrafilme, 1983.

BENJAMIN, Walter. “Pequena história da fotografia”. In: KOTHE, Flávio R. **Walter Benjamin**. São Paulo: Ed. Ática. 1991.

BARREIRA, Yrlis Alencar. “Frutos do tempo: movimentos sociais ontem e hoje”. In: REIS, Elisa; ALMEIDA, Maria Tavares; FRY Peter (Orgs): **Pluralismo espaço social e pesquisa**. São Paulo: HUCITEC, ANPOCS, 1995.

BATISTA, Maria do Socorro Xavier. **Apropriação do espaço e autoconstrução na favela Beira-Rio**. Dissertação de mestrado ao Programa em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 1984.

\_\_\_\_\_. “A Obra de Arte na época de sua Reprodutibilidade Técnica”. In: **Textos escolhidos/Walter Benjamin. Max Horkheimer, Adorno, Habermas**. São Paulo. Abril Cultural, 1980. (Os pensadores).

BERMAN, Marshall. **Tudo o que é sólido se desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

BEZERRA, Natanael Delanne Nóbrega. **O Ponto dos Cem Réis Ontem e Hoje**. João Pessoa: Sal da Terra Editora, 2005. 2ª edição.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

BUONFIGLIO, Leda Velloso. **Espaços de vida provisórios: os sem-teto do centro da cidade de São Paulo**. Monografia apresentada para obtenção do grau de bacharel em Geografia, Departamento de Geografia/FFLCH/USP. São Paulo, 2004.

**Cadernos de Antropologia da Imagem**. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Núcleo de Antropologia e Imagem – No. 1. Rio de Janeiro: UERJ, NAI, 1995.

CALDAS, Alberto Lins. **Oralidade, texto e história: para ler a história oral**, ed. Loyola, 1999.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **A política dos outros**. O cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

\_\_\_\_\_. **Cidade de muros**. Crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.

CALVINO, Ítalo. **Cidades Invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, 2ª ed.

CAMACHO, Ana Carolina da Gama. **Ponto de Cem Réis**. Identidade e valorização de um espaço urbano. Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFPB, João Pessoa, 1999.

CAMPOS, André; POCHMANN, Márcio; AMORIM, Ricardo & SILVA, Ronnie(Orgs.).**Atlas da Exclusão Social no Brasil: dinâmica e manifestação territorial**, Volume 2. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2004.

CANNEVACI, Massimo. **A cidade Polifônica**: ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana. 2ª edição. São Paulo: Studio Nobel, 1982; 1997 (2ª edição).

CANO, Wilson. **Urbanização**: sua crise e revisão de seu planejamento. UNICAMP, Campinas, 1986.

\_\_\_\_\_. “Dinâmica da economia urbana de São Paulo: uma proposta de investigação”. **Revista de administração de empresas**, jan/mar. 15-25.

CARDOSO, Ruth. (Org). **A aventura antropológica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CARLOS, Ana Fanni Alessandri. **Espaço-Tempo na Metrópole**. São Paulo: Contexto, 2001.

CASTEL, Robert: **As metamorfoses da questão social**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Espaços privados. Cap. IX, 1996.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e Democracia**: o discurso competente e outras falas. São Paulo: Ed. Moderna, 1998.

\_\_\_\_\_. “Janela da alma, espelho do mundo”. In: NOVAES, Adauto (Org.). **O olhar**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Ed. Xamã, 1996.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**. Rio de Janeiro: Cosac e Naif, 2003.

CLEMENTINO, Maria do Livramento M. “Políticas públicas e promoção econômica das cidades”. In: VALENÇA, Márcio Moraes; NEVES, Rita de Cássia da Conceição (Orgs.) **Globalização e desigualdade**. A.S. ed. 2002.

CORADINI, Lisabete. **Praça XV. Espaço e Sociabilidade**. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes/Letras Contemporâneas, 1995.

CORADINI, Lisabete & ROCCA, Lourdes. El uso de las Imágenes en Antropología Social. In: TAYLOR, Rafael Perez. (org.) **Aprender – comprender la antropología**. Compañía editorial continental, México, 2000.

COUTINHO, Eduardo. **Cabra marcado pra morrer**. Filme documentário, 1984, 120'.

DA MATTA, Roberto. **O que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1991, 4ª. ed.

DA MATTA, Roberto. **A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1997.

DA MATTA, Roberto. "O ofício do etnólogo, ou como ter 'anthropological blues'". In: **Cadernos do PPGAS**, Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1974.

DINIZ, Ariosvaldo da Silva. "A iconografia do medo (Imagem, imaginário e memória da cólera no século XIX)". In: KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro (Org.). **Imagem e memória: Ensaio em Antropologia Visual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

DOWLING, Gabriela Buonfiglio. "A ocupação urbana em João Pessoa: entre o estranhamento e a convivência". In KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro (Org.) **Medos corriqueiros e sociabilidade**. João Pessoa: Editora Universitária, Edições do GREM, 2005. p. 85- 96.

DUARTE, José Gurjão Jorge. "Uma casa não é uma tenda". In: VALENÇA; VAZ DA COSTA (Orgs.). **Espaço, cultura e representação**. Natal, RN: EDUFRN-Editora da UFRN, 2005.

ELIAS, Norbert. "Parte 1; A sociedade dos indivíduos", in: \_\_\_\_\_ **Sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FANTIN, Márcia. **Cidade Dividida**. Florianópolis: Cidade Futura, 2000.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janáina (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **História Oral: um inventário das diferenças**. In: \_\_\_\_\_ (Org.) Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994.

FELDMAN-BIANCO, Bela; MOREIRA LEITE, Miriam (orgs). **Desafios da Imagem**. Campinas: Papirus, 2004, 3ª edição.

FREIRE, Gilberto. **Sobrados e Mocambos**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

FRÚGOLI, Heitor Jr.; COSTA, Daniel de Lucca Reis & AQUINO de, Carlos Roberto Filadelfo. Quadro recente dos conflitos sociais no centro de São Paulo: o movimento de luta por moradia e a população em situação de rua. In: **25ª Reunião Brasileira de Antropologia. GT: “A Cidade e seus lugares: práticas e representações”**. Goiânia, 2006. CD-ROOM.

FUNDAÇÃO DE AÇÃO COMUNITÁRIA - FAC. **Aglomerados subnormais nos municípios de João Pessoa, Cabedelo, Bayeux e Santa Rita**. Versão 2002. Relatório de pesquisa. João Pessoa: FAC, 2002.

GARCIA Nestor Canclini. **As culturas populares no capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

\_\_\_\_\_. **A Globalização Imaginada**. São Paulo: Ed. Iluminuras, 2003.

GARCIA, Lorelay; LEMOS, Niedja. “A dinâmica do espaço urbano enquanto construção cultural: os vales dos rios em João Pessoa, Paraíba (Brasil)”. In: **Os Urbanitas. Revista de Antropologia Urbana**. Ano 2, Volume 2, N. 1, ISSN: 18060528 fevereiro de 2005.

Disponível : [www.aguaforte.com/osurbanitas2/niedjaetalli.html](http://www.aguaforte.com/osurbanitas2/niedjaetalli.html)

Acessado em março de 2006.

GASKELL, Ivan. “Histórias das Imagens”. In: BURKE, Peter(Org.).**A escrita da história: Novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1989.

\_\_\_\_\_. **Nova luz sobre a Antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

GODOLPHIN, Nuno. A fotografia como recurso narrativo: problemas sobre a apropriação da imagem enquanto mensagem antropológica. In: **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 5, n 12, pág. 59-68, dezembro de 1999.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais. Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

\_\_\_\_\_. (org.): **Movimentos Sociais no Século XXI**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2003.

\_\_\_\_\_. **Movimentos Sociais e Lutas pela moradia**. Ed.Loyola: São Paulo, 1991.

GONÇALVES, Regina Célia. **A questão urbana na Paraíba**. João Pessoa: Ed. Universitária, UFPB, 1999.

GT Antropologia Visual. **IV Reunião de Antropologia do Norte/Nordeste** (Experiências e Metodologias. Imagens do Urbano).

GUIMARÃES, Francisco de Assis Duarte. **Habitação e resistência**: a história de luta de uma comunidade pelo direito de morar. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal,2004.

GURAN, Milton. Fotografia para descobrir, fotografar para contar. In: **Cadernos de Antropologia e Imagem**, Rio de Janeiro, Editora UERJ, pág. 153-165, 2000.

HABERMAS, Jurgen. **O discurso filosófico da modernidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

IGLESIAS, Sérgio; SOUZA, Nunes de. **Direito à Moradia e de Habitação**. São Paulo: Editora /revista dos Tribunais, 2004.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. (Org.). **Imagem e ciências sociais**. João Pessoa, Editora Universitária, 1998.

\_\_\_\_\_. **Usos da imagem nas ciências sociais-pesquisadores**. J. Pessoa, Manufatura, 1997.

\_\_\_\_\_. **Imagem e memória**: ensaios em Antropologia Visual. Rio de Janeiro, Garamond, 2001.

KOWARICK, Lúcio. “O mito da sociedade amorfa e a questão da democracia”. Tendências e Debates. **Folha de S. Paulo**, 07/08/1977.

\_\_\_\_\_. **A espoliação urbana** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

LAPLANTINE, François. **Aprender Antropologia**. São Paulo, Brasiliense, 2000.

LAVIERI, Maria Beatriz Ferreira. **O BNH e a nova forma do Estado no Brasil pós-64**. João Pessoa,1985. (dissertação de mestrado em Sociologia).

LAVIERI, Maria Beatriz Ferreira & LAVIERI, João Roberto. “Evolução urbana de João Pessoa pós-60”. In: **Questão Urbana na Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/ ufpb,1999.

LE GOFF, Jacques. **Por amor às cidades**: conversações com Jean Lebrun. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1997.

LÉVI-STRAUSS, Claude. “A Família”. In: SHAPIRO, Harry (Org.). **Homem, cultura e sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

LOJKINE, Jean. **Novas relações de classe, novos movimentos sociais e alternativas ao capitalismo**, 1999. Disponível em: <<http://órbita.starmedia.com/~novosdebates/textos/t3.htm>>. Acessado em abril 2005.

LOPES, Maria Lucia de Oliveira; MONTEIRO, Ronildo Ferreira. “Movimento de luta pela moradia da Paraíba: uma história a ser contada”. In: Escola de Formação Quilombo dos Palmares. **Movimentos Sociais e Educação popular no Nordeste**. Recife: EQUIP, 2004.

HABERMAS, Jurgen. **O discurso filosófico da modernidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Ed. Loyola, 1993.

\_\_\_\_\_. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.

MAGNANI, José Guilherme & TORRES, Lillian de Luccas (Orgs). **Na metrópole**. Textos de antropologia urbana. São Paulo: EDUSP, 1996; 2000(3ª edição).

\_\_\_\_\_. **De perto e de dentro**: notas para uma etnografia urbana. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.17 n.49 São Paulo, junho 2002.

MAGNI, Cláudia Turra: **Nomadismo Urbano**. Uma etnografia sobre moradores de rua em Porto Alegre. Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1994.

\_\_\_\_\_. O uso da fotografia na pesquisa sobre habitantes da rua. In: **Horizontes Antropológicos**, no. 2. Antropologia Visual. Porto Alegre: Programa de Pós Graduação em Antropologia Social da UFRGS, 1995.

MARICATO, Ermínia. “Autoconstrução, a arquitetura possível”. In: MARICATO, E. **A produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial**. São Paulo: Editora Alfa-omega, 1982, 2ª edição.

MARTINS, José de Souza (Org.). **(Des)figurações**: a vida cotidiana no imaginário onírico da metrópole. São Paulo: HUCITEC, 1996.

\_\_\_\_\_. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MARTINS, José de Souza; ECKERT; Cornélia; NOVAES, Sylvia Caiuby (Orgs). **O imaginário e o poético nas Ciências Sociais.** Bauru, São Paulo: EDUSC, 2005.

MOURA, Jefferson Davidson Dias de. **Os novos movimentos de classe: reflexões e interrogações sobre a organização política e sindical dos trabalhadores brasileiros.** Disponível em [www.achegas.net/numero/vinte/jefferson\\_moura\\_20.htm](http://www.achegas.net/numero/vinte/jefferson_moura_20.htm). Acessado em maio 2005.

NEUHOLD, Roberta dos Reis. **O conceito de exclusão e seus dilemas.** Disponível na Internet em: [www.urutaqua.uem.br/005/19soc\\_neuhold.htm](http://www.urutaqua.uem.br/005/19soc_neuhold.htm) no. 5,2006. Acessado em fevereiro 2006.

NOVAES, Adauto (Org). **O Olhar.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

OLIVEIRA, Carla Mary S. **O Barroco na Paraíba: arte, religião e conquista.** João Pessoa: Editora Universitária/IESP – Instituto Superior de Educação, 2003.

OLIVEIRA, Francisco de. Para onde vão os movimentos sociais?. **In: Agência Carta Maior.** Eixo 4: Poder Político, Sociedade Civil e Democracia (28/01/2003).

OLIVEIRA, Maria Lúcia Lopes; FERREIRA, Ronildo Monteiro: “Movimentos Sociais e Educação popular no Nordeste”. In: **Movimentos Sociais e Educação Popular no Nordeste.** Escola de Formação Quilombo dos Palmares, Recife, 2004.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **O trabalho do antropólogo.** Brasília: Paralelo 15; São Paulo Editora UNESP. 2000.

PEIXOTO, Clarice E. Antropologia e Filme Etnográfico: Um Travelling no Cenário da Antropologia Visual. **BIB**, n 48, pp. 91 a 116,1999.

PEIXOTO, Clarice. (Coord.). **Cadernos de antropologia e imagem** n.1. Rio de Janeiro: UERJ, 1995.

\_\_\_\_\_. “Caleidoscópio de imagens: o uso do vídeo e a sua contribuição à análise das relações sociais”. In: FELDMAN-BIANCO, Bela & Moreira Leite, Miriam (Orgs.). **Desafios da Imagem.** Campinas: PAPIRUS, 2004, 3ª edição.

PETRAS, James. “O manifesto comunista: qual sua relevância hoje?”.In: MARX & ENGELS. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo editorial, 1999.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. **Globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec-Ampur, 1998.

RIEPPER, Ana. **Representações audiovisuais: possibilidades de diálogo através do vídeo**. Disponível em <http://www.anpocs.org.br/encontro/2003/03gt01.htmv>.). Acessado em março de 2005.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Ed. Brasiliense. Coleção Primeiros Passos, 1988.

SADER, Eder. **Quando Novos Personagens entraram em Cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SAMAIN, Etienne. “Ver” e “Dizer” na tradição etnográfica: Bronislaw Malinowski e a fotografia. In: **Horizontes Antropológicos**. n. 2. Antropologia Visual. Porto Alegre: Programa de Pós Graduação em Antropologia Social da UFRGS, 1995.

SAMAIN, Etienne. (Org.) **O Fotográfico**. São Paulo: HUCITEC, 1998.

\_\_\_\_\_. Questões Heurísticas em torno do uso das imagens nas Ciências Sociais. In: FELDMAN-BIANCO, Bela; MOREIRA LEITE, Miriam (orgs). **Desafios da Imagem**. Campinas: Papirus, 2004, 3ª edição.

SANTOS, Boaventura de Souza (org.). **A Globalização e as Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

\_\_\_\_\_. **O Fórum social Mundial: manual de uso**. São Paulo: Ed. Cortez, 2005.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

\_\_\_\_\_. **Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1998.

\_\_\_\_\_. **A urbanização Brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SANTOS, Milton, Souza, M A; Silveira M (Orgs). **Território, Globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Daniela Cordovil Corrêa dos. “Antropologia e direitos humanos no Brasil” In: LIMA, Roberto Kant de (Org). **Antropologia e direitos humanos 2**. Niterói-RJ: ABA/EDUFF, 2003.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos em cena...e as teorias por onde andam?** Disponível na internet em:  
<[http://www.educacaoonline.pro.br/movimentos\\_em\\_cena.asp](http://www.educacaoonline.pro.br/movimentos_em_cena.asp)> Acessado em 12/08/2005.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos Sociais**: um ensaio de interpretação sociológica. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1984.

\_\_\_\_\_. **Redes de Movimentos Sociais**. São Paulo: Ed. Loyola, 1993.

SCOCUGLIA, Jovanka Baracuchy C.; CHAVES, Carolina; LINS, Juliane. **Percepção e memória da cidade**: o Ponto de Cem Réis. Disponível em:  
<[www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp349.asp](http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp349.asp)>. Acessado em 27 de abril de 2006.

SEGATO, Rita Laura. Em memória de tempos melhores: os antropólogos e A luta pelo direito. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 11, n.23, p. 273-282, jan/jun 2005.

SIMMEL, George. “A metrópole e a vida mental”. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). **O Fenômeno Urbano**. 1973.

SILVA, Irene Alves. **A crise da moradia**. Rio de Janeiro: AGIR; João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 1987. Dissertação mestrado em Economia da UFPB, campus II.

SOUZA, Alessa Cristina Pereira de. **Por onde andam as festas?** Um estudo sobre a (re)organização social dos moradores de Cruz das Armas, João Pessoa- PB. Dissertação de Mestrado apresentada ao PPGA da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2006.

SOUZA, Sousa, Anne Gabriele Lima. **Olhares que se cruzam, fronteiras que se erguem**: a sociabilidade em Tambaú, João Pessoa – PB. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Sociologia, 2006.

STIGLITZ, Joseph. **A globalização e seus malefícios**: a promessa não-cumprida de benefícios globais. São Paulo: Futura, 2002.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TOURAINE, Alain. "Os movimentos sociais". In: Foracchi, Maria Alice e Martins, José de Souza. **Sociologia e Sociedade**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos S.A., 1977.

VALENÇA, Márcio Moraes & COSTA, Maria Helena Braga e Vaz da. (Orgs.) **Espaço, cultura e representação**. Natal, RN: EDUFRN, 2005.

VELHO, Gilberto (coord.). **O desafio da cidade**. Novas Perspectivas da Antropologia Brasileira. Rio de Janeiro: Editora Campus Ltda, 1980.

\_\_\_\_\_. **Individualismo, anonimato e violência na metrópole**. Horizontes Antropológicos. Ano 6, n.13, 2000, p.15-29.

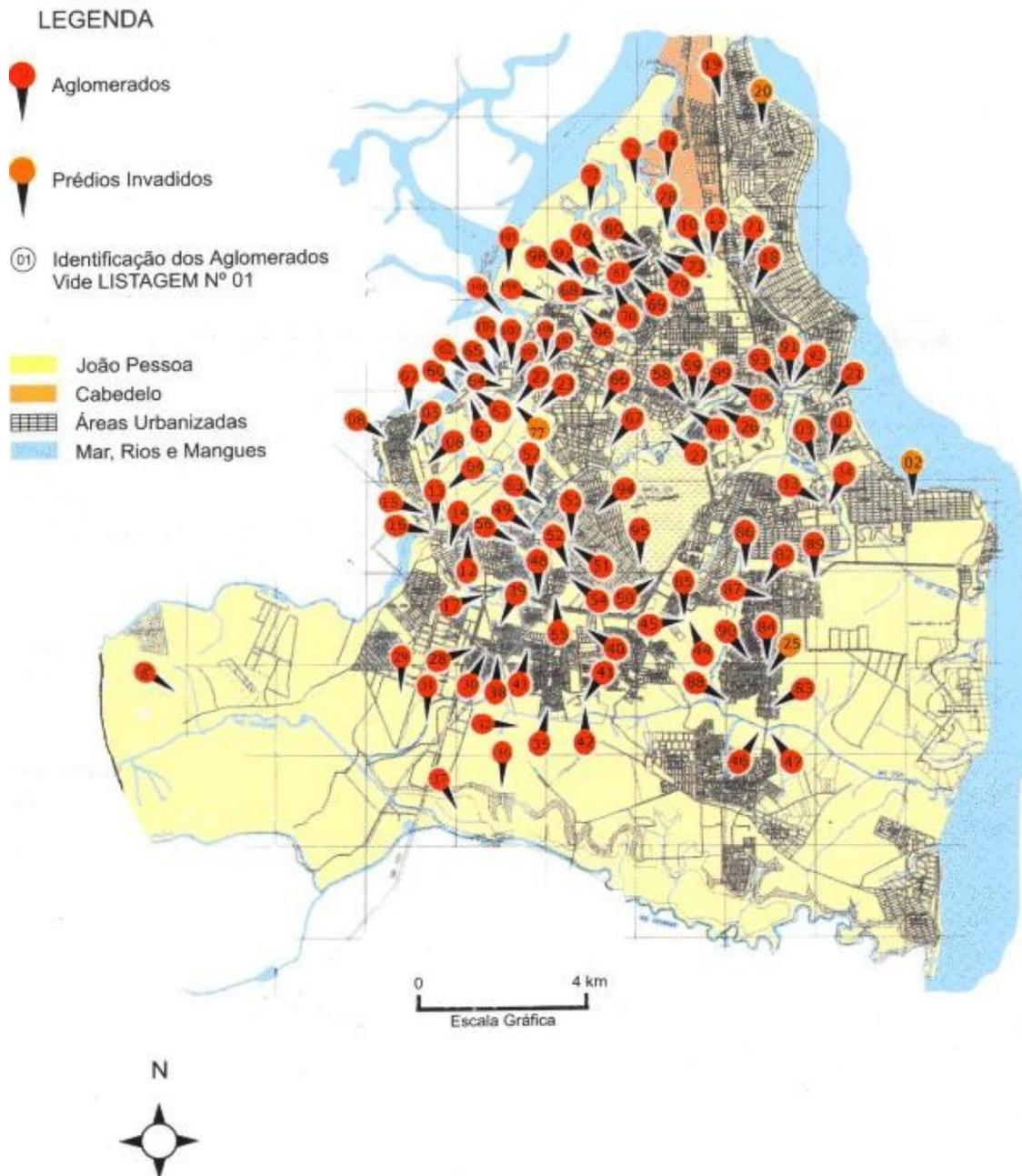
\_\_\_\_\_. **A Utopia Urbana: um estudo de antropologia social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

VELHO, Gilberto & Kuschinir, Karina (Orgs.). **Pesquisas Urbanas: desafios do trabalho antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2003.

ZALUAR, Alba. **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S. A., 1997, 2<sup>a</sup> ed.

\_\_\_\_\_. **A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza** São Paulo: Brasiliense, 2000. 2<sup>a</sup> edição.

## **ANEXOS**

**ANEXO I****MUNICÍPIO : JOÃO PESSOA  
LOCALIZAÇÃO DOS AGLOMERADOS SUBNORMAIS****Ilustração 3 – Aglomerados Subnormais – João Pessoa**

## IDENTIFICAÇÃO DOS AGLOMERADOS

1	ALTIPLANO OU SÃO DOMINGOS	57	LAGOA ANTÔNIO LINS
2	ANTIGO HOTEL NAZARENO	58	BRASÍLIA DE PALHA
3	RABO DO GALO	59	BRASÍLIA II
4	CONJUNTO TIRADENTES	60	ARATU
5	FEIRINHA I	61	BURACO DA GIA II
6	JARDIM DA MÔNICA	62	MANGUE SECO
7	MIRAMANGUE E/OU BEIRA MANGUE	63	REDEÇÃO
8	SÃO JUDAS TADEU	64	SANTA EMÍLIA DE RODAT/CANGOTE DO URUBU
9	PADRE IBIAPINA	65	TANQUE
10	IPÊS	66	MATINHA
11	TANCREDO NEVES OU BEIRA DO MANGUE	67	PAULO AFONSO III / ALTA TENSÃO / JARDIM PAULO AFONSO
12	ALAGADOS	68	RIACHO OU CONJUNTO SANTA MARIA
13	BOLA NA REDE	69	RUA JOAO GABÍNIO DE CARVALHO OU COMUM. SÃO GERALDO
14	CABRAL BATISTA	70	VILA JAPONESA
15	INDEPENDÊNCIA	71	CHATUBA
16	NINHO DA PERUA	72	ALTO DO CÉU
17	TRÊS LAGOAS OU BEIRA MOLHADA	73	BEIRA DA LINHA
18	SÃO JOSÉ	74	BEIRA MOLHADA I
19	FAVELA DO BESSA	75	JARDIM COQUEIRAL/COQUEIRAL
20	PRÉDIO INVADIDO	76	JARDIM MANGUEIRA
21	BARREIRA DO CABO BRANCO	77	PORTO DE JOÃO TOTA
22	MATADOURO PÚBLICO DO RENASCER I	78	SÃO PEDRO
23	RENASCER I	79	JARDIM ESTER (VEM-VEM)
24	SATURNINO DE BRITO	80	VILA DOS TEIMOSOS
25	RUA DO CANO	81	BALCÃO
26	SANTA CLARA/PAÚ	82	BOA ESPERANÇA II
27	SÃO RAFAEL	83	CAMPO DO AMERICANO
28	GAUCHINHA I	84	COLÉGIO INVADIDO
29	GAUCHINHA II	85	COMUNIDADE ANTÔNIO MARIZ
30	NOVA VIDA	86	EUCALÍPTO
31	TAIPA OU MUTIRÃO	87	FEIRINHA II
32	VILA DA PALHA OU PAZ	88	MANGUEIRA
33	TIMBÓ I	89	PIRÃO D'ÁGUA
34	TIMBÓ II	90	VILA UNIAO II
35	BANANEIRAS	91	BURACAO
36	GROTÃO OU FAVELA DO MEIO	92	COMUNIDADE NOVA I
37	ARAME	93	BEIRA RIO / TITO SILVA / FAVELA MIRAMAR
38	ERNANI SÁTIRO	94	PAULO AFONSO II
39	JARDIM SEPOL	95	SÃO GERALDO
40	CITEX	96	ASA BRANCA
41	NOVA REPÚBLICA	97	BOCA DO LIXO
42	TIETA	98	FAVELA DO S
43	FAVELA DOS FUNC. III OU FAVELA N. S. DE NAZARÉ	99	COMUNIDADE LIBERDADE (ANTIGA TAMBAUZINHO)
44	COLIBRIS II	100	VILA TAMBAUZINHO (ANTIGA VILA MALIA)
45	LARANJEIRAS	101	PADRE HILDON BANDEIRA
46	CUIÁ	102	COMUNIDADE NOVA II
47	SANTA BÁRBARA	103	FEIRA MULUNGU
48	BOA ESPERANÇA I OU JARDIM BOA ESPERANÇA	104	FREI VITAL
49	BURACO DA GIA I	105	NASSAU
50	CEASA/REDEÇÃO	106	PORTO DO CAPIM
51	CEMITÉRIO	107	SANHAUÁ
52	JARDIM ITABAIANA	108	VILA CAIAFU
53	NOVO HORIZONTE	109	VILA UNIÃO I
54	PAULO AFONSO I OU ALTA TENSÃO		
55	PEDRA BRANCA		
56	BALEADO		

## ANEXO II

## TOTAL DE AGLOMERADOS SUBNORMAIS POR MUNICÍPIO

MUNICÍPIO	AGLOMERADOS	PRÉDIOS OCUPADOS	TOTAL
João Pessoa	106	3	109
Cabedelo	17	1	18
Bayeux	19	0	19
Santa Rita	25	1	26
<b>TOTAL</b>	<b>167</b>	<b>5</b>	<b>172</b>

FONTE : FAC - Pesquisa Direta/2002

## AGLOMERADO URBANO DE JOÃO PESSOA

ITEM	DISCRIMI- NAÇÃO	ÁREA		POPULAÇÃO				TAXA DE URBANI- ZAÇÃO (%)	DENSIDADE POPULACIONAL (HAB/KM <sup>2</sup> )	DISTÂNCIA À CAPITAL (Km)
		(Km <sup>2</sup> )	(%)	URBANA	RURAL	TOTAL	(%)			
1	J. PESSOA	210,8	16,3	549.363	-	549.363	69,15	100,00	2.606,00	-
2	CABEDELLO	31,4	2,4	34.690	-	34.690	4,37	100,00	1.105,00	18
3	SANTA RITA	765,6	59,2	85.605	20.020	105.625	13,30	81,05	138,00	11
4	BAYEUX	27,5	2,1	83.958	211	84.169	10,59	99,75	3.061,00	4
5	LUCENA	92,4	7,2	5.619	2.743	8.362	1,05	67,20	90,00	45
6	CONDE	164,8	12,8	6.638	5.601	12.239	1,54	54,24	74,00	14
<b>TOTAL</b>		<b>1.292,5</b>	<b>100</b>	<b>765.873</b>	<b>28.575</b>	<b>794.448</b>	<b>100,00</b>	-	-	-

FONTE : PMJP – Sumário do perfil de João Pessoa

## ANEXO III

### **Prédio no Bessa – O Norte 4/2/05**

#### **Famílias sem data definida para desocupar o Canãa**

Não há previsão para a saída das 40 famílias que residem no edifício Canãa, localizado no bairro do Bessa, em João Pessoa, aceitaram desocupar o local, que foi abandonado há 13 anos. Eles receberão um auxílio-aluguel de R\$ 100 da Secretaria de Desenvolvimento Social (Sedes), enquanto as casas forem construídas. A decisão foi acatada em uma reunião realizada com representantes da Sedes, Caixa Econômica Federal, Ministério Público e Companhia Estadual de Habitação Popular.

No mês de outubro do ano passado, cogitou-se a possibilidade de retirar os moradores e implodir o edifício para evitar uma tragédia ocasionada pela precariedade da infra-estrutura da obra. No último dia 17 um incêndio no local prejudicou ainda mais a estrutura do prédio, que apresenta instalações elétricas inadequadas. Durante o incêndio, um dos moradores se jogou do 5º andar, fraturando a bacia. Após o incidente, a Curadoria do Cidadão se reuniu com a Sedes, onde foi firmado o compromisso de cadastrar as famílias residentes para serem transferidas para outro local.

A Secretaria de Desenvolvimento Social declarou que apesar do projeto da secretaria estar destinado às 31 das 44 famílias, iria trabalhar para garantir a moradia para as 13 famílias incluídas no projeto da Secretaria de Trabalho e Ação Social discutidas o ano passado. Mesmo com a decisão, ainda não há data prevista para a desocupação do prédio que será interditado.

#### **Violação de túmulos**

O Curador do Cidadão, Valberto Lira, encaminhou à Central de Acompanhamento de Inquérito do Ministério Público Estadual o relatório sobre a violação de túmulos nos seis cemitérios da Capital. Os responsáveis poderão responder a ação civil pública.

O relatório apresenta a situação atual dos cemitérios, com um diagnóstico sobre as condições em que se encontram no tocante aos aspectos de estrutura física, capacidade de atendimento, da demanda, administração, limpeza e a apresentação de sugestões para o seu melhor funcionamento com os levantamentos preliminares.

O Ministério Público irá instaurar inquérito para apurar de quem é a culpa sobre os casos de violação de túmulos praticados nos seis cemitérios.

## **APÊNDICES**

## APÊNDICE I

### PESQUISA : OCUPAÇÃO URBANA DO ANTIGO PRÉDIO DO INSS NO PONTO DO CEM RÉIS

Roteiro para entrevista das famílias

1- Perfil geral :

- a) Nome:
- b) Idade:
- c) Ocupação: (trabalho)
- d) Grau de escolaridade: (escola)
- e) Quantas pessoas moram com você ?

(Neste momento inicial da entrevista, deve-se conversar sobre a trajetória de vida da pessoa, onde nasceu, quando etc).

2- Perfil histórico referente ao envolvimento com o MLD e/ou sem teto

Desde quando você faz parte do movimento/ quando foi que você se envolveu com a causa do movimento?

Onde morava anteriormente?

Você poderia descrever a partir de suas lembranças o dia da ocupação?

Para você o que significou essa iniciativa?

Naquele momento o que mais te marcou? Qual foi o fato que mais te marcou?

3- Questões sobre a organização interna

4- expectativas

Quais são as suas expectativas com essa ocupação?

Você acredita numa melhoria de vida depois de estar vivendo na ocupação?

Onde você prefere morar? Aqui ou onde você morava antes?

Você poderia me dizer qual o significado de lar para você e sua família?

Qual a importância da família em sua vida?

5- parte destinada para os que no momento são desempregados:

Desde quando você está desempregado?

Quando foi que você trabalhou pela última vez?

Em que trabalhou?

O que você gosta de fazer? Se fosse escolher em que trabalhar o que seria?

## APÊNDICES II

### 1.4. A Luta Documentada: “À Margem do Concreto” e “Dia de Festa”

Apresentamos a seguir comentários acerca de dois filmes sobre os movimentos de luta por moradia que, por sua repercussão junto ao público e na mídia, tem trazido certamente alguma visibilidade da luta dos movimentos sociais. Ambos documentários tratam da questão em São Paulo, metrópole que possui mais de um milhão de pessoas morando em suas duas mil favelas, 8.700 pessoas vivendo debaixo de pontes e viadutos, enquanto que 400 mil imóveis na cidade estão abandonados e que, em sua região central, apresenta uma taxa de desocupação de imóveis próxima a 30%. São eles: “*À Margem do Concreto*”, de Evaldo Mocarzel, (2006) e “*Dia de festa*” (2005), dirigido pelo brasileiro Toni Venturi e pelo arquiteto franco-argentino Pablo Georgieff.

O primeiro deles<sup>21</sup> trata das ocupações de prédios em São Paulo e tem como base as pesquisas de Maria Cecília Loschiavo dos Santos, que durante cinco anos coordenou o projeto "Aspectos do Design no Habitat Informal das Grandes Cidades", pesquisando o modo de vida dos moradores de rua das cidades de São Paulo, Los Angeles e Tóquio.

O diretor aposta na função social do cinema, de estímulo ao debate e conscientização de uma parcela da população e de espaço de expressão para uma outra que, não fosse por esse veículo, permaneceria relegada à

---

<sup>21</sup> À Margem do Concreto além de festivais (vencedor do júri popular do de melhor longa do júri popular do Festival de Brasília, de 2006), vem sendo exibido, em instituições de assistência aos moradores de rua, albergues, casas de convivência, ONG's (Organizações não Governamentais), universidades e centros de pesquisa no Brasil e no exterior, cinemas e emissoras de TV.

invisibilidade. Busca documentar quem são as pessoas por trás das ocupações de edifícios, freqüentemente rotuladas de ‘invasores’ e ‘baderneiros’.

Em “Dia de Festa” o tema é o MSTC, o Movimento dos Sem-Teto do Centro, movimento sem vínculo partidário, e o recorte são sete invasões simultâneas que o grupo paulista preparou para uma madrugada de 2004. Além de mostrar a aventura que envolve as invasões, revela ainda a vida de quatro mulheres líderes do movimento MSTC – Neti, Silmara, Janaína e Ednalva – que, à frente de centenas de famílias na luta por um teto, mostram que encontraram no movimento uma forma de manter a sensibilidade, a vaidade e, principalmente, a dignidade.

Ao encerrar esse capítulo, gostaríamos de ressaltar que os filmes que foram citados aqui representam alguns exemplos de um vasto conjunto de documentários que possuem como pressuposto denunciar através do desafio da imagem as contradições da vida em sociedade. Nossa visão é de que nós cientistas sociais precisaríamos repensar nossa prática de pesquisa que, ao dialogar com os documentos filmicos, sejam eles, vídeos etnográficos, documentários e ficções só poderá se enriquecer.

Os filmes e diretores aqui citados são uma pequena amostra da produção do cinema onde as questões políticas são tratadas, com a preocupação de reproduzir e registrar a realidade, ou de provocar a reflexão crítica sobre ela. A questão da ideologia está sempre presente em todos os filmes, como em todos os aspectos da sociedade. A diferença em favor dos filmes críticos é seu compromisso com o que poderíamos chamar de “Razão Crítica ou Emancipatória”, lembrando Habermas (ainda que sem reivindicar sua análise) e seu caráter libertário e de emancipação. Ou, regredindo mais no tempo, lembrando Marx e sua resposta àqueles que imputavam um viés ideológico a suas análises: o importante era saber o quanto elas correspondiam à realidade e não o peso de suas convicções.



# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)